

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE TERAPIA OCUPACIONAL**

**(TRANS)CENDENDO A OUTROS CORPOS:
AS TRAJETÓRIAS DE VIDA E O COTIDIANO DAS MULHERES TRANSEXUAIS E
PROFISSIONAIS DO SEXO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA/PB.**

RAYLAN COSTA DA SILVA

JOÃO PESSOA/PB

2018

RAYLAN COSTA DA SILVA

**(TRANS)CENDENDO A OUTROS CORPOS:
AS TRAJETÓRIAS DE VIDA E O COTIDIANO DAS MULHERES TRANSEXUAIS
PROFISSIONAIS DO SEXO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA/PB.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a Conclusão do Curso de Bacharelado em Terapia Ocupacional da Universidade Federal da Paraíba.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Iara Falleiros Braga.

JOÃO PESSOA/PB
2018

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

SILVAt Silva, Raylan Costa da.
(TRANS)CENDENDO À OUTROS CORPOS: AS TRAJETÓRIAS DE VIDA
E O COTIDIANO DAS MULHERES TRANSEXUAIS PROFISSIONAIS DO
SEXO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA/PB. / Raylan Costa da
Silva. - João Pessoa, 2018.
112 f.

Orientação: IARA FALLEIROS BRAGA.
Monografia (Graduação) - UFPB/CCS.

1. Mulheres. Transexuais. Profissionais do sexo. I.
BRAGA, IARA FALLEIROS. II. Título.

UFPB/BC

RAYLAN COSTA DA SILVA

(TRANS)CENDENDO A OUTROS CORPOS:

**AS TRAJETÓRIAS DE VIDA E O COTIDIANO DAS MULHERES TRANSEXUAIS
PROFISSIONAIS DO SEXO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA/PB**

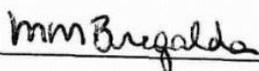
Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado como requisito parcial para a Conclusão do Curso de Bacharelado em Terapia Ocupacional da Universidade Federal da Paraíba, apreciado pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Aprovado em: 04 / 06 / 18

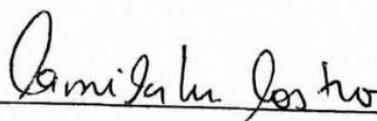
COMISSÃO EXAMINADORA



Prof.^a. Dr.^a. Iara Falleiros Braga (Orientadora)
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA



Prof.^a. Ms.^a. Marília Meyer Bregalda
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA



Prof.^a. Esp. Camila de Moura Castro

**Dedico este estudo às mulheres da (minha) vida!
Principalmente àquelas que foram retiradas do
cotidiano, nas esquinas da vida...**

AGRADECIMENTOS

Sou infindavelmente grato ao universo, à mãe-natureza, à Deus, à Todo ou tudo que rege essa constelação de pessoas e coisas por todas as experiências que me foram permitidas viver. Pela paz, pela luz e pelo amor concedidos cotidianamente.

Sou grato pelos caminhos em que fui colocado e pelos espaços físicos, relacionais e emocionais que me acolheram desde o início e me trouxeram até aqui.

Sou grato à Terapia Ocupacional pelas desconstruções e reconstruções possibilitadas em minha vida, pela ampliação da minha visão de mundo e extrema sensibilidade adquirida nas relações com os outros. Sou grato por ter transformado a minha vida... Eu nunca fui o mesmo depois de ter conhecido a Terapia Ocupacional e sua a dinâmica de mudança jamais me fará estagnar...

Sou grato à Universidade Federal da Paraíba e ao Departamento de Terapia Ocupacional, como um todo, pelo apoio e pelas oportunidades dadas para as ressignificações de quem eu tenho me tornado.

Sou grato ao meus mestres pelas trocas de conhecimentos, senso de responsabilização e pelas experiências que sempre me somaram.

Sou grato à minha banca:

À Camila Castro por ter aceitado o convite para contribuir junto comigo neste trabalho, sei que você é muito boa no que faz e vai nos ajudar bastante, e por todas outras boas vivências que já tivemos;

Sou grato à Marília Meyer, também por ter aceitado o convite, mas principalmente por tudo o que você têm feito por mim nesses longos 4 anos. Por ser uma parte significativa dessa graduação e por ter me permitido aprender com sua simplicidade e com seu imenso coração a ter e ser um olhar diferente em meio à tudo que passamos e vivemos. Grato por viver um pouco da sua boa energia.

Sou grato à minha orientadora e amiga, Iara Falleiros, por ter embarcado nesse desafio que é o universo que trabalhamos neste estudo, mas também pela inspiração diária, de lutar pelos ideais, de ser uma pessoa incrivelmente de luz e por me permitir aprender muito com sua sensibilidade em lidar com os outros. Por ter a oportunidade de cruzar com você nessa caminhada e ter construído bastante coisas bonitas.

Sou grato ao Centro de Cidadania LGBT de João Pessoa por ter aceitado ceder o espaço para a pesquisa e por ter acolhido tão bem as ideias.

Sou muito grato às mulheres transexuais que colaboraram com este estudo pela confiança depositada aqui e pelas belas, profundas e intensas histórias relatadas. Vocês são parte fundamental nessa construção.

Sou grato à todes que encontrei e desencontrei ao longo do meu caminho e contribuíram para essa minha jornada, direta ou indiretamente, por ter levado um pouco de cada um de vocês e ter aprendido com a diversidade e diferenças de cada um.

Sou grato à minha turma (Terapia Ocupacional - UFPB 2014.1/2017.2), uma das minhas famílias, pelos 4 anos de aprendizado e o amadurecimento que conquistei nessa troca.

Sou grato ao Clube do amorzinho (Rafaela, Mariana, Leticia, Juliana, Cibeli e Iêda) pelos momentos felizes, pelas conversas, choros e cumplicidade, pelo presente da amizade de vocês.

Sou grato à Brunna Nóbrega, pelas construções e maturidade que adquirimos durante esse tempo juntos, pelas vivências dicotômicas de amor e ódio e pelas experiências boas que conseguimos absorver de tudo isso.

Sou grato à minha amiga Danielly Marinho por todos os momentos de resiliência e de aprendizado com as adversidades da vida, pelo apoio e pelos sentimentos bons e verdadeiros que sempre desejamos um para o outro.

Sou grato à meu anjo Renata por tudo. Por todos os ricos momentos que vivenciamos juntos, por ser um dos meus portos-seguros e ter também me sustentado desde o início, pelas risadas atoa, pelos sofrimentos suportados, pelas noite mal dormidas, pelas cargas compartilhadas, pelo cuidado que você sempre teve, pela proteção, por estar comigo de verdade durante esses 4 anos e não ter me deixado em nenhum momento, por ser uma pessoa com o coração incrivelmente puro, por me mostrar que com pouco a gente pode ter o nosso tudo e que é com o simples que nos tornamos gigantes, por ser amor.

Sou grato aos amigos que a vida me deu (Érica, Fernanda, Edson, Nyanna, Poliana, Delly, Mikaelle, Almeida, Janaina, Thaynara) por toda energia emanada, mesmo que de longe. Pela torcida, pelos abraços e pelos sorrisos verdadeiros. Grato pelo amor de vocês.

Sou grato à Daiany pelo carinho, pela alegria e pelas oportunidades de reflexões e amadurecimento vividos juntos, pela sua compreensão e por sua amizade.

Sou grato à Felipe Cícero por todos os momentos que você esteve comigo e me deu forças para continuar caminhando, por toda sua brandura e pelas palavras verdadeiras de amizade e amor.

Sou grato à minha segunda família, em nome de Iago, Deyse, Kaline e Felipe (Apê independência) por todas as saídas, as bads, o senso coletivo e por compreender meus altos e baixos, mas também por todo o companheirismo, pelos risos, o afeto e pelos vários momentos de felicidade, por serem minha família durante esse processo.

Sou grato à minha irmã Iris por tudo. Por representar familiaridade pra mim, por estar comigo à todo momento, mesmo que longe, por ser um suporte e por me querer tão bem. Sou grato por tudo o que já passamos e que me fez crescer significativamente.

Sou grato à minha família de casa, meus irmãos Lucely, Rondinely, e Roninho, e meus cunhados Josileny e Toinho por sempre estar torcendo por mim, por mais que a distância não contribua, sou grato pelo sentimento emanado.

Ao meu pai (*in memorian*) por estar intercedendo e me guardando em qual plano você esteja. Sou grato pelos traços de bondade que você me passou.

Sou grato aos meus sobrinhos Maynah e Luan Victor por tudo. Por me possibilitarem descoberta das diversas formas que amor pode ser/ter, por me ensinarem a cada dia o verdadeiro valor que os laços possuem e por me fazerem mais felizes do que já sou.

Sou grato ao meu companheiro José de Assis por tudo. Por ser luz, por ser mar, por ser amor. Por ser quem me levantou/levanta quando eu já não tinha mais força, quem me apoiou/apoia quando ninguém mais concordava, quem me amou/ama intensamente. Sou grato por você ser suporte, por você sonhar junto, por compartilhar as maiores loucuras, sorrisos, lágrimas, emoções e ter tido a coragem de se aventurar comigo nessa experiência maluca que chamamos de viver. Por você estar presente, por você ser presente. Por você ser quem você é e me inspirar a ser quem eu sou. Por você acreditar no meu melhor e me proteger de tudo em seu abraço. Grato por você ser abraço, mãos, olhos e coração. Por ter me ensinado o mais importante sentido do amor.

Sou grato à minha Vovó Luzia (*in memorian*) por tudo. Por ter me ensinado as mais belas formas de enxergar os outros. Grato por você ter acendido a chama do acreditar no meu coração e fazer com que eu nunca deixe de insistir naquilo/naquele que eu acredito. Pelo abraço forte, pelo carinho e pela proteção desde muito cedo e até hoje, eu senti, eu sinto. Pelo amor intenso que recebi e por ter a sorte de viver uma vida ao seu lado, aprendendo a ser intenso em tudo que me propor a fazer, a ser amor e amar de verdade.

Sou grato pela minha Mainha, Zel, por exatamente tudo. Pela vida, pelos cuidados, pelas orações, pelo afeto, pelo apoio incondicional. Sou grato por você ser uma guerreira, ser forte e ser sensível ao mesmo tempo. Por ter me ensinado a lutar pelo que acredito sem prejudicar outra pessoa, a ter caráter, a ser compreensivo, a saber lidar com as derrotas e as vitórias. Você me inspira todos os dias. Sou grato por você sempre ter confiado em mim, por sempre ter acreditado em mim, por sempre ter compreendido as minhas diferenças. Grato pelo amor que você tem por mim e o quanto ele é forte ao ponto de salvar de todas as energias ruins existem. Sou grato por você me salvar da vida. Por ser a base. Por ser a luz. Por ser meu norte. Por ser meu forte. Por ser você. Você. Seu. É seu. É tudo seu. Tudo que for meu é seu. Parabéns, mainha, esse diploma é seu. E você merece outros milhões, mesmo sabendo que diploma ou escrita nenhuma vai conseguir expressar o significado da sua existência na terra. Grato pela sua existência e por ter tido a sorte de ser seu filho.

Gratidão!

“Ela é terra.

Ela é ar, é gérbera e bromélia.

De pedra em pétala, a pérola primavera.

É cesárea, ela é Évora Efêmera e eterna.

Ela é Hera e Minerva.

Electra e Medeia.

E tragédia e comédia. Matéria etérea...”

(Pra Costurar o mundo - As Bahias e a Cozinha Mineira & Ney Matogrosso)

RESUMO

As discussões emergentes na contemporaneidade acerca da diversidade das identidades de gênero e sexualidade são crescentes e nos permitem refletir sobre as influências e determinações que as construções sociais, em suas normas heteronormativas e binárias, possuem nas experiências vividas em sociedade e, portanto, as repressões que os corpos dissidentes dos padrões sofrem, relegando-os à marginalização e retirando seu sentido de existência. Assim, o presente trabalho possui o objetivo de compreender as trajetórias de vidas e o cotidiano das mulheres transexuais que estão trabalhando enquanto profissionais do sexo no município de João Pessoa/PB, além de apreender acerca dos constructos de suas identidades no processo de tornar-se mulher e os caminhos traçados até à prostituição. Foi utilizado a Metodologia da História Oral que possibilitou a imersão nos marcos das histórias de vida destas, para entendermos seus processos de construção, através da utilização de entrevista semiestruturada. Desse modo, foi possível entrevistar três mulheres transexuais profissionais do sexo do município de João Pessoa/PB. Portanto, nas construções que permeiam as vidas das mulheres transexuais, foi possível compreender os significados que suas transformações iniciais, o uso do nome social e retificação do registro civil possuem, além das diversas facetas produzidas para a sua manutenção e visibilidade no meio social. Outros aspectos que perpassam essas vidas é a influência da família, da escola e do banheiro social nesse processo, através de suas reproduções sociais violentas que implicam diretamente na redução da circulação dessa população nos espaços de sociabilidade. Além da falta de oportunidade no mercado de trabalho formal que, por necessidade, acabam levando-as à inserção nas ruas, como profissionais do sexo; foi compreendida a dinâmica de violência encontrada nesse espaço e nas relações entre elas, mas também as possibilidades que as esquinas podem promover enquanto ponto de acolhimento, (re)conhecimento e socialização. E, por fim, a discussão acerca das possibilidades que a Terapia Ocupacional Social enxerga junto à população transexual, utilizando de metodologias teórico-práticas na promoção do protagonismo, na (re)construção do cotidiano e transformação nas suas trajetórias de vida.

Palavras-chave: Mulheres. Transexuais. Profissionais do sexo. Trajetórias. Cotidiano. Terapia Ocupacional Social.

ABSTRACT

The discussions emerging in contemporaneity about the diversity of identities of gender and sexuality are growing and allow us to reflect on the influences and determinations that the social constructions have the experiences lived in society and, therefore, repressions that the dissident bodies of standards suffer, relegating them to the marginalisation and removing their sense of existence, in their standards heteronormatives and binary. Thus, this study has the objective to cause reflections about these issues and understand the lives trajectories and the daily life of transsexual women who are as sex workers in the city of João Pessoa - PB, in addition to understand about the constructs of their identities in process of becoming woman and the paths traced to prostitution. It was used the methodology of oral history that enabled the immersion in their life histories, to understand their constructions process, through the use of partially structured interview. In this way, it was possible to interview three transsexual women sex workers in the city of João Pessoa - PB. Therefore, in constructions that permeate the transsexual women lives, it was possible to understand the meanings that their initials transformations, the use of social name and rectification of the civil registry have, in addition to the various facets produced for the maintenance and visibility in the social environment. Other aspects that pervades these lives are the family influences, school and social bathroom in this process, through their violent social reproductions which involve directly in reducing the movement of this population in the sociability spaces. In addition to the opportunity lack in formal work which, by necessity, eventually leading them to the insertion in streets, such as sex professionals; it was understood the violence dynamics found in this space and the relations between them, but also the possibilities that corners can promote while acceptance, understanding, recognition and socialization point. And, finally, the discussion about possibilities that the Social Occupational Therapy covers together with transsexual population, using theoretical-practical methodologies in promoting the protagonism, construction and reconstruction of daily life and transformation in their life trajectories.

Key Words: Women. Transsexuals. Sex workers. Trajectories. Daily life. Social Occupational Therapy.

LISTA DE SIGLAS, ABREVIACÕES E SÍMBOLOS

ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais.....	17
DSM – 5 – Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, Vol. 5.....	43
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio.....	57
LGBT/LGBTQT+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, <i>Queer</i> , Intersexuais, entre outros (+)	51
PSOL/RJ – Partido Socialismo e Liberdade/ Rio de Janeiro.....	35
PT/DF – Partido dos Trabalhadores/Distrito Federal.....	35
SECAD/MEC – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação.....	53.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	14
1 INTRODUÇÃO	17
2 OBJETIVOS	23
2.1 Objetivo Geral	23
2.2 Objetivos Específicos	23
3 PERCURSOS TRAÇADOS PARA A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA	24
3.1 Ambiente em que sucedeu a pesquisa	24
3.2 Tipo de pesquisa e Metodologia utilizada na construção do estudo.....	24
3.3 Instrumento utilizado na Coleta de Dados.....	25
3.4 Apresentação das Considerações Éticas	25
3.5 Encontros com as Colaboradoras e os critérios para a participação no estudo	26
3.6 Procedimento para análise dos dados	27
4 AFINAL, COM QUEM ESTAMOS DIALOGANDO?	29
4.1 A apresentação e o protagonismo social das Colaboradoras deste trabalho.....	29
5 “SENHOR: NUNCA MAIS!”: (DES)CONSTRUINDO OS SIGNIFICADOS DO TORNAR-SE MULHER.....	31
5.1 “E com os 12 anos me assumi como homossexual. Mas só que eu tinha tudo para ser.”	31
5.2 “Pra aonde eu chegar, eu vou mostrar que eu sou uma mulher feminina!	36
5.3 “Eu sei que eles tem que ter o respeito por nós, trans e travestis. Mas é a viadagem das outras...”	43
6 OS MARCOS, AS MARCAS E OS CORPOS: HISTORICIDADES QUE PERMEIAM AS VIDAS DAS MULHERES TRANSEXUAIS	48
6.1 “Eu sofri preconceito de pai e de mãe”	48
6.2 “Eita, chegou o viado!”	52
6.3 “Por que meu banheiro é ali?”	59
6.4 “Eu não saio muito. Só saio quando é pra fazer programa mesmo!”	62
7 “EU DISSE: MINHA ÚNICA OPÇÃO É CAIR NA PROSTITUIÇÃO...”	68
8 AS NORMAS, AS IDENTIDADES, O COTIDIANO E A LUTA:.....	80
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
REFERÊNCIAS	93
APÊNDICE A (TERMO DE CONSETIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE)	101
APÊNDICE B (ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA)	105
ANEXO A (TERMO DE ANUÊNCIA PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA)	106
ANEXO B(PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA)	109

APRESENTAÇÃO

As diversas maneiras de viver que cada ser humano possui, constrói um grande significado. Para si. Para os seus. Para a sociedade. São dados sentidos de todas as formas, que impelem grandes direcionamentos às nossas vidas. E é importante identificarmos como nós, os nossos e a sociedade desenvolvemos e lançamos esses significados aos outros. Significados estes que promovem ou desqualificam as essências que possuímos, outorgando, em muitos casos, o destino que a nossa vida pode ter. Responsabilizando-se até mesmo se somos dignos ou não de viver.

Recentemente, uma mulher transexual (Dandara) foi brutalmente assassinada por pedradas, pauladas e tiros, além de ser levada à céu aberto em carro de mão, como se não houvesse nenhuma história dentro daquele corpo. Ela foi assassinada em meio a uma sociedade que reforçou o quanto essa população é marginalizada e invisibilizada. O quanto a sociedade mata cotidianamente e outorga falhos sentidos àquelas que se afirmam fora dos padrões socioculturalmente impostos.

Assim, o sentido deste trabalho está no exercício de permitir-se experienciar as desconstruções cotidianas que são necessárias para compreender os processos de vidas que fazem parte das histórias das Mulheres Transexuais profissionais do sexo deste município, uma vez que tais vivências transpassam o entendimento que nos é posto. É entender como foram se dando os diversos significados que envolvem suas identidades e como vem se configurando suas relações sociais.

Buscando para entender as trajetórias de vida, foram analisados os relatos de três Colaboradoras que falavam sobre as suas historicidades e como tem se dado e vem acontecendo a construção de seus cotidianos, dentro das suas relações e nos espaços de sociabilidade.

A primeira parte do trabalho aproxima-se das vivências relatadas pelas Colaboradoras que nos auxiliaram na apreensão dos detalhes que se expressam física, simbólica e subjetivamente a construção do feminino e os significados que as transformações possuíam para elas. Também foi problematizado neste capítulo a reprodução do binarismo que é exigido pelo sistema social e que ainda causa muita violência e segregação, até mesmo entre estas. Buscou-se discutir acerca de algumas lutas e direitos, como o nome social e a possibilidade de mudança no registro civil, e o quanto as ações de garantia de direitos são importantes para a população transexual.

Na parte seguinte, foi possível fazer uma análise das relações existentes junto às instituições sociais que fizeram ou fazem parte dos caminhos percorridos por estas, a fim de assimilar as influências que a sua relação familiar e com a escola exerceram nas composições do seu cotidiano e discutir as consequências destes nas suas concepções e experiências atuais. Assim como problematizar o uso do banheiro público que ainda reproduz bastante preconceito e exclusão para essa população, além de levantar questionamentos acerca da redução da circulação desses sujeitos nos espaços que proporcionam sociabilidade, do seu protagonismo para/na a sociedade e a importância da luta e militância para conseguir mais direitos.

A discussão sobre a atuação dessa população enquanto profissionais do sexo, fez-se a partir do discernimento acerca dos percursos tomados até estarem nessa posição social, uma vez que se deram pela necessidade de sobrevivência e devido às circunstâncias em que foram colocadas, seja estas pela falta de apoio das suas redes de suporte e de orientações, seja pela ausência de oportunidades no mercado formal de trabalho. Em que continuam a reforçar as violência e a invisibilidade desses corpos. Houve a reflexão sobre as vivências e as histórias produzidas nas ruas e as diversas violências sofridas, que muitas vezes aconteciam entre as profissionais e as provocadas pela sociedade.

Para finalizar, foi trazida a discussão sobre as contribuições da Terapia Ocupacional junto à população pesquisada, na perspectiva de promover reflexões acerca das normatizações que provocam a anulação desses corpos na sociedade e fomentar o seu protagonismo frente às construções do seu cotidiano, promovendo cidadania e novas vias para a composição das suas histórias. E expor a importância da profissão nas lutas pelos sentidos de vida dos sujeitos que estão em situação de vulnerabilidade e práticas que possibilitem sua ascensão enquanto ator social e cidadão de direitos.

Porém, deixo claro meu local de fala para discutir acerca dessas vidas, pois apenas estas são donas das suas trajetórias e sabem dos significados que suas vivências possuem. Mas também reforço que a luta é necessária para que essas vozes possam ser ouvidas e as próprias mulheres transexuais profissionais do sexo possam ser as autoras das suas histórias.

Portanto, é sensibilizado por essas experiências sofridas por essas mulheres, que ousou permear por esse estudo e abrir espaços para que elas possam colocar suas faces à mostra, através das suas vivências diárias e tornem-se atrizes das suas próprias produções de vida (como sempre deveria ser). E é também utilizando de teorias e ações que a Terapia

Ocupacional possui e pode promover, podendo ser um agente importante nesse processo de TRANSformação social., respectivamente, para mostrar que essas mulheres existem, estão entre nós, possuem seus significados, sua importância e que estas lutam pelos seus espaços e pelo seu direito à vida.

1 INTRODUÇÃO

As pesquisas acerca da discussão de gênero vêm crescendo continuamente e trazendo grandes avanços, sendo estas de importância significativa para a compreensão de aspectos inerentes aos sentidos atribuídos para os corpos transexuais, numa perspectiva pessoal e social, e os espaços em que a população é designada e está inserida, bem como sobre os direitos que as políticas públicas precisam garantir a esse grupo.

Os significados que os nossos corpos possuem estão diretamente atrelados aos valores que o meio social estabelece, logo, as denominações atribuídas aos corpos das mulheres transexuais ainda estão descritas em categorias que as criminalizam e patologizam, transformando-as em uma espécie de monstro, que invisibiliza, na maioria das vezes, as suas histórias de vida, impelindo-as quase que de imediato à marginalização. E para entendermos essas experiências, Leite Junior (2012) relata:

[...] nossa cultura criou uma forma específica de tratar com as pessoas que se encaixam na categoria de monstros: a encará-las como o equivalente ao Mal e ao caos, a única ação ou reação socialmente inteligível é a destruição ou o anulamento (literais ou simbólicos) dessas pessoas. [...] Inclusive, a própria patologização dos sexos/gêneros pode ser compreendida como uma forma ‘humanizada’ de punição por algum tipo de transgressão criminosa (LEITE JUNIOR, 2012, p 563).

As mulheres transexuais recebem um papel na sociedade outorgado de exclusão e estigmas, não somente pelo fato de estarem ocupando papéis socialmente colocados enquanto femininos, mas por estarem indo contra as construções sociais já estabelecidas em muitos anos e que estão arraigadas no nosso imaginário social.

Acerca disso, o mesmo autor explica que o sentido atribuído a tais corpos e as reações agressivas estão na compreensão monstruosa que se tem dessa população, muitas vezes advindas de uma categoria colocada como desviante e trazida por instituições socioculturais (religiosas, jurídicas e científicas) que acabam por legitimar e autorizar a violência gratuita (LEITE JUNIOR, 2012).

A literatura tem compreendido a estruturação das categorias identitárias transexuais enquanto construções sociais que estão para além da inteligibilidade esperada para um ser considerado socialmente “normal”, fazendo com que haja uma ruptura na linha de coerência entre sexo, gênero, prática sexual e desejo (BUTLER, 1999). E que, no âmbito social, podemos entender as mulheres transexuais enquanto um grupo de pessoas que expressam suas identidades de gênero através do rompimento do padrão

hétero-cis¹ por sentirem-se e tornarem-se mulheres, apesar da condição de nascimento e sujeitamento às atribuições socioculturalmente impostas.

As construções sociais e culturais acerca do gênero e sexualidade são discutidas por estudiosos da Teoria *Queer*², que buscam problematizar o paradigma heteronormativo e fazer-nos compreender o quanto as normatizações condicionam as trajetórias de vidas desse grupo social. Para Pereira (2015), a proposta da Teoria *Queer* está em discutir as diversas conformações de corpos dissidentes que existem na sociedade com uma visão política, ética e social, em paralelo a problematização dos padrões binários e heteronormativos que são socialmente colocados, levando em consideração suas violentas consequências, além de propor reflexões sobre as possibilidades de existências no meio social que diferem dessas normas.

Dessa forma, a Teoria *Queer* ajuda-nos a entender o quanto as imposições socioculturais podem atribuir significados e modificar os nossos corpos, fazendo alusão aos padrões heterossexistas e binários, os quais atrelam aos corpos das mulheres transexuais os sentidos de não pertencimento a determinados espaços e oportunidades.

A conceituação de abjeto destinada às mulheres transexuais, colocada por Butler (1999), retrata a maneira que a sociedade reproduz as ações de preconceitos, estigmatização e exclusão que outorga ambientes e condições socialmente segregados, limitando a participação desses indivíduos na sociedade enquanto atores sociais. Assim, o significado de abjeto está na impossibilidade de um determinado corpo existir dentro da sociedade, retirando sua autonomia de existência e vida, não tendo a possibilidade de apresentar-se enquanto sujeito social e relegando espaços “inabitáveis” para estes.

Levando em consideração as concepções alocadas à esta população, são visivelmente perturbadoras as atribuições que são construídas em torno desses corpos, assim como as repercussões e exclusões advindas de ações dessa natureza, acarretando em diversos tipos de violências, assim “[...]o sujeito é constituído através da força da exclusão e da abjeção, uma força que produz um exterior constitutivo relativamente ao

¹ Cis é prefixo latino, abreviação para cisgênero, significa 'do mesmo lado'. A pessoa cis é aquela que reivindica ter o mesmo gênero que o que lhe registraram quando ela nasceu. Sendo assim, a mulher cis é aquela pessoa que nasceu e foi registrada mulher e se reivindica mulher. O homem cis é aquela pessoa que nasceu e foi registrado homem e se reivindica homem (ANDRADE, 2015).

² A Teoria Queer emergiu nos Estados Unidos em fins da década de 1980, em oposição crítica aos estudos sociológicos sobre minorias sexuais e gênero. Surgida em departamentos normalmente não associados às investigações sociais como os de Filosofia e crítica literária - essa corrente teórica ganhou reconhecimento a partir de algumas conferências em Universidades da Ivy League, nas quais foi exposto seu objeto de análise: a dinâmica da sexualidade e do desejo na organização das relações sociais (MISKOLCI, 2009, p. 150-151).

sujeito, um exterior abjeto que está, afinal, “dentro” do sujeito, como seu próprio e fundante repúdio” (BUTLER, 1999, p. 54).

Para essas mulheres, surgiu a necessidade de resistência à opressão social que estava violentando-as todos os dias, buscando assim novas reflexões e caminhos acerca dos seus significados e direitos de serem o que desejavam. Berenice Bento (2014) discorre que,

[...] a noção de humanidade que nos constitui requer a categoria de gêneros e este só é reconhecível, só ganha vida e adquire inteligibilidade, segundo as normas de gênero, em corpos-homens e corpos-mulheres. Ou seja, a reivindicação última das pessoas trans é pelo reconhecimento social de sua condição humana (BENTO, 2014, p. 51).

Como forma de resistência e em luta contra toda uma construção social repleta de estigmas e normatizadora, as mulheres transexuais encontraram o meio mais eficaz de enfrentamento ao preconceito e exclusão junto às mulheres que faziam parte do movimento feminista, criando assim o movimento feminista transgênero ou movimento Transfeminista, colocando seus direitos enquanto mulheres em pauta, para que fossem garantidos e respeitados (JESUS, 2013).

Para Jesus e Alvez (2012), o Feminismo Transgênero está ligado a um modo de enxergar as relações sociais e como um meio para mudar alguns discursos feministas, na época. O Feminismo Transgênero “surge como uma crítica ao cissexismo ou dimorfismo e à falha do feminismo de base biológica em reconhecer plenamente o gênero como uma categoria distinta da de sexo e mais importante do que está para o entendimento dos corpos e das relações sociais entre homens e mulheres” (JESUS; ALVES, 2012, p. 14).

O objetivo principal do movimento está na luta pelo direito de seu reconhecimento enquanto mulheres de direitos e que podem e devem ocupar os espaços sociais. São diversas as demandas que fazem parte das pautas trazidas pelas mulheres transexuais em sua luta diária, sendo algumas delas a oportunidade de emprego e o uso do próprio nome social.

Segundo Jesus e Alves (2012) colocam que as mulheres transexuais que desejavam a mudança no registro civil, acerca da adequação do seu nome ao gênero reconhecido, em muitos casos, eram praticamente forçadas a submeterem-se à cirurgia de transgenituação para que somente após o procedimento, estas tivessem seu direito à identidade garantido. Mas este tipo de coesão é considerada uma violência institucional

e uma prática de cunho eugenista³, utilizando de uma esterilização obrigada à esta população, mesmo muitas destas não desejando ou podendo realizar a cirurgia e vivenciando sua identidade de gênero cotidianamente.

É comum não encontrarmos mulheres transexuais à luz do dia e em locais públicos, uma vez que os espaços e oportunidades que são impostos e destinados a essa população é a margem social, sendo o escuro das ruas e restando enquanto oportunidade, na maioria das vezes, a prostituição. Dessa forma, a rua se torna um espaço de trabalho e de sociabilidade, na qual serão estabelecidos signos e normas para estar e viver nesse espaço (SILVA; BEZERRA; QUEIROZ, 2015). Um desses espaços de circulação é a rua e de trabalho é a prostituição.

Dados do ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) revelam que mais de 90% das mulheres transexuais e pessoas travestis trabalham na noite (LAPA, 2013), nas esquinas da vida e estão vulneráveis à violência gerada pela Transfobia, ou seja, o ódio causado por uma sociedade padronizante e que ensina todos os dias a eliminar estes corpos tidos como anormais/abjetos, mas que os mesmos ainda resistem e se opõem aos limites binários para construir suas próprias identidades. Silva, Bezerra e Queiroz (2015) coloca que essas mulheres,

Ainda muito jovens, entram em contato com novas perspectivas, inclusive as de modificações corporais, e começam a aprender como se tornar mais feminina, a sobreviver com o dinheiro da prostituição e a se proteger dos perigos da rua. A rua, apesar de também ter as suas normas de convivência, permite uma maior circulação para estas pessoas, que vivenciam não só situações de risco e violência, mas também de prazer e aceitação (SILVA; BEZERRA; QUEIROZ, 2015, p. 370).

Criando, assim, uma dualidade nos sentidos que elas mesmas atribuem aos seus corpos, uma vez que vivem sob a exclusão que a sociedade lhes agrega, mas também entendem que a rua e a vida na prostituição são um dos escassos mecanismos de acolhimento.

A partir disso, cabe-nos questionar qual o sentido de ser “normal”? Quais os significados desses corpos e dessas vidas? Por que são esses os espaços relegados à elas? Seria a prostituição uma imposição sociocultural e econômica ou uma condição pessoal (escolha)?

³ A eugenia é a seleção dos seres humanos com base em suas características hereditárias com objetivo de melhorar as gerações futuras.

Portanto, e com base na literatura, tem-se como hipótese, que a noite e a prostituição são os espaços socialmente impostos à estas mulheres. Bem como, que suas trajetórias de vida são marcadas pelo preconceito e violência.

Entende-se que a Terapia Ocupacional possui potencialidades em seu trabalho para o empoderamento e participação social dessa população, bem como, na luta pela criação de políticas direcionadas e a efetivação de seus direitos.

Assim, buscou-se compreender o estado da arte das publicações de gênero e sexualidade na Terapia Ocupacional, através da realização de uma breve busca na literatura, nos periódicos da Terapia Ocupacional, na Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, no Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional e na Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional, através das palavras-chaves: travesti, travestis, transexual, transexuais, heteronormatividade e transexualidade. Foram identificados cinco (5) artigos, que após a análise e relação com a temática excluiu-se apenas um (1) artigo, totalizando quatro (4) artigos. Percebe-se que há uma pequena porcentagem de artigos publicados, e diante disso, é possível afirmar que as pesquisas na profissão acerca das temáticas de gênero e sexualidade ainda são escassas e relativamente recentes, identificadas apenas em publicações na área da Terapia Ocupacional no campo Social, o que move o interesse e desafio de prosseguir nessa investigação e ter a possibilidade de dar voz a essas mulheres que são silenciadas todos os dias.

Barros (2004) traz que a Terapia Ocupacional configura-se enquanto possibilidade de transformação ao trabalhar diretamente com a composição da cidadania dos sujeitos, através das construções, desconstruções e reconstruções acerca dos processos socialmente colocados à nós que são influentes nas experiências desses atores e em diversos espaços de protagonismo social, ressignificando, assim, o fazer humano e as diferentes maneiras de vivenciar o mundo.

Podemos interpretar, deste modo, a Terapia Ocupacional Social, como uma grande chave para a reflexão acerca da opressão e marginalização dessa população, promovendo assim a transformação de realidades sociais cotidianas que produzam mais respeito e oportunidade.

Assim, levando em consideração a lacuna na produção do conhecimento realizado pela Terapia Ocupacional acerca desta temática, como supracitado na análise, parte-se das vivências e intervenções teórico-práticas da Terapia Ocupacional Social como chave para identificar tais sujeitos e suas trajetórias cotidianas, com a finalidade de apreender quais são os significados desses corpos e as condições que as fizeram chegar até onde

estão, bem como mostrar o quanto as ressignificações diárias das concepções e dos espaços, são conjunções importantes para afirmar a (r)existência dessas mulheres e a sua importância para a sociedade.

O que se busca neste trabalho é investigar as trajetórias de vida e cotidiano das mulheres transexuais profissionais do sexo na cidade de João Pessoa/PB, com o intuito de compreender as histórias de vida e os significados do tornar-se mulher, assim como as condições que as fizeram estar na prostituição e como se constitui seus cotidianos.

Com isso, pretende-se, a partir do aporte teórico da Terapia Ocupacional Social, discutir quais os mecanismos, enquanto profissionais, podemos utilizar para promover a autonomia e a ampliação dos espaços de pertencimento e circulação destas mulheres, buscando o seu empoderamento, a ressignificação dos espaços sociais e sua visibilidade.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

- Compreender as trajetórias de vidas e o cotidiano das mulheres Transexuais que trabalham como profissionais do sexo no município de João Pessoa/PB.

2.2 Objetivos Específicos

- Conhecer as histórias de vida e o cotidiano das mulheres transexuais.
- Entender os significados de ser e tornar-se mulher;
- Aprender as trajetórias que as levaram à prostituição;

3 PERCURSOS TRAÇADOS PARA A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

3.1 Ambiente em que se sucedeu a pesquisa

O estudo foi realizado no Centro de Cidadania LGBT de João Pessoa/PB, local que possui a proposta de ampliar a assistência na garantia dos direitos para esta população, prestando serviços psicológicos, jurídicos e inclusão laboral (JOÃO PESSOA, 2014). Configura-se enquanto espaço de circulação e de suporte social para as mulheres transexuais que colaboraram com a pesquisa e para a população a quem o espaço se destina, levando em consideração suas necessidades e demandas. A pesquisa ocorreu após a assinatura do Termo de Anuência (ANEXO A) pela instituição, nos permitindo utilizar do ambiente para realiza-la.

3.2 Tipo de pesquisa e Metodologia utilizada na construção do estudo

Este estudo deu-se como uma pesquisa de campo, e apresentou delineamento transversal e qualitativo.

Trata-se de uma pesquisa que procurou englobar diversos aspectos histórico-culturais, em que Richardson (2015) expõe que as investigações de cunho qualitativo nos permitem enxergar as complexidades de situações, uma vez que adentram profundamente nas problemáticas sociais, processos dinâmicos de grupos sociais, a fim de auxiliar na mudança e entendimento dos mesmos.

Assim, houve um mergulho dentro das mais diferentes realidades trazidas no diálogo com as colaboradoras. Todavia, para a análise qualitativa, uma característica importante para a pesquisa de campo é a preparação e cautela em sua coleta, para que haja uma análise fidedigna das características que devem estar de acordo com os objetivos da pesquisa (GODOY, 1995).

Essa metodologia torna-se ideal para este estudo, uma vez que promoveu diretamente a análise mais aprofundada das histórias de vida das mulheres transexuais em seu meio social, além de buscar as explicações para os processos sociais que ainda se fazem enraizados e o quanto tais implicações podem deslegitimar corpos, ações e pensamentos. Assim, Godoy (1995) traz que a análise qualitativa preocupa-se principalmente em compreender toda a construção do processo e não somente com os resultados, levando em consideração suas composições cotidianas através dos pensamentos, sentimentos e ações.

3.3 Instrumento utilizado na Coleta de Dados

Primeiramente, buscou-se realizar uma aproximação com as mulheres, para poder adentrar à sua realidade, uma vez que são as narrativas pessoais cotidianas que nortearam os caminhos feitos pelo estudo e procurando atribuir sentido aos encontros e à construção desse trabalho. Então, as colaboradoras da pesquisa foram convidadas a responder uma entrevista semiestruturada (APÊNDICE B), com o objetivo de coletar informações que nos auxiliaram a compreender os processos socioculturais e histórias pessoais que essas mulheres vivenciaram no decorrer de suas vidas, identificando fatores que implicam em suas escolhas e estão ligados diretamente com as maneiras de viver que se dão em seu cotidiano atual.

A entrevista semiestruturada é uma junção de perguntas abertas e fechadas que ajudam a compreender processos vividos pelo público pesquisado e que é mais dinâmico, não se prendendo somente a questões pré-definidas (MINAYO, 2007).

A entrevista atua enquanto uma melhor forma de aproximação e compreensão dos dados que são inerentes às suas experiências pessoais. Assim, Boni e Quaresma (2005), apontam que as entrevistas semiestruturadas, possibilitam uma maior proximidade e facilita dialogar sobre temáticas mais delicadas, bem como, uma maior fluidez durante a sua execução, permitindo a inclusão de novas questões.

3.4 Apresentação das Considerações Éticas

O trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba, sob o parecer n°: 2.399.559 (ANEXO B). No qual os pesquisadores comprometeram-se a cumprir a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde e a manter sigilo a respeito da identidade das participantes. (NOVOA, 2014).

As colaboradoras da pesquisa leram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE A). Este termo informou-as sobre a ausência de custos, assim como a possibilidade de interromper sua participação, caso houvesse algum desconforto ou constrangimento ao falar de sua trajetória de vida, podendo ter suas informações retiradas do estudo no momento em que desejassem, sem que fossem, de qualquer forma, penalizadas por isso.

Em hipótese alguma, os dados pessoais dos sujeitos participantes da pesquisa serão divulgados, apenas os dados relativos aos resultados das entrevistas foram utilizados como material de análise e, posteriormente, de estudo e publicação em revistas científicas e eventos.

3.5 Encontros com as Colaboradoras e os critérios para a participação no estudo

Inicialmente, o acesso a essas mulheres deu-se através do Centro de Cidadania LGBT da Paraíba, como supracitado, que viabilizou o contato com elas, e posteriormente, foi feito o convite para participação da pesquisa via telefone e encontro pessoal, no qual foi elucidado os objetivos da pesquisa, assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE A), bem como a realização da entrevista.

Houve certa dificuldade ao encontrá-las, pois a circulação das mesmas pelo espaço social é muito reduzida, devido ao trabalho delas como profissionais do sexo ser noturno, o que faz com que seus horários de circulação sejam à noite.

Desse modo, foram realizadas visitas ao espaço que fora utilizado inicialmente para a realização do primeiro contato e era esperada a presença das colaboradoras por demanda espontânea.

Assim, essas mulheres foram acessadas através da técnica bola de neve (*snowball*), a qual, a priori, apresentou-se uma colaboradora, que posteriormente indicou outras dentro dos parâmetros definidos pela pesquisa, para fazer parte da mesma, fazendo com que pudéssemos adentrar no ciclo social.

A técnica possibilitou, particularmente, o acesso a sujeitos que possuem características de interesse da pesquisa. Segundo Hanneman e Riddle (2009), esta técnica pode ser utilizada por permitir abordar populações que encontram-se em situação de vulnerabilidade ou de difícil acesso, e também na abordagem de temas e tópicos delicados.

Os critérios que serviram para inclusão das colaboradoras no estudo compreenderam em serem mulheres transexuais que estejam atuando enquanto profissionais do sexo no município de João Pessoa, com idade superior a 18 anos.

Totalizaram três (3) mulheres transexuais entrevistadas, no período do mês de março de 2018, e foi utilizado de recurso fonográfico, em que teve o total de 1H30min gravados, que posteriormente foi transcrito e posto para a análise pelo pesquisador, à partir da metodologia escolhida.

3.6 Procedimento para análise dos dados

Levando em consideração o contexto das Colaboradoras da pesquisa e a riqueza que os detalhes das suas histórias possuem dentro do universo social, buscou-se analisar a partir de seus relatos as transformações ocorridas em suas vidas.

Desse modo, após a coleta de dados, foi utilizado com o aporte teórico acerca do tema, a metodologia de análise da história oral, para possibilitar uma maior compreensão das suas trajetórias e experiências vividas.

Esse método possibilitou uma visão mais ampla dos acontecimentos vivenciado pelas mulheres transexuais colaboradoras, de modo que fornece subsídio para ir ao encontro da realidade social, como explica Cassab e Ruscheinsky (2004), quando relatam que a Metodologia da História Oral preocupa-se em apreender a realidade dos indivíduos estudados e seus padrões socioculturais, as estruturas sociais e políticas, além de reconhecer as construções das suas histórias e o seu cotidiano. Assim como vão se dando tais processos na construção de vida dos sujeitos através do diálogo (relatos orais).

Assim, Silva e Barros (2010) trazem que a História Oral representa “o retrato de uma pessoa cuja trajetória é significativa para a compreensão de eventos, períodos e de práticas culturais e históricas, cuja trajetória é registrada e analisada num esforço para deslindar interações entre percursos individuais e processos coletivos” (SILVA; BARROS, 2010, p. 71).

É um método inovador e correspondente à muitas pesquisas no campo da Terapia Ocupacional, pois emerge nos aspectos mais significativos do cotidiano dos sujeitos, analisando de forma particular cada caminho percorrido. Silva e Barros, em seu estudo, trazem que o método de análise da História Oral,

A aplicação desse método pode igualmente favorecer a expressão de pessoas e grupos silenciados pela história oficial, permitindo a construção de novas perspectivas e possibilidades de mudanças. Ele fornece, portanto, um rico campo para estudos, em especial para aqueles relacionados aos segmentos que são alvos prioritários das ações da terapia ocupacional. Nesse sentido, a história oral de vida pode fortalecer a pesquisa em terapia ocupacional tanto pelo rigor como pela participação das pessoas e grupos envolvidos nos estudos do campo” (SILVA; BARROS, 2010, p. 72).

Portanto, em consonância com a pesquisa de Cassab e Ruscheinsky (2004), entende-se que é um método importante para o empoderamento social, o qual vai proporcionar voz aos indivíduos que foram e ainda são excluídos da história oficial, para que estes possam registrar as suas significâncias de pertencimento em relação ao mundo

e a seu grupo social. Assim, “[...] oportuniza ao povo que se movimente e fale por si mesmos.” (CASSAB; RUSCHEINSKY, 2004, p. 12).

Dessa forma, utilizou-se a história oral como ferramenta para a identificação de fatores objetivos que podem ser encontrados durante as trajetórias descritas, mas, e principalmente, preocupou-se em entender os aspectos subjetivos e culturais que são e estão intrínsecos nas vidas dessas mulheres.

4 AFINAL, COM QUEM ESTAMOS DIALOGANDO?

*“Eu sou uma mulher trans.
 Eu sou uma mulher trans.
 Eu sou uma mulher trans.
 Isso transpassa quem me cerca.
 Isso atravessa minha história.
 Permeia minhas relações.
 Sobressai ao meu trabalho.
 Ressalta a minha beleza.
 Ser uma mulher trans é um lugar.
 Um lugar que me colocaram mas que ressignifiquei
 e transformei em guerra, em paz e amor!”
 (Candy Melody)*

4.1 A apresentação e o protagonismo social das Colaboradoras deste trabalho

As configurações identitárias fazem pensar acerca das nossas construções pessoais, juntamente às determinações socioculturais, pois permitem a expressão das nossas características no meio social que compartilhamos, construindo as nossas histórias de vidas cotidianamente. Em que os padrões socialmente impostos também atuam de forma excludente, oprimindo compulsoriamente as performances sociais, de gênero, nesse caso, que ameace descaracterizar suas normas.

A importância das histórias aqui relatadas é destacada como meio potente para a desconstrução de estereótipos que reproduzem violência e o surgimento de possibilidades e oportunidades para a essa população. E, afinal, com quem estamos dialogando?

Neste segmento do trabalho, apresento as Colaboradoras que se colocaram disponíveis em contribuir para a realização e discussão desta pesquisa.

Quatro colaboradoras disponibilizaram-se, porém apenas três destas possuíam as características pré-estabelecidas para a participação no estudo. Os nomes aqui apresentados são de origem fictícia e foram escolhidos de forma voluntária pelas Colaboradoras, com a finalidade de proteger suas identidades e preservá-las de qualquer tipo de constrangimento possível, agindo de acordo com as considerações éticas dispostas no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE A).

As três Colaboradoras foram: Rayssa, Bárbara e Dandara.

Rayssa possui 35 anos, é casada e afirma-se enquanto mulher transexual. A mesma veio do interior da Paraíba em busca de novas oportunidades de vida após ser expulsa de casa pelos familiares. Geralmente circula pelos espaços sociais quando vai à escola ou

faz seu tratamento hormonal Ela conta que está há cerca de 10 anos atuando enquanto profissional do sexo em João Pessoa/PB e relata as vivências que ocorrera na construção da sua história.

Bárbara possui 24 anos e conta que iniciou seu processo de construção identitária muito cedo, desde seus 12 anos, mas que foi oprimida por diversas instituições sociais. Conta que está na prostituição há cerca de dois anos e que iniciou nos sites online de encontros. Afirma-se como mulher Transexual e está lutando para conseguir alterar seu nome no registro civil, uma vez que tem o objetivo de sair do Brasil para tentar ascender pessoal e profissionalmente.

Dandara possui 19 anos de idade está há cerca de dois meses atuando enquanto profissional do sexo, porém a sua experiência na dinâmica das ruas tem apenas duas semanas. Conta que fazia parte de uma classe social mais confortável, mas que mesmo assim precisou adentrar no universo da prostituição pelo rompimento das suas redes de apoio e por necessidade de sobrevivência. Em seu relato, ela conta que possui outros objetivos de vida, como estudar para conseguir entrar numa graduação e, conseqüentemente, sair desse trabalho, que coloca como algo ruim.

5 “SENHOR: NUNCA MAIS!”: (DES)CONSTRUINDO OS SIGNIFICADOS DO TORNAR-SE MULHER

*“E um homem não me define
Minha casa não me define
Minha carne não me define
Eu sou meu próprio lar*

*Ela desatinou
Desatou nós”.*

(Triste, Louca Ou Má - Francisco, El Hombre.)

5.1 “E com os 12 anos me assumi como homossexual. Mas só que eu tinha tudo para ser mulher...”: O processo de tornar-se mulher e suas construções para as mulheres transexuais

Quando decidimos adentrar no universo que constitui as vidas das mulheres transexuais profissionais do sexo, embarcamos no desafio de tentar compreender como as relações são constituídas e estabelecidas dentro dessa estrutura sociocultural contemporânea em que (sobre)vivemos, com a finalidade de transparecer os desafios de (re)existir e compor suas próprias histórias diante dos direcionamentos impostos, bem como as diversas formas de construções desses corpos na busca por suas identidades em espaços que cotidianamente definem o que você precisa ser e ter para fazer parte.

Os corpos surgem como uma construção que, por vezes, é culturalmente influenciada pelas determinações que foram construídas acerca do sexo. Assim, o gênero difere das questões sexuais na medida em que é culturalmente construído, ou seja, é flutuante e depende das influências que sofre ao longo dessa construção (BUTLER, 2003).

Quando os sujeitos são alocados à categorização binária de gênero, automaticamente são obrigados a assumir uma posição que esteja de acordo com o padrão e sua influência na cultura vigente. É pressuposto que o sujeito tenha uma linearidade entre o sexo, gênero, desejo e práticas sexuais, seguindo a matriz da heterossexualidade (BUTLER, 2003) para que sejam reconhecidas e respeitadas na sociedade.

Porém, o verbo “ser” já não mais consegue abarcar as pluralidades que as identidades produzem, fazendo-se necessária a abertura de espaços para as novas perspectivas identitárias de gênero e sexualidades, que estão para além dos ideais

desejados e atribuídos pela sociedade, reestruturando assim a ação de torna-se sujeitos de si, das suas histórias e de suas vidas.

Tornar-se é um verbo transitivo que diz muito sobre as Colaboradoras deste estudo, e segundo Minidicionário Escolar Língua Portuguesa (RIOS, 2009), tal verbo vem do sentido de transformar, de transladar e de tornar a si, ou seja, recuperar os sentidos. Assim, quando uma pessoa torna-se algo, ela transita, ela transforma-se, ela transcende, ela trans.

Assim, ao discutir acerca das trajetórias das mulheres transexuais neste trabalho, faz-se necessário o entendimento de todos os processos que foram significativos para a composição das suas narrativas, no sentido de ousar elucidar e expressar as experiências que marcaram esses corpos e vidas, e os resultados que as tornaram tais mulheres.

Quando Simone de Beauvoir (1967) traz a construção do feminino, o tornar-se mulher, ao colocar que a nossa existência é construída, remete à nossas ações cotidianas e que as próprias vivências são as chaves para esta evolução.

Nascer com uma vagina não responde mais ao significado do ser mulher, é algo que já não mais condiz com as realidades das histórias, mas a vida vai esculpindo os sujeitos e as experiências fazendo esse sujeito torna-se mulher. Tornar-se a mulher. A sua mulher. Mulher. Mulher Cis, Mulher Trans. Trans. Transceder os muros. Transceder os conceitos e preconceito. TRANSceder.

Compreender o que cada história traz é de grande importância para entendermos as suas construções identitárias, e com isso apreender os significados do que é tornar-se uma mulher transexual na contemporaneidade.

A experiência transexual, para Berenice Bento (2008), configura-se em função do processo que atribui inteligibilidade aos corpos no meio social, podendo ser entendido enquanto um inevitável desdobramento dentro das questões de gênero e que perpassam os limites da binaridade (corpos-homens/corpos-mulheres) que são estabelecidos pelas construções socioculturais. Assim, de acordo com a autora a experiência transexual pode ser definida através da quebra normativa heteronormativo, entre sexo/gênero/desejo sexual, e binário, através do corpo sexuado (corpo-homem e corpo-mulher), destacando “[...]os gestos que dão visibilidade e estabilidade aos gêneros e estabelece negociações interpretadas, na prática, sobre o que é masculino e feminino” (BENTO, 2008, p. 21).

Ao retomar a discussão acerca do universo da pesquisa, as mulheres com quem dialogamos relatam as concepções sobre e as mudanças sofridas ao longo do tempo, em relação às suas identidades e como as assumem atualmente. Todas elas identificaram-se,

em unanimidade, como mulheres Transexuais, mas também relataram acerca dos processos intrínsecos na construção dessas identidades:

Antigamente eu me sentia como um fresquinho. Sem caráter e sem moral. Mas tudo, porque ninguém nasce travesti, não nasce travesti, dependendo das suas atitudes, da sua infância, é que vai ser mesmo travesti ou gay E para mim... sou garantida, entro em qualquer ponto, sou a Rayssa mesmo. Tanto como em dentro de justiça, já estou com a audiência como o meu nome decretado, como MULHER, como TRANS. [...]Eu já nasci com esse foco de gostar de homem. [...]Hoje, como uma MULHER TRANS! (Rayssa).

Uma mulher trans. [...] Sempre! Eu sempre quis ser o que eu sou hoje, entendeu?! (Bárbara).

O estudo descrito por Sierra (2011) expõe algumas concepções que seguem essa linha de raciocínio, ao trazer que as experiências transexuais são de extrema importância para a desconstrução das discussões que tendem a biologizar as identidades, de modo que se colocam no meio, na fronteira que liga os corpos aos limites divididos e que, por imposição, precisam fazer parte da heteronormatividade, fugindo diretamente dos discursos trazidos pelas instituições religiosas, familiares, escolares, midiáticas, da justiça e Estado, além de reproduzidos pelas ciências biológicas, médicas, psicológicas, psiquiátricas e pedagógicas. Tornando-se extremamente difícil transpassar os caminhos que estão em desacordo com as naturalizações das relações que são tidas como modelos sociais.

Por maior que os conflitos pudessem ser e o quanto os padrões sociais possam causar, é possível compreender que as Colaboradoras utilizam desse enfrentamento às normas para (re)afirmar que seus corpos se configuram de e com formas diferentes do que ditam. Amara Moira (2017) problematiza a importância dessa autoafirmação identitária, na desconstrução dessas premissas sociais que ainda assolam os corpos trans;

A auto-identificação segue sendo importante para desdemonizarmos a escolha por cruzar a linha, a escolha por ceder a essa pulsão e nos deixar levar para além do que fomos criadas para ser (se não houvesse um mínimo de escolha, não haveria tampouco armário), mas já há muito mais do que esse testemunho, essa auto-identificação, para pensarmos as existências trans (RODOVALHO, 2017, p. 368).

As pessoas que se identificam enquanto mulheres transexuais, transitam entre essas divisões que buscam definir e uniformizar os gêneros, causando assim estranhamento nas mais diversas instituições sociais. Mas as colocações e autoafirmações por parte dessas mulheres precisam acontecer, para que a sociedade possa entender a sua importância e necessidades enquanto ser humano.

Seus corpos seguem se distanciando das linhas de conformidades e transpassando as fronteiras da binaridade. Seguem constituindo aparatos que as tornem o que sempre foram, segundo suas falas. Para entendermos tais processos, Bagagli (2016) nos apresenta a peculiaridade do corpo Trans, imerso no meio social que não corresponde à lógica da cisgeneridade e é contínuo e fluído.

É possível verificar que as concepções acerca dos seus corpos e comportamentos já aparecem desde muito cedo. Tais compreensões emergem das Colaboradoras na busca de encontrar os sentidos de fazer parte do mundo, mas da maneira que precisam estar bem com suas relações e sociedade.

De acordo com os relatos, suas considerações desde muito cedo já apontavam para a idealização de um constructo feminino.

“Desde dos meus 12 anos de idade “da minha infância” que eu não me enxergava como um homossexual, mas sempre tive esse foco de ser feminina, “mulher” (mulher entre aspas) e levo a vida como uma mulher nunca me enxerguei como homem, é o foco da minha vida desde nova, e me assumi diante da minha família aos 13 anos de idade já sendo feminino. O que na minha infância, adolescência e no meu crescimento eu não me via como menino, me via como sempre menina, entendeu?” (Rayssa).

“É. Porque eu me... Comecei a me vestir de mulher com 12 anos de idade já, entendeu?! Hoje já estou com 24, aí já faz muito tempo. Eu nunca quis ser Gay, eu sempre quis ser travesti! Aí eu já me assumi logo, aí eles não aceitavam porque eu era nova, entendeu?!” (Bárbara).

“E com os 12 anos me assumi como homossexual. Mas só que eu tinha tudo para ser mulher... e no dia 23 eu me assumi como mulher trans. Meu pai não aceitou, que eu morava com meu pai. Ele não aceitou e ele me colocou para fora de casa, como é que eu posso dizer... Por pura homofobia. Ele não gostava da “classe” LGBT e não gosta.” (Dandara).

As Colaboradoras deixam claro que desde muito cedo já enxergavam a feminilidade dentro de si, por isso as mudanças ocorreram desde o início das suas concepções de identidade e continuamente edificam-se. E, coincidentemente, todas estas compreenderam essas descobertas aos 12 anos de idade, como está nos relatos supracitados.

Assim, as construções das identidades apresentam constante mudança e readaptação dentro do universo social. Exemplificando, Louro (1998) consegue transmitir que as identidades de gênero cotidianamente reconstroem-se e transformam-se. “Em suas relações sociais, atravessadas por diferentes discursos, símbolos, representações e práticas, os sujeitos vão se construindo como masculinos ou femininos, arranjando e desarranjando seus lugares sociais, suas disposições, suas formas de ser e de estar no mundo” (LOURO, 1998, p. 28).

Desse modo, as construções identitárias estão diretamente atreladas às vivências nos diversos espaços sociais onde somos atrizes e atores, reconfigurando a todo momento nossos signos e a arte de viver. É a partir dessas experiências que toda a idealização e modelação do corpo acontece. O processo transexualizador diz muito sobre a subjetividade e ao mesmo tempo a realidade dessas mulheres. E no discurso de Dandara e Bárbara, elas trazem essa experiência:

“É uma vida nova! Entendeu? Novos objetivos, novas conquistas. Porque assim, depois que você começa a desenvolver-se como mulher, você começa a ter os sentimentos femininos. É totalmente diferente de você chegar, se transformar e ir para uma esquina só ganhar o dinheiro e ter o prazer. Já eu não! Como eu tomo hormônios, tenho acompanhamento com psicólogo, psiquiatra, essas coisas... Eu sinto-me uma mulher! Entendeu?! E apesar desde quando eu criança, eu era mulher e então vou morrer sendo uma mulher.” (Dandara).

“Ser uma mulher... Assim, ser mulher, mulher... Não mulher, né?! Mulher trans! Para mim é ser eu mesma, para mim é se sentir bem, se sentir bem com meu corpo, com minha roupa e assim...” (Bárbara).

Assim, tornar-se mulher, na experiência trazida pelas Colaboradoras desse estudo, está muito além das linhas binárias, são construções que transpassam os olhos, o corpo e a alma desses sujeitos que cotidianamente lutam por seu espaço na sociedade. Está ligado intrinsecamente com a construção da sua história, em que elas fazem-se sujeitas de si e do mundo, reafirmando todos os dias a sua (re)existência.

Por mais que existam as regulações socioculturais de normatizações da construção de nossos corpos, os mesmos podem contestados a partir dos agenciamentos de nossos corpos, desconstruindo esses padrões estabelecidos (GOMES, 2014).

Porém, as lutas que permitem o reconhecimento das suas identidades encontram vários caminhos. Caminhos esses que utilizam da sua autoafirmação para compreendermos a importância que esses corpos possuem nas relações socioculturais e da sua visibilidade para edificar e promover espaços de diálogos e circulação dessa população, reafirmando sua existência e permitindo a expressão de si, sem sofrer qualquer tipo de violência.

Uma dessas resistências está no nome social, que possibilita a caracterização das suas identidades e que, a partir do respaldo jurídico e social, possibilita esse reconhecimento por parte de outras instituições e proporciona uma maior dignidade às pessoas transexuais à circular em outros espaços.

5.2 “Pra aonde eu chegar, eu vou mostrar que eu sou uma mulher feminina! Uma Trans mesmo! Independente do que esteja aqui”: As implicações do nome social e a retificação do registro de nascimento na sociedade

Ao discutir as conformações das existências na sociedade, precisamos incluir a importância das caracterizações que enfeitam os sujeitos e dão sentidos às suas performances, assim como os seus signos e símbolos compostos no dia-a-dia e que revelam muito sobre si.

Pensar em direitos sociais para a população transexual, é colocar em prática as possibilidades de mudança de realidades para essa população. Poder adentrar nos espaços públicos e privados sem precisar enfrentar uma grande barreira social pode ser o início na diminuição da desigualdade ainda existente no nosso cotidiano.

Um desses atributos, que sempre está repleto de significados, é o nome que quase sempre recebemos e utilizamos para identificarmo-nos em meio ao mundo. Nome este que possibilita o conhecimento e reconhecimento perante as relações que são desenvolvidas ao longo das nossas trajetórias.

O nome se faz presente bem antes mesmo das determinações sexuais e de gênero e são realocadas à nossa existência mesmo antes de nascermos, e este se conecta diretamente à nossa possível existência e dá origem a todas as outras construções que nos reserva as designações do que, possivelmente, vamos ser no meio social (ALVES; MOREIRA, 2015).

O nome que identifica cada pessoa também tem a função de nos individualizar, fazer com que nos tornemos únicos e que possamos nos reconhecer diante das instituições sociais. Outro papel exercido pelo nome está em nos possibilitar entrar em contato com nossos direitos e deveres dentro das colocações jurídicas e do Estado.

Para a jurisprudência, o nome está dentro de uma das mais importantes categorias de classificação social, o qual legitima a nossa existência e promove o exercício da nossa cidadania (PRÓCHNO; ROCHA, 2011).

No processo que envolve a transexualidade, as significações acerca do seu nome tornam-se problemáticas emergentes a serem discutidas. Pois, levando em consideração as amarras socioculturais, ter características socialmente femininas em sua identificação, seja pelo nome ou em documento, e não estiver de acordo com tais atribuições, as retaliações por parte da sociedade são severas.

Partindo desse pressuposto, o nome que identifica as pessoas torna-se uma prática discursiva e um meio político que pode outorgar as possibilidades, mas também

direcionar tal população à exclusão, pois alega algo transgressor, podendo este possibilitar sua visibilidade, porém, e mais comum de acontecer, propiciar o silenciamento (PRECIADO; 2014; ALVES; MOREIRA, 2015).

Desse modo, o uso do seu nome social é um direito que as mulheres transexuais já conquistaram, podendo utilizá-lo em diversos locais públicos e sua consequência irá diminuir as ações violentas que buscam desqualificar tais corpos.

Uma das leis que está atrelada à oportunidade de identificar-se de acordo com a construção do gênero foi a Lei João W. Nery⁴, que foi protocolada na Câmara pelo Deputado Federal Jean Wyllys (PSOL-RJ) e sua coautora, a Deputada Federal Erika Kokay (PT-DF). A lei propõe o reconhecimento da identidade de gênero por todas as pessoas transgêneras no Brasil, resguardando essa população em diversas áreas e seus processos, como na saúde, juridicamente e de mudança de identidade. Ela foi protocolada em fevereiro de 2013 (AZZE; PEREIRA, 2014).

Em sua composição, podemos explicitar alguns artigos e os benefícios que são trazidos às transexuais;

Artigo 1º - Toda pessoa tem direito: I - ao reconhecimento de sua identidade de gênero;

II - ao livre desenvolvimento de sua pessoa conforme sua identidade de gênero; III - a ser tratada de acordo com sua identidade de gênero e, em particular, a ser identificada dessa maneira nos instrumentos que acreditem sua identidade pessoal a respeito do/s prenome/s, da imagem e do sexo com que é registrada neles.

Artigo 2º - Entende-se por identidade de gênero a vivência interna e individual do gênero tal como cada pessoa o sente, a qual pode corresponder ou não com o sexo atribuído após o nascimento, incluindo a vivência pessoal do corpo.

Parágrafo único: O exercício do direito à identidade de gênero pode envolver a modificação da aparência ou da função corporal através de meios farmacológicos, cirúrgicos ou de outra índole, desde que isso seja livremente escolhido, e outras expressões de gênero, inclusive vestimenta, modo de fala e maneirismos.

Artigo 12º - Modifica-se o artigo 58º da lei 6.015/73, que ficará redigido da seguinte forma: "Art. 58º. O prenome será definitivo, exceto nos casos de discordância com a identidade de gênero auto-percebida, para os quais se aplicará a lei de identidade de gênero. Admite-se também a substituição do prenome por apelidos públicos notórios.". (BRASIL; 2012, p. 34).

Por assim colocado, o nome social e a alteração no registro civil reivindicados pelas pessoas transexuais são como dispositivos políticos que almejam a compreensão acerca das construções que foram realizadas por estas. Assim, Preciado aponta que;

Toda pessoa trans tem (ou teve) dois ou mais nomes próprios. Aquele que foi designado na hora do nascimento, cujo nome a cultura dominante buscou

⁴ O projeto foi inspirado no da Argentina, em demandas levadas pela Associação Brasileira de Homens Trans. João W. Nery foi o primeiro homem trans brasileiro realizando sua cirurgia clandestinamente no Brasil ainda no período ditatorial, que publicou sua autobiografia, Viagem Solitária em 2011 e promoveu visibilidade a esse segmento populacional no Brasil (AZZE; PEREIRA; 2014).

normalizá-lo e o nome que assina no início do processo de subjetivação dissidente. Os nomes trans não indicam o pertencimento a outro sexo, mas denotam um processo de identificação (...) o segundo nome utilizado pelas transexuais, a peruca drag, o bigode, enfim, são signos intencionais e hiperbólicos de uma travestilidade político sexual. E isso acontece não a partir do verdadeiro sexo ou do autêntico nome: mas sim através da construção de uma ficção viva que resiste a norma (PRECIADO, 2014, p. 2).

Em diversos locais, o nome ou documento que o contenha é exigido, colocando a pessoa transexual em uma posição inadequada e desagradável. Para a população transexual é imprescindível o acesso ao seu direito de exercer a própria identidade de gênero e o seu reconhecimento, uma vez que acarretarão na sua visibilidade. Porém, as condições socioculturais e repartições públicas configuram-se enquanto potencializadores, em muitos casos, da exclusão e violação de direitos dessa população (AGUINSKY; FERREIRA; RODRIGUES, 2013).

As instituições sociais possuem papel influente para a mudança e quebra desse paradigma ainda existente nas regulações das identificações, podendo estas evitar a incorporação do papel de opressor e adotar medidas que possibilitem a mudança social, além de cessar a marginalização dos corpos dessas mulheres.

A Bárbara nos relata sobre as situações embaraçosas que a negação do seu direito pode causar, e que foram experienciadas em alguns ambientes frequentados pela mesma:

“Mas quando eu vou para os “negócios” que eu tenho que dar minha identidade, é muito constrangedor porque tem que dar o nome de homem, aí ficam olhando com o olho torto e essas coisas...Aí é horrível!” (Bárbara)

A fala da Bárbara retrata a realidade vivida por essas mulheres, que possuem a necessidade de acessar os dispositivos sociais, mas encontram barreiras de todas as formas que fomentam a sua diferença.

Assim, o estudo de Araújo aponta o quanto as pessoas transexuais tem seus direitos privados por conta do crivo entre documento de identidade de nascimento e as aparências físicas expressas, pelo simples fato de a condição de transexual não se radicar sob a ótica dos princípios da liberdade, e, sobretudo da dignidade da pessoa humana.” (ARAÚJO; 2016, p. 06).

Conseqüentemente, todas as esferas que as colocam no patamar de sujeito são rompidas bruscamente a partir da perpetuação dessas ações violentas, comprometendo sua socialização e negligenciando sua dignidade enquanto ser humano, limitando assim o exercício da sua cidadania.

A transgenitalização⁵ é um procedimento em que pode facilitar a deliberação do registro e nome social, em relação à jurisprudência, pelo fato da aproximação com a essencialização do corpo, neste caso o feminino. Contudo, este fator pode dificultar esses procedimentos para outras populações, como as pessoas transexuais que não desejam realizar a cirurgia. Carvalho (2009) elucida que o fato da pessoa transexual não querer realizar a transgenitalização não diz respeito à sua identificação de gênero, uma vez que não se limita a este.

Está mais interligado às diversas modificações corporais e sociais, essas construções estão pautadas “nos papéis socialmente atribuídos ao gênero identificado, incluindo, por exemplo, o uso de vestimentas e objetos destinados a pessoas do sexo oposto. Assim, busca o transexual ver reconhecida a sua condição de pessoa pertencente ao gênero com o qual se identifica” (CARVALHO, 2009, p. 465).

E mesmo que não haja o procedimento de transgenitalização, é importante que a construção da identidade dessa população possa ser considerada e respeitada em âmbito público e perante as leis, e se caso não seja respeitada, poderá ser entendida como uma forte repressão e violência à estas.

Na fala de Rayssa, fica claro o seu interesse em realizar tal mudança no seu registro e nome, independente do que esteja enfeitando e compondo o seu corpo:

*“Pra ter o nome de mulher. Tudo isso ocorre na troca de nome. E existe sim as Trans que... Porque a troca de nome, não é somente trocar o nome por Rayssa. Não é só o nome Roberta ou Carla... Existe esse ponto: Se eu quisesse, sairia o nome Rayssa com o sexo masculino. Mas eu não quis! O meu vai sair com o gênero mulher, feminino. Por isso que a minha audiência está demorando, desde agosto. Que eu exigi do advogado e eu pedi na delegacia com urgência o gênero feminino, pra aonde eu chegar, eu mostrar que eu sou uma mulher feminina! Uma Trans mesmo! **Independente do que esteja aqui.** Não importa. Ai muitas estão fazendo assim: Elas estão trocando o nome, mas vai sair na certidão: Masculino. Mas o juiz já deu feminino.” (Rayssa) (Grifo nosso).*

Para ela, sentir-se bem consigo mesmo e poder transitar pelos espaços desejados sem sofrer qualquer preconceito é o mais importante. E esperar já não se configura como um problema, é somente o processo para que sua transição realmente possa acontecer. Está para além do corpo, é algo intrínseco do seu ser. Do seu tornar-se mulher, bem como um direito.

⁵ Processo cirúrgico geralmente realizados por mulheres transexuais para a readequação do órgão genital à identidade de gênero a qual se identifica. Costuma ser chamado de redesignação sexual e geralmente realizados pelas mulheres transexuais, formando nestas uma neovagina funcionante (BRUNS; PINTO; 2003).

Levar em consideração as subjetividades do que o nome pode significar para estas pessoas é crucial, uma vez que abre espaço para entender o seu desejo dentro da construção da sua identidade. Portanto, o nome social e a retificação do registro civil para adequação à sua identidade de gênero é um ato que oportuniza e liga essas mulheres ao acesso à outros espaços.

Na visão das colaboradoras, ter seu nome de acordo com sua identidade de gênero é algo de grande relevância:

*“Entrevistador: Me diz qual o significado dessa transformação para você?
Colaboradora Bárbara: Da minha transformação? Assim... É... **Quando eu mudar o nome, né, que eu vou me sentir aliviada. Porque assim como estou, me sinto uma mulher, entendeu?!”** (Diálogo com Bárbara)*

“- E eu sofri muito. E lutei... Sou guerreira e agora estou esperando minha audiência, só para o juiz me entregar minha certidão e eu fazer meus documentos de mulher! E pronto. E onde eu chegar eu sou Rayssa, até a hora de Deus me levar. Vou morrer com o nome de Rayssa mesmo.” (Rayssa)

Desse modo, e segundo Bárbara, toda a sua TRANSformação só será completa e terá sentido a partir da mudança do seu nome de registro para o nome que a mesma escolheu para vivenciá-lo na história da sua vida. Suas considerações acerca deste processo deixam bem claro que seu nome vai dizer muito sobre si e necessita dessa mudança.

Já a Rayssa recorre às medidas judiciais para concretizar esse desejo, reafirmando que seu nome é este de fato e reforçando a mudança em seu registro para que o processo possa se fazer completo. O seu nome social e a retificação do seu registro são importantes agentes políticos para aquisição desses e outros direitos.

Em outro momento, Rayssa relata um episódio em que é constrangida em relação à aparência física *versus* identidade de gênero e nome social:

*“Uma vez cheguei no PSF para pegar preservativo. Aí eu cheguei no posto e disse que vim falar com a médica. Aí a moça da recepção disse: O “Senhor” aguarde um pouco... E eu com o vestido curtinho e colado, que as vezes eu ando assim. Aí eu com o vestido curto, de sandalhinha e de óculos normal e com maquiagem, e ainda estava com aplique no cabelo, bem feminina. Aí cheio de gente assim, porque é por ordem de chegada para pegar a ficha e essas coisas... Eu fui pegar a ficha e aí a moça do posto falou assim: O “senhor” aguarde aí que depois eu vou lhe dar as fichas. Aí eu perguntei: **Por que tu está me chamando de SENHOR? Fechei!** Por que? Eu vou mostrar a você que eu não sou um “senhor”. Vou mostrar a você! Ela dizia: Não, me desculpe... Eu falei: Eu vou mostrar a você. Você me afetou ao me chamar de homem. Ela “ficou morta”! Diga aí o que é que você quer agora? Olhe aí meu cartão do SUS. **Tenho uma procuração da Justiça, com o um nome de mulher que eu estou indo para uma audiência para Ser Rayssa! Meu nome é Rayssa. Como é o seu nome? Fulana. Pois então, você não tem seu nome de mulher? Você não é registrada? Então me respeite como mulher. “Senhor”***

nunca mais. Eu disse: Então não faça isso nunca mais. Quando chegar um gay aqui vestido de homem, aí você chama “o senhor”, mas a gente não. Ela “ficou morta”, menino! Mostrei assim, para todos que estavam na fila... Olha aqui, RAYSSA. E eu só não vou para a delegacia, porque eu estou com pena de você sair daí. E eu disse mesmo e eu iria fazer um processo contra ela. Eu ia mesmo. E eu ganhava. Ganhava o processo porque ela não pode fazer isso. Chamar eu de “senhor”. E mais “ele”, tu acha? Ela me chamou de “ele”. Que coisa!” (Rayssa) (Grifo nosso).

A violência que foi relatada pela Rayssa é uma experiência que é corriqueira pela população transexual, que mesmo contendo características (aparência) e utilizando adereços socialmente tidos como femininos, os outros sujeitos ainda insistem em reproduzir essa diferenciação, causando muito desconforto para estas.

O empoderamento das mulheres transexuais acerca dos seus direitos também é uma grande meta a ser cumprida, assim, uma vez munidas das leis que as resguardam, sua participação social será melhor efetivada.

Em congruência, Rayssa nos relata um fato ocorrido no ambiente escolar, acerca da sua propriedade e militância em relação ao direito do uso do seu nome social:

*“E eu exigi da escola. Na minha matrícula. Eu exigi da diretora da escola e diretor: **Quero ser chamada de ela.** Ver todos os professores na chamada. Está aqui que eu estou mostrando! Eles responderam: Não, Rayssa! Que isso! Você vai ser chamada pelo seu nome.” (Rayssa) (Grifo nosso).*

O episódio relatado pela Rayssa pode ser considerado um ato de resistência e luta, de modo que a partir do seu conhecimento, foi possível ter acesso e garantir o seu direito de ser chamada e reconhecida como deseja. E a luta pela identificação ao gênero que você se reconhece é necessária e pode possibilitar novos horizontes, quebrando as contradições que foram constituídas sob dinâmicas heteronormativas e binárias.

O entendimento desses episódios fomentam a luta e a militância de vários grupos políticos e culturais, e com isso foi possível discutir as novas possibilidades de identificação de si e compreensão do mundo, além produzir embasamento sociológico e jurídico para que o direito à identidade de gênero pudesse ser acessado por todes⁶.

A iniciativa política e jurídica possibilitou uma maior discussão acerca das identidades de gênero transexual, e sua visibilidade, dando legitimidade à sua existência e empoderamento à sua luta. E todas as conquistas não seriam efetivadas sem a militância cotidiana dos movimentos sociais, principalmente o protagonismo do transfeminismo.

⁶ Termo utilizado para englobar qualquer pessoa, independente da sua identificação, expressão de gênero, práticas sexuais ou sexualidade.

A militância transfeminista é de fundamental relevância, pois utiliza da persistência para conseguir dar voz à essas pessoas e promover novas formas de (r)existência e ocupação de espaços que delas são retirados, mas que são seus por direito. Ou seja, não se trata apenas de estimular e preservar o seu acesso aos diversos ambientes possíveis, mas garantir que a sua expressão identitária possa ser executada livremente (JESUS, 2013).

Desse modo, tal iniciativa de resistência também é fruto das revoltas causadas pelas diversas formas de opressão envolvendo a construção identitária, seja ela através da negação e da não atribuição de sentido aos seus corpos, da negligência acerca das circulação e visibilidade e a marginalização da sua existência. E ter a experiência de viver a transexualidade e travestilidade no mundo atual, é como não ser completamente humano, devido ao estigma sofrido. É fazer-se combatente das normas que colocam os papéis de gêneros enquanto naturalizados, no sentido biológico, ou seja, é possuir uma identidade política que preza pela visibilidade dessas identificações que foram e ainda são estigmatizadas (GOFFMAN, 1980; JESUS, 2013).

Junto aos processos de desconstrução, construção e reconstrução das pessoas transexuais, tornar-se um ser político já está dentro das suas características essenciais, uma vez que o enfrentamento aos preconceitos sociais também é algo cotidiano e a luta pelo seu espaço precisa ser constante. “Nesse sentido, a luta militante lhes possibilita participação ativa em processos de formulação de políticas públicas a cada vez que pensam ações possíveis de governo, mas também em um controle social efetivo daquelas políticas públicas que são implementadas” (SILVA; BARBOZA, 2009, p. 274).

A relação com o nome social e retificação do registro em relação ao gênero vivenciado pode apresentar algumas ressalvas no que tange as normas, pois não basta as exclusões que são colocadas por todos os âmbitos de suas vidas, a diferença nome-corporeidade ainda insiste em aumenta-las. Assim, torna-se uma exigência social essa troca. E, por mais que seja da vontade dos sujeitos (ou não), a essencialização do binarismo também exerce uma grande influência nessas e em outras questões que envolve a população transexual.

Porém, é necessário estar sempre atento às construções que são colocadas socioculturalmente, pois as mesmas podem fazer com que as pessoas se submetam à processos que nem sempre são desejados ou necessário, visando manter a ordem pré-estabelecida anteriormente. Tentando enquadrar inconsciente e compulsoriamente qualquer corpo às normas binárias e heteronormativas.

5.3 “Eu sei que eles têm que ter o respeito por nós, trans e travestis. Mas é a viadagem das outras...”: Reflexões acerca das adaptações do gênero à dicotomia binária e à heteronormatividade

Muito questiona-se acerca dos processos de construção identitária na transexualidade a necessidade, em alguns casos, de igualar-se ao feminino ou masculino socialmente dito como correto, em que as premissas normativas acabam interferindo nas subjetivações, promovendo e reafirmando a necessidade de estar dentro desses padrões.

No universo da realidade das mulheres transexuais, é importante compreender que as suas expressões de gênero dizem muito sobre si e as suas construções cotidianas, de modo que estão diretamente ligadas às suas maneiras de enxergar e viver o mundo.

Assim, é possível perceber, nos relatos das Colaboradoras, que todas elas identificam-se enquanto mulheres transexuais e deixam claro o desejo de tornar-se mulher por “completo”, adequando-se aos padrões impostos socialmente do que é ser uma mulher, seja esteticamente (cabelos, seios, unhas, corpo), seja através da vestimenta e adereços (vestidos, saias, sutiã, joias, brincos) e nos comportamentos, justamente os que, em diversos casos, reproduzem a lógica heteronormativa que é imposta na nossa sociedade.

Dessa forma, torna-se necessária a discussão acerca da higienização das identidades, uma vez que a transexualidade é reportada à um sentido patológico, em que existe um transtorno (Disforia Gênero⁷) e que precisa ser “curado” (Cirurgia de Transgenitalização), ela passar a ter outros significados que geralmente se referem a correção do que está errado ou não faz parte do natural, ou seja, por menor que seja o desejo de fazer a cirurgia de transgenitalização, o sujeito é coagido socialmente a adentrar novamente nas regras do binarismo e da heteronormatividade para ser reconhecido e aceito (PETRY; MEYER, 2011).

Assim, a patologização do gênero é algo bastante discutido, pois ainda envolve situações que implicam na categorização da experiência trans em estar transitando nos gêneros ou dentro da dicotomia, porém apresenta-se como um meio viável para que o

⁷ Segundo o DSM-5, configura-se enquanto um transtorno mental em que o sujeito não se identifica com o gênero definido no seu nascimento ou transita entre estes. (BENTO, 2016).

grupo que prefere submeter-se às cirurgias possa ter acesso à esta. Assim, para Berenice Bento e Larissa Pelúcio;

A patologização da sexualidade continua operando com grande força, não mais como “perversões sexuais” ou “homossexualismo”, mas como “transtornos de gênero”. Se o gênero só consegue sua inteligibilidade quando referido à diferença sexual e à complementaridade dos sexos, quando se produz no menino a masculinidade e na menina a feminilidade, a heterossexualidade está inserida aí como condição para dar vida e sentido aos gêneros (BENTO; PELÚCIO, 2012, p. 572).

E estas situações ocorrem devido ao fato da não inteligibilidade que é designada ao gênero, caso não esteja dentro dos limites sexo/gênero/desejo/prática sexual, fazendo com que haja a grande preocupação por esta população em pertencer à sociedade e conseguir fazer com que seus corpos parem de sofrer com a marginalização, possuam sentido e consigam existir.

Normalmente, no início da transição ocorrem alguns conflitos identitários, pois essas mulheres sofrem uma imposição social desde muito cedo para se enquadrarem numa gramática inteligível dentro do universo normativo e binário. E que ficar no meio desta transição gera repulsa e abjeção, uma vez que suas próprias características corporais impossibilitam seu trânsito nas experiências de gênero, e é nesse momento que são levadas a reproduzir as normas que envolvem a binaridade (BENTO, 2014).

Para não se tornar um corpo abjeto, ou ser vista como “bichos-esquisitos”, “macho-fêmea” (BENTO, 2014), entre outros adjetivos depreciativos, adentram assim nos jogos binários das regras sociais. Então, os estereótipos sociais no que diz respeito ao que é ser mulher reaparecem nas práticas e discursos das mulheres transexuais, em que elas precisam entrar no enquadramento do que é aceitável para ser uma mulher na nossa sociedade.

Então surge a problematização que tange esse reaparecimento dos estereótipos de gênero que as mulheres transexuais trazem à tona, remetendo suas práticas às ações que por muito tempo foram questionadas e até os dias atuais estão sendo desconstruídas, como a própria subordinação das mulheres (BENTO, 2014).

Para exemplificar, alguns discursos da Rayssa carregam o preconceito com outras formas de vivenciar o gênero que não estão dentro das regras que a normatividades social nos impõe, jogando à essa outra parcela da população a responsabilidade por traz da falta de respeito/LGBTQI+fobia⁸, nesse caso, Transfobia;

⁸ A LGBTQI+fobia pode ser definida como a hostilidade geral, psicológica e social contra aqueles(as) que, supostamente, sentem desejo ou têm práticas sexuais com indivíduos do mesmo sexo (práticas homoeróticas). Atuando como forma específica do sexismo, a LGBTQifobia rejeita, igualmente, todos(as)

“Mas sabe o que significa isso? E às vezes eu não tiro nem a razão das pessoas. Eu sei que eles têm que ter o respeito por nós, Trans e Travestis. Mas é a viadagem das outras... Quer chegar no banheiro ou quer chegar nos cantos e ficar: “Ai, bicha! Ai viado!”... Isso torna desrespeito, Não para nós, para TODAS. Você tá entendendo agora?” (Rayssa).

As condutas tomadas por esses outros sujeitos, segundo Rayssa, não são esperadas por uma mulher dentro da sociedade e por isso, em sua visão, acabam desqualificando toda a classe transexual. E estar dentro dos padrões definidos é mais seguro, confortável e menos transgressor, fazendo com que até mesmo o outro sujeito que vive uma experiência diferente possa ser julgado e condenado enquanto diferente.

Desse modo, Berenice Bento (2008) discute o termo “Transexuais de Verdade”, em que o mesmo se faz reflexo das normas heterossexuais, e que muito diz acerca das vivências transexuais, além dos seus desejos e buscas para serem notadas enquanto cidadãs que precisam fazer parte da sociedade

Esta dicotomia de gênero está imbricada nos processos culturais que moldam nossos corpos, em que é preciso realizar a reprodução de certas ações para que as vivências possam assemelhar-se ou até igualar-se, sempre tomando o corpo (corpo-homem-pênis/corpo-vagina-mulher) e comportamentos como referências para essa construção, tornando-se xerox do que podemos chamar de “homens e mulheres de verdade” (BENTO, 2014).

Em outra vivência tida e relatada por Rayssa, é possível perceber essa tentativa de justificar sua posição como a mais adequada, pois o seu comportamento está condizente com o que é esperado para uma mulher dentro de um sistema socioculturalmente binário;

*“Uma vez eu cheguei no Clementino Fraga (Hospital da cidade), onde eu faço meu tratamento de hormônio e chegou dois travestis dizendo: Bicha! Eu fiquei passado como era grande o negócio do macho! Isso é coisa de você tá dizendo? Isso é viadagem! Isso é “fuleragem”! E cadê o respeito? Aí você vai para a recepção do hospital e vai ser chamada de ele, de tu... Você entendeu agora como é a história? Quem dá o desrespeito são elas também! Não é verdade? Dentro dos ônibus daqui... Eu entro dentro dos ônibus “finíssima”, bem mulher. Não dou ideia à ninguém! Agora eu vou te dizer uma coisa: **Chega dois travestis: E aí, viado, já chegou os travecos, olha. Eita!! Hoje eu me acabo com os travestis! São tratados como os marginais. Porque eles não respeitam. São viadinhos, para eles. São viados de cachorrada. Por que comigo não diz? Porque eu sento dentro do ônibus e postura! Tem que ter. É o que vai fazer uma trans... É postura de mulher! Que mulher não anda feito viado, não! Não sai andando feito bicho na rua, não! Eu nunca vi na***

aqueles(as) que não se conformam com o papel de gênero predeterminado para o seu sexo biológico (LEMOS; BRANCO, 2015).

minha vida mulher andar "afrescaçada" não! Entendesse como é que é o foco? É isso que eu fico visualizando. Ai elas ficam nervosas quando vê a gente! As outras que ficam com "fuleragem". A gente tem que ter postura! Não é com viadagem que você vai ao mundo! Você vai ser desrespeitada. Claro que vai! Lógico." (Rayssa) (Grifo nosso).

As concepções da Colaboradora supracitadas estão totalmente voltadas à padronização do gênero, ou seja, a mesma reforça a existência dessa dicotomia e ainda reafirma e valida o preconceito e violência aos outros sujeitos pelo fato de não se apresentarem como ela (e a sociedade) julga correto sobre ser/ter uma experiência feminina.

Os símbolos femininos possuem um significado para as mulheres transexuais, pois é a partir do reconhecimento social que elas poderiam possibilitar a sua existência. Para as pessoas transexuais, “esta herança de gênero faz parte de sua biografia e a utilizam como elemento politizador de sua existência, demandando o direito a viver o gênero na fronteira, através de atos performáticos que borrem intencionalmente os limites binários entre os gêneros” (BENTO, 2014, p. 58).

Assim, levando em consideração as falas das Colaboradoras junto com o que literatura traz, as construções de suas vivências estão imbricadas na construção social binária de gênero, em que trazer os dois signos no próprio corpo ou em atitudes faz com que o sujeito não seja reconhecido ou merecedor de respeito e dignidade. Os limites binários de gênero atuam com toda a sua força na escolha de quem permanece ou será excluídos dessas fronteiras. E até mesmo nas relações entre elas, as reproduções deste estereótipo é reforçado e utilizado para qualificar ou desqualificar as suas existências.

Quando falamos em relações entre transexuais, identificam-se várias categorias de ações e sentimentos que fazem parte, e as relações conturbadas também existem, indicando diversas maneiras de desqualificar a existência do outro, seja através de discursos tendenciosos, maldosos e ambiciosos, envolvendo questões religiosas em que as colocam enquanto pecaminosas e anormais (ROCHA; RASEIRA, 2015).

Porém, é necessário tencionar as regras que são colocadas socioculturalmente, pois as mesmas podem fazer com que as pessoas submetam-se à processos que nem sempre são desejados ou necessário, visando manter a ordem pré-estabelecida anteriormente. Tentando enquadrar inconsciente e compulsoriamente qualquer corpo às normas binárias e heteronormativas.

Faz-se necessária uma conjuntura de reflexões sobre tal fenômeno, pois estamos lidando com as mais diversificadas formas de violências e exclusão social,

desqualificando as existências possíveis de pessoas numa sociedade. Vivenciar essas passagens entre os gêneros e construir sua identidade não é algo simples, vai muito além do que tange o corpo. Talvez estar numa posição menos transgressora possa ser também uma forma de (r)existir, ser mais aceita e sofrer menos violência.

Assim, Bento nos traz uma reflexão importante no que diz respeito aos processos que envolvem as experiências de gênero na sociedade, a qual coloca que a socialização das pessoas trans, assim como a de qualquer outra pessoa, foi pautada na concordância gênero/desejo/prática sexual e somente após uma história é que esses sujeitos iniciam as expressões dos gêneros os quais se identifica. Assim, necessitam aprender o que socialmente é tido como feminino ou masculino e sua reprodução dar-se pela herança de gênero. Elas utilizam dessas facetas e performances para que sejam aceitas numa sociedade que a todo momento categoriza (BENTO; 2014).

Com isso, faz-se necessário compreender as pluralidades que permeiam as histórias de vidas desses atores sociais, uma vez que os processos de construção das suas identidades e corporeidade estão diretamente ligados às relações constituídas por estas nos âmbitos pessoais e grupais e o quanto exercem influência sobre essas expressões corporais e identitárias. Estas podem ser as chaves para o entendimento acerca dos rumos que foram e têm sido tomados e das situações vivenciadas, além de mostrar a verdadeira realidade de ser uma mulher transexual que está atuando enquanto profissional do sexo nas avenidas de uma capital nordestina.

6 OS MARCOS, AS MARCAS E OS CORPOS: HISTORICIDADES QUE PERMEIAM AS VIDAS DAS MULHERES TRANSEXUAIS

*Vou te contar a lenda da bicha esquisita
Não sei se você acredita, ela não é feia (nem bonita)*

*Ela sempre desejou ter uma vida tão promissora
Desobedeceu seu pai, sua mãe, o Estado, a professora
Ela jogou tudo pro alto, deu a cara pra bater
Pois pra ser livre e feliz tem que ralar o c*, se f*der*

*Abandonada pelo pai, por sua tia foi criada
Enquanto a mãe era empregada, alagoana arretada
Faz das tripas o coração, lava roupa, louça e o chão
Passa o dia cozinhando pra dondoca e patrão*

*Eu fui expulsa da igreja (ela foi desassociada)
Porque "uma podre maçã deixa as outras contaminada"
Eu tinha tudo pra der certo e dei até o c* fazer bico
Hoje, meu corpo, minhas regras, meus roteiros, minhas pregas
Sou eu mesmo quem fabrico
(Lenda – MC Linn da Quebrada).*

6.1 “Eu sofri preconceito de pai e de mãe”: A família e sua negação no processo de transexualidade

Os processos atrelados a construções históricas são inerentes às transformações que experienciamos ao longo de nossas vidas. Transformações essas que nos permitem o auto-reconhecimento e a construção dos significados que serão reflexos das nossas ações em sociedade.

Nesse caminho, os encontros com outros corpos também contribuem na formação da história, em vezes positivamente, em outras atreladas a momentos de sofrimento. Ao emergir nas realidades das mulheres transexuais que colaboraram no processo de construção desse trabalho, é incontestável a grandeza da importância que esses relatos possuem para compreender e expor os caminhos traçados para tecer as suas histórias de vidas.

As diversas instituições sociais também fazem parte e são responsáveis por parte dos caminhos que percorremos durante a construção das nossas identidades na nossa vida. “A família, a escola, o trabalho, o lazer, a afetividade, o movimento social, correlacionados a essa possibilidade de construção do gênero, passam a tecer um sujeito integral, complexo, múltiplo, dono de uma história particular” (TEIXEIRA, 2011; p.632).

Todo esse conjunto de aspectos de vida irão compor os percursos realizados por estas pessoas. E é possível enxergar os detalhes vivos presentes nas trajetórias dessas mulheres, o que nos faz compreender o quanto as configurações socioculturais são capazes de realizar transformações e possuem o poder de traçar os destinos que estão marcados em suas vidas por muito tempo. São marcas que viram marcos, e marcos que constroem essas vidas.

Desde muito cedo, as mulheres transexuais vivem diversas formas de violência de muito perto e em uma perspectiva social geral, seja ela dentro do núcleo familiar, seja na escola ou nos diversos outros espaços sociais. Passando por experiências que as colocam em situações de vulnerabilidade. Porém, ainda que sejam vivências de sofrimento, elas são cruciais nas construções subjetivas e cotidianas desses sujeitos.

O ambiente familiar configura-se como o primeiro ambiente de violação dessa existência. Assim, é possível perceber nos relatos das Colaboradoras não somente a violência social, de uma maneira ampliada, mas que as rejeições sobre suas vidas se iniciam dentro de casa.

As primeiras agressões constituem-se pela negação de uma prática socialmente desviante que são compulsivamente repudiadas pelas próprias famílias, iniciando os primeiros processos de violência, como evidenciadas, de forma unânime, pelas colaboradoras da pesquisa:

“E foi uma vida muito “dificultada” para minha família, tive preconceito de mãe, do pai que já faleceram os dois. Fui expulsa de casa quando fui assumida...” (Rayssa);

“Meu pai não aceitou [...] Ele não aceitou e ele me colocou para fora de casa, como é que eu posso dizer... Por pura homofobia. Ele não gostava da “classe” LGBT e não gosta.” (Dandara);

“A família é “uó”, foi “uó”. Minha mãe nunca aceitava, entendeu?! Meus pais não queriam nem saber de mim” (Bárbara).

As primeiras negações, em muitas vezes, iniciam-se desde muito cedo. Neste caso, duas colaboradoras tiveram que deixar as casas de seus pais pela ausência de compreensão, mas principalmente pela reprodução das normas pautadas no binarismo e na heterossexualidade compulsória. Tais normas estão à todo momento marginalizando à quem a transgride.

Enfatizando, Lanz (2014) exemplifica o quanto são as hierarquias identitárias são inflexíveis e violentas, as quais “estão sempre na espreita para cair na pele, repelir e execrar pessoas que estão fora dos seus vetustos critérios de passabilidade, inspirados em

estereótipos de gênero heteronormativo cisgêneros que fazem a festa do patriarcado machista” (LANZ, 2014, p. 132).

É perceptível nas falas e no trecho da autora o quanto é cobrada essas performances binárias. E o ambiente familiar é o primeiro espaço em que há um maior convívio desse grupo e, socialmente falando, a família, muitas vezes é considerada como um ambiente seguro e de cuidado porém também é em quem origina a exclusão por não concordar com as diferenças existentes, levando, em muitos casos, a rejeição dentro de casa e até mesmo a expulsão desses indivíduos.

É importante repensar o significado desta, que pode ser violenta e reprodutora dos padrões heteronormativos e binários, que irão impactar diretamente na produção da história desses atores sociais.

Segundo Berenice Bento (2012), a compreensão da família e a outra face, ou seja, as opressões reproduzidas por esta, já vem sendo discutida por um tempo, fazendo-nos entender que esta instituição pode abranger características para além dos estereótipos, ela pode ser desviante e apresentar-se enquanto espaço que produz violência e segregação.

Corroborando com o que foi relatado e apresentando como acontece essa desfiliação⁹, Machado (2015), em seu trabalho traz;

Dessa forma, há uma tensão no seio familiar quanto à aceitação de componentes de orientação sexual e/ou identidade de gênero diferentes do padrão heteronormativo, o que contribui para que os laços entre os indivíduos familiares se deteriorem, efetuada a evasão desses indivíduos da residência, ou, em pior escala a possibilidade de violência doméstica entre outros tipos de agravos no ambiente familiar.[...] Por falta de apoio e despreparo para a vida adulta, ao serem atingidos por grandes estigmas quanto à rejeição, condenação e desrespeito quanto à sua diferença, não encontram outra possibilidade de regularizar suas vidas e adentram a situação de risco sociais onde seus laços familiares se encontram rompidos e não existe um espaço para morar e muito menos para trabalhar ou buscar emprego (MACHADO, 2015, p. 4-5).

Assim, a família configura-se enquanto a primeira rede social que é quebrada, reproduzindo a discriminação e o preconceito que já são eminentes em outros espaços e realocam esses corpos ao espaço de exclusão, negando o apoio e expondo-as à situação de vulnerabilidade.

É importante ressaltar que, segundo os relatos, a maioria vem de família de classes sociais baixas e já possuem limitadas oportunidades devido a tal fator. E de acordo com a Lanz (2014), diversos estudos apontam que a maioria da população trans, surgem das

⁹ Conceito definido por Castel para caracterizar os sujeitos que possuem poucos ou fragilizados vínculos com sua rede social. Não estão necessariamente fora da sociedade, mas possuem uma distância significativa do centro desta, assim como os desempregados de longa data, pessoas com baixa escolaridades, jovens que não conseguem inserir-se no mercado formal de trabalho, entre outros (CASTEL; 1998).

camadas mais populares das classes sociais, estando no ultimo patamar da pirâmide socioeconômica, ainda tendo que sofrer com a repulsa que as instituições sociais, incluído a família, reproduzem, outorgando sua a estigmatização, a marginalidade e exclusão da sua participação na sociedade.

Tais consequências abrem espaço para mais violência, as quais podem existir de múltiplas formas e que podemos encontrar facilmente no centro familiar. Os relatos das colaboradoras podem exemplificar alguns tipos:

“A minha família assim, eu quando me assumi, a ser travesti desde lá para cá, uma correria muito grande e levei logo um murro na cara do meu irmão, que Deus já levou, mais velho, me chamava de cabra safado, disse que nunca viu um homem querer se passar com outro “macho” (homem machista como se chama), sei lá... [...]ele (o irmão) me deu uma surra com fio de energia no meio da rua que eu estava com uma turma de travestis, já assumida, só que não me vestia em casa, me vestia na casa das amigas de roupa de mulher.” (Rayssa).

“Quando eu era criança pelo um tio meu. Fui abusada por ele.” (Dandara).

Nos casos contados, Rayssa relata que sofreu agressões físicas por parte de um dos parentes, por estar transvestida e junto à outras mulheres transexuais. Já a Dandara diz em seu discurso que na infância sofreu abuso sexual de outro parente. É impactante como o fato de não estar dentro das normas pressupõe que este indivíduo não possui significado e com isso não possui o direito de circular no meio social como realmente se reconhecem. O estudo de Pocahy (2007), discorre que as mulheres transexuais configuram-se como a população, da sigla LGBTTQI+¹⁰, que estão mais vulneráveis às violências, incluindo a proibição de circulação em ambientes públicos e que tais agressões apresentam características graves.

É importante entender que o questionamento sobre tamanha violência sempre aparecia nas expressões das Colaboradoras. A necessidade de serem ouvidas era nítida, por tudo que já tinham passado e pela falta de espaço para compartilhar suas trajetórias. Assim, Bento ressalta;

Muitas outras histórias de abandono e violência compõem suas memórias e narrativas. Mas por que a família de origem lhes provocava tanta dor? Talvez pela promessa não cumprida, pelo desamparo, por não saberem o que iriam fazer delas mesmas, ou por não terem um repertório discursivo que lhes permitissem entender por que seus familiares as puniram com tanta violência. (BENTO, 2012, p. 277).

¹⁰ Sigla utilizada para englobar as categorias sexuais e de identidades de gênero lésbicas, gay, bissexuais, transgêneros/transexuais, travestis, *queer*, pessoas intersexuais, entre outras.

As construções das historicidades por esses sujeitos passam por uma reconfiguração, obrigando-as a traçarem novos destinos. A estratégia para se distanciar desse sofrimento é através de outras formas de vínculo, nas quais essa população consegue (re)construir outros significados à partir de suas vivências e retomar suas histórias com outro ponto de vista, assim como Rayssa coloca quando relata as consequências da sua expulsão de casa pelos seus pais:

“Assim... Quando eu fui "botada" para fora de casa, eu fui para casa de uma tia, e foi lá que você sabe que família não é hoje e não é amanhã. E foi minha tia me colocou para fora da casa dela, que ela não aguentava mais por conta que eu estava sem trabalhar, não estava mais ajudando.” (Dandara).

“Eu tive que vir morar de favor na casa de travesti daqui.” (Rayssa).

Portando, as reconfigurações de suas relações foram refeitas à partir da solidariedade de outras pessoas que possuem outro grau de parentesco ou que também já passaram pela mesma situação, como a mesma traz quando diz que precisou ficar na casa de outra amiga travesti para não correr o risco de ficar em situação de rua. Enquanto Dandara mais uma vez sofre a expulsão por outro membro da família. Assim, diante de experiências de violência e exclusão, as mulheres transexuais se agrupam como forma de resistência e sobrevivência, criando laços e uma rede de proteção (BENTO, 2012).

Assim, é expressamente recorrente nos discursos das colaboradoras, o que corrobora com os estudos trazidos, a existência da quebra de vínculo com a família, iniciando seu histórico de rejeição, em que a falta de compreensão proporcionará o rompimento de outros laços e a promoção do próprio preconceito em outros ambientes. Sendo uma ação que promoverá a aproximação dessa população a outros espaços de circulação e ao encontro de outras realidades que, que sempre, e pela massa social, determinarão qual o seu lugar nessa sociedade opressora e excludente.

6.2 “Eita, chegou o viado!”: O ambiente escolar, as identidades e as questões das violências contra as pessoas transgêneras

A educação apresenta-se como o elemento que é capaz de transformar o meio social. Ela provoca inquietações e cria possibilidades para que aconteça mudanças na realidade, ofertando espaços para a construção de uma sociedade mais justa e empática.

A educação precisa estar pautada na liberdade de você ser quem é e poder traçar seus próprios caminhos, construir suas próprias histórias. Assim, como Freire (1967) traz,

a educação é libertadora, mas não se faz libertadora através do medo e da opressão, ela constrói essa liberdade a partir das reflexões acerca do mundo em que estamos e sobre o próprio poder e capacidade de refletir sobre seu papel no mundo, suas responsabilidades e suas potencialidades para mudar a realidade.

A educação faz-se em diversos locais, em casa, na rua, nas relações interpessoais, mas também, e principalmente, nos corredores das escolas. Espaço que é destinado à formação não somente pedagógica, mas a formação de cidadãos que possuem deveres e diretos na sociedade. Os Cadernos SECAD/MEC¹¹ compreendem que:

A escola e, em particular, a sala de aula, é um lugar privilegiado para se promover a cultura de reconhecimento da pluralidade das identidades e dos comportamentos relativos a diferenças. [...] Da mesma maneira, como espaço de construção de conhecimento e de desenvolvimento do espírito crítico, onde se formam sujeitos, corpos e identidades, a escola torna-se uma referência para o reconhecimento, respeito, acolhimento, diálogo e convívio com a diversidade. Um local de questionamento das relações de poder e de análise dos processos sociais de produção de diferenças e de sua tradução em desigualdades, opressão e sofrimento (BRASIL, MEC/SECAD, 2007, p. 9).

A escola e a sala de aula são colocadas como potentes dispositivos que podem efetivar práticas libertadoras e mais humanizadas, pautadas no respeito ao outro e a sua diversidade, facilitando a construção do conhecimento e promovendo um melhor convívio na dinâmica social.

Porém, ao confrontar as pluralidade dos corpos transgêneros¹² com as construções que o ambiente escolar realiza, desde muito tempo, agindo de acordo com as normas binária e heterossexista que são cotidianamente impostas, a escola acaba por configurar-se um ambiente hostil. Não sabendo lidar com a diversidade, a escola torna-se mais um ambiente que expõe medo e angústia, pela falta de preparação e reflexão.

Não somente a família que irá rejeitar esse indivíduo e coloca-lo em situações constrangedoras, mas também a escola, através dos professores, dirigentes, servidores e alunos, também reforçam a diferença desse ideal padronizado e as expõem de maneira transgressora, reproduzindo o estigma e o preconceito (JUNQUEIRA, 2009).

¹¹ Os Cadernos Secad foram concebidos para cumprir a função de documentar as políticas públicas da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação. O conteúdo é essencialmente informativo e formativo, sendo direcionado àqueles que precisam compreender as bases – históricas, conceituais, organizacionais e legais – que fundamentam, explicam e justificam o conjunto de programas, projetos e atividades que coletivamente compõem a política posta em andamento pela Secad/MEC a partir de 2004. Os temas abordados compreendem as questões da diversidade – étnico-raciais, de gênero e diversidade sexual, geracionais, regionais e culturais, bem como os direitos humanos e a educação ambiental. São analisados do ponto de vista da sustentabilidade e da inclusão social por meio de uma educação que seja efetivamente para todos, de qualidade e ao longo de toda a vida. (BRASIL, MEC/SECAD; 2007, p. 5)

¹² Termo guarda-chuva para apresentar a categoria Transexual e Travesti, entre outros.

Segundo Peres (2009), nas experiências transexuais e travestis, as relações escolares apresentam-se prejudicadas também pelo fato de outras instituições já desencadearem esse processo segregativo, principalmente por não ter uma preparação ao lidar com questões acerca da diversidade sexual e das identidades de gênero. “Neste sentido, reifica os modelos sociais de exclusão, por meio de ações de violência (discriminação e expulsão)” (PERES, 2009, p. 245).

Para as mulheres transexuais, a escola torna-se mais um local que reproduz as diversas formas de violências que esse grupo já vive, relegando a segregação e exclusão em mais um ambiente que deveria assegurar apoio e garantir direitos.

Os discursos que as colaboradoras trazem também são marcados pelas suas experiências nos ambientes escolares, denunciando as humilhações por todas as partes que constituem a escola e as mais cruéis violações de seus direitos e desconsideração da sua dignidade. São violências concretizadas a partir de xingamentos e pela falta de compreensão e respeito por parte da sua identidade e do seu nome social:

“Recebi muito nome de viado. Muito preconceito. Demais! “Eita, chegou o viado!” “Eita, que viadão, menina!”. No colégio...” (Rayssa).

“Aí quando eu estava na escola, sempre ficavam aqueles alunos me chamando de “viado”, “num sei o quê”, “sei o quê lá”. Já briguei muito por isso, entendeu?! Na escola... Era muito horrível! E até os professores mesmo, que, não é... Não me chamava pelo meu nome Bárbara, só queria chamar de... (nome no registro do seu nascimento)” (Bárbara).

O preconceito com a diversidade fica claro na fala das colaboradoras, quando relatam os conflitos vividos na época que frequentavam a escola, que sempre está surgindo em conjunto com o medo e a revolta por não estar conseguindo fazer parte de outro espaço social. A escola não reconhece a identidade dessa população, enquanto uma identidade legítima de respeito, e a partir disso, não reconhecem a necessidade de respeitar o nome social e a importância do uso do banheiro feminino para essas mulheres (BORTOLINI, 2008).

Levando em consideração esse não reconhecimento das identidades transexuais, emerge o desrespeito ao seu nome social que também é uma maneira de violar seu direito de existir, de exercer a sua identidade no meio social. Segundo Maria Rita César (2009), o nome social e seu reconhecimento interferem diretamente em questões subjetivas, e que dentro da escola, os mecanismos de aprendizagem ainda (sejam estes as metodologias em sala, as listas de chamadas, os exames), se pautam nas regras normativas do sistema corpo-gênero-sexualidade.

As regras impostas ainda assim são reproduzidas ao longo dessa jornada. O relato de Rayssa denuncia a negação que a equipe da escola expressa ao chamar uma das alunas pelo nome que ainda está no documento, quando se refere à uma colega que está frequentando a mesma escola da rede municipal que a mesma está inserida:

“E lá (na escola) tem uma trans. Uma travesti. E o nome dela é “Camila”. Mas lá no colégio ela é chamada de “João”, meu amor! Ela fica nervosa. Abalada! Ela tem o RG de homem. Agora toda de mulher! Linda, ela! Parece com uma menina. Mas tem o nome de menino. Chama de “Fulano” (Rayssa).

Assim, a fala da Rayssa expressa o incômodo que a outra mulher transexual sente com o desrespeito à sua identificação e o quanto a instituição escolar insiste em reproduzir a situação e às normas impostas. O que leva, em muitos casos, a não permanência dessa população no ambiente escolar, por diversos compreensíveis motivos. E que, em paralelo a outras violências e a partir dos comentários tendenciosos e constrangedores é instaurada uma outra dinâmica de exclusão desse grupo.

A realidade da inserção da população transexual na escola sempre é iniciada a partir dos insultos e as ameaças vindos a priori de colegas, mas que não nega a existência do preconceito por parte de todo o corpo escolar. Para Junqueira e em concordância com os relatos das colaboradoras:

Tratamentos preconceituosos, medidas discriminatórias, ofensas, constrangimentos, ameaças e agressões físicas ou verbais têm sido uma constante na vida escolar e profissional de jovens e adultos LGBT. Essas pessoas vêm-se desde cedo às voltas com uma “pedagogia do insulto”, constituída de piadas, brincadeiras, jogos, apelidos, insinuações, expressões desqualificantes – poderosos mecanismos de silenciamento e de dominação simbólica (JUNQUEIRA, 2009, p. 17).

Esse tipo de discriminação, nomeada pelo autor como “pedagogia do insulto” (JUNQUEIRA, 2009), torna-se o primeiro passo para as mais variadas formas de violência que essa mulher transexual irá sofrer no ambiente escolar e em outros espaços institucionais.

Para Junqueira (2009), estas formas de opressão, seja advinda de processos humilhantes, de chacotas e outros, acarretam a segregação e guetização, que colocam essas mulheres em um quadro de “sinergia de vulnerabilidade”. Para este, a população travesti e transexual, “nas escolas, não raro, enfrentam obstáculos para se matricular, participarem das atividades pedagógicas, terem suas identidades minimamente respeitadas, fazerem uso das estruturas das escolas (os banheiros, por exemplo) e conseguirem preservar sua integridade física” (JUNQUEIRA, 2009, p. 25).

As consequências causadas pelas violências vão surgindo até mesmo através da deficiência na forma de aprendizagem. Para Mota, “essas discriminações têm efeito limitador não apenas com relação às possibilidades de inclusão efetiva dos sujeitos no ambiente escolar, mas afetam também as possibilidades de aprendizado” (MOTTA, 2006, p. 53). Podendo até estender-se para as agressões físicas, de cunho perverso.

Assim, o comportamento em resposta a essas violências mostra-se na exaustão, na revolta por não conseguirem exercer seu papel de cidadãs que, em muitos casos, culminam na desistência de frequentar o ambiente escolar, não por escolha, mas expulsão compulsória que consiste no “[...] desejo de eliminar e excluir aqueles que ‘contaminam’ o espaço escolar. Há um processo de expulsão, e não de evasão [...]” (BENTO, 2011, p. 555), ocasionado pela rejeição cotidiana ao modo de se vestir, às formas de agir e se portar, ao descumprimento de preceitos essenciais – como o uso do nome social – e o livre trânsito entre os espaços que compõem a escola.

Dessa forma, as mulheres transexuais são praticamente obrigadas a estar longe da sociedade, são obrigadas a estar e ficar na margem e corroborando com a reflexão, Peres coloca que mesmo antes de cruzar os portões da escola, essa população já tem vivenciado episódios de violência em casa e em outros espaços, deixando o seu emocional abalado e fazendo com que esses indivíduos evadam do ambiente escolar, uma vez que jpa não mais possuem forças para lutar contra tanto preconceito e discriminações vindas de todo corpo escolar. Assim, acaba que as oportunidades se fecham devido à baixa escolaridade e ocorra o processo de marginalização dessa população (PERES; 2009).

Com isso, a profissionalização é um aspecto que se distancia da realidade dessa população, pois o ambiente que é o maior meio possibilitador da qualificação profissional, não está considerando a diversidade e, conseqüentemente, não está considerando as histórias dessas mulheres, retirando a possibilidade de uma vida que seja considerada e escolhida por estas.

É importante ter consciência das vivências do outro e levar em consideração o que é de mais significativo para esse sujeito, sempre questionando e refletindo acerca das construções sociais que permeiam nossas histórias de vidas em todos os seus aspectos, incluídas as práticas educativas nos ambientes escolares.

Para as mulheres transexuais, o processo de inclusão e permanência escolar é compreendido como turbulento e de sofrimentos, em que o ambiente torna-se adoecedor e de experiências com práticas violentas, tendo forte influência no desenvolver de suas trajetórias.

Assim, as alunas transexuais e travestis passam a enxergar o período escolar em lembranças negativas, no qual são apontadas de forma pejorativa pela construção de suas identidades e remetem a escola à um ambiente ruim, de falta de respeito e de segregação (JESUS, 2008).

Porém, as mulheres colaboradoras desse estudo não negam a existência de grandes possibilidades à partir da educação. Em seus relatos, Rayssa e Dandara reforçam a importância da educação:

“Agora, de segunda à sexta eu estou na escola, pretendendo outros objetivos para mim, não é? Porque também não é obrigado a gente tá só na rua, procurando isso. Porque até mesmo uma sala de aula é um objetivo, uma prioridade até para a gente tirar mais do meio da rua e até sair da rua um tempo, não é verdade? Outros objetivos... Oportunidades... Porque assim, ler eu já sei. Eu já estou no sexto ano, mas é bom acompanhar o estudo, não é? Para eu me sentir até fortalecida também. Aí de repente eu tô avançada no estudo, faço uma prova, passo... Essa prova do ENEM, não é? Possa ser que surja uma oportunidade e eu passo. Um curso. Se a prefeitura ceder, já está com o estudo feito. Até porque é muito importante a gente saber ler, porque se a gente não sabe ler e escrever, a gente não sabe de mais nada. Não é verdade? Para mim, eu me sinto bem. A escola, é uma escola bem atenciosa do município também. Para mim, lá não tenho o que falar, que onde eu chego, eu acho que tenho um brilho de alegria, que todo mundo gosta de mim, certo? E todo mundo me adora! Quando eu digo assim: Professor, amanhã eu não venho (para mexer com eles). Eles dizem: Não faça isso não. Eu gosto de quando você está na sala. É o tipo da coisa... Eu tenho os meus defeitos, mas também tenho as minhas bondades. Não é verdade?” (Rayssa)(Grifo nosso).

“Que o meu sonho é ser formada em direito para ir atrás de todos os meus direitos.” (Dandara)(Grifo nosso).

Para elas, a educação é uma das ações possibilitadoras que podem favorecer a sua visibilidade, dando espaço para o seu protagonismo enquanto pessoa que possui seus direitos e afirmar a sua (r)existência na sociedade. E que, apesar da grande massa violenta que insiste em negar a existência dessa população, podem ser edificadas outras possibilidades ainda dentro do ambiente escolar que reconstrua essas vivências, alternando os olhares e criando ações capazes de aflorar a esperança de uma trajetória digna. Para Peres (2009) em algumas escolas já é possível enxergar tentativas de superar essas violências e preconceito, através a sensibilização de todo o corpo escolar na promoção do respeito e inclusão e a valorização das suas expressões.

Em alguns estudos, é possível entrar em contato com experiências que são efetivas nesse processo de reconhecimento e inclusão. Em Florianópolis, é possível encontrar um projeto, intitulado “Papo Sério: gênero, sexualidades e educação”, que possui a finalidade de problematizar e refletir acerca das representações que envolvem gênero, sexualidade

e violências na escola, através de oficinas temáticas, acerca da LGBTTQI+fobia, atuando nas escolas públicas da cidade (GROUP; GROSSI, 2013).

Os padrões e valores continuam sendo depositados de forma compulsória nas escolas, como Louro reitera quando diz que “as políticas curriculares são, então, alvo da atenção [de setores conservadores], na tentativa de regular e orientar crianças e jovens dentro dos padrões que consideram moralmente sãos” (LOURO, 2004, p.130).

As mudanças podem ser concebidas, iniciando pelas alterações nas concepções e reflexão acerca do que se espera da educação para todas e todos. O Cadernos SECAD/MEC problematiza a situação, trazendo que os princípios de liberdade devem englobar a igualdade de gênero e que a escola deve enfrentar as discriminações provenientes das construções históricas e culturais da diferenciação de sexo e gênero (BRASIL, 2007).

As iniciativas que envolvem as alterações nas concepções metodológicas e nos sentidos que os currículos precisam ter para abarcar a população em geral também estão sendo pautadas em discussões sobre a educação. Com isso, recentemente tivemos a inclusão da discussão de sexo, gênero, identidade de gênero e a LGBTTQI+fobia em algumas escolas, indo de frente às concepções hegemônicas e conservadoras, buscando a valorização e respeito pelas diferenças (BRASIL, 2009).

E é a partir dos pequenos detalhes que as grandes diferenças começam a surgir. Bortolini aponta que “mudar o nome na chamada, permitir o uso do uniforme feminino, compartilhar o banheiro das meninas, tudo isso, no fundo, depende de o educador reconhecer ou rejeitar a identidade feminina da travesti. Se ele reconhece, tudo é resolvível. Se, pelo contrário, ele rejeita, tudo é empecilho” (BORTOLINI, 2008, p. 678).

Portanto, é imprescindível (re)fazer questionamentos e estimular a sociedade a refletir sobre tais reproduções. Cruz nos ajuda a pensar com seus questionamentos:

Tomando ideias foucaultianas como dispositivo e tecnologias do que poderíamos pensar a escola como um espaço no qual tecnologias do eu produzem subjetividades e poderíamos perguntar: O que a escola está dizendo para alunos e alunas sobre a travesti quando diz que não há lugar para seu xixi? O que a escola estará dizendo para professores(as) e comunidade? E o que estará dizendo para a travesti sobre si mesma? O que alguém vai poder dizer de si mesma quando a escola tem dúvida sobre o banheiro que está autorizado a usar? Seria a escola dona do banheiro, dona dos corpos e dona das identidades? O sujeito é posse da escola? Quais sujeitos cabem na escola? (CRUZ, 2011, p. 86).

Tais questionamentos possuem o intuito de nos fazer compreender o quanto as práticas escolares ainda estão atreladas aos padrões socioculturalmente impostos

enquanto “normais” e como tais comportamentos ocorrem cotidianamente de forma explícita e, em muitos casos, veladas. As quais precisam ser repensadas e reconstruídas, de maneira que a diversidade sexual e as identidades de gêneros não seja um fator determinante para práticas de exclusão ou violência.

Que cada pessoa possa ser respeitada em qualquer circunstância e que esteja livre para construir sua própria história longe dos preconceitos e em todos os espaços que pertencem (por direito) ou desejam pertencer. E que a luta em busca dos seus direitos e pela melhoria das ações nesses espaços sejam constantes e incansáveis, uma vez que é a partir do enfrentamento aos padronismos que essas vozes serão ouvidas e esses corpos serão vistos e respeitados.

A escola precisa ser um ambiente acolhedor e de apoio, exercendo um papel de agente transformador de realidades com uma perspectiva que englobe a todos e a todas, pensando a diversidade como ponto chave para a construção de políticas que reflitam o papel e a importância de cada um dentro da realidade social, fazendo do respeito a base para a efetivação não apenas do aprendizado, mas na formação da cidadania.

Compreendendo as relações existentes entre as pessoas transgêneras e os ambientes escolares que trazem consigo problemáticas advindas das violências que surgem dia após dia para essa população, a luta e resistência precisa estar e continuar sempre presente.

As reflexões sugeridas por Freire (1987), nos convidam a refletir acerca das nossas ações e o quanto elas podem proporcionar transformações no mundo, quando transpassadas à outros:

A violência dos opressores que os faz também desumanizados, não instaura uma outra vocação a do ser menos. Como distorção do ser mais, o ser menos leva os oprimidos, cedo ou tarde, a lutar contra quem os fez menos. E esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscar recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealistamente opressores, nem se tornam, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade e mambos. E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos libertar-se a si e aos opressores. Estes, que oprimem, exploram e violentam, em razão de seu poder, não podem ter, roeste poder, a força de libertação dos oprimidos nem de si mesmos. Só o poder que nasça da debilidade dos oprimidos será suficientemente forte para libertar a ambos (FREIRE, p. 16-17, 1987).

6.3 “Por que meu banheiro é ali?”: As divisões sociais do banheiro e sua implicação nas experiências transexuais

A utilização do banheiro social, como apontado na temática anterior, configura-se como um processo que marca a construção de identidades das Colaboradoras deste estudo, uma vez que está ligado diretamente às normatizações sociais, mas principalmente ao seu reconhecimento enquanto pessoa e que possui o direito de utilizar os espaços sociais.

E é inicialmente nas escolas que essas questões começam a ser levantadas, partindo do ponto de vista que as normas sociais impelem a todo momento, principalmente tratando-se da população travesti e transexual, gerando experiências de desconforto e constrangimentos. Como explica Teixeira e Raposo;

Os banheiros são espaços de alta densidade simbólica para a investigação das relações de gênero e sexualidade no contexto público e escolar. Materializam e expressam concepções e práticas de cuidado do corpo e do meio ambiente - já que são locais de depósito das excreções – marcadas por significados de sexo e gênero: como são arquitetados e organizados? Como são usados? Quem os mantém limpos? Tais questões sugerem reflexões que articula gênero, sexualidade, corpo e educação (TEIXEIRA; RAPOSO, 2001, p.1).

Assim, são nesses espaços tidos como binários e conduzidos pelas reproduções da cultura heterossexista que os significados acerca das identidades começam a emergir, gerando ações que negam a realidade desses corpos e compelem nenhum outro espaço para essas existências.

Para mulheres transexuais e travestis, o banheiro já não mais possui o sentido comum de ser utilizado em suas necessidades, mas ascende uma mobilização e luta pelo seu direito, enquanto mulher, enquanto pessoa, de frequentar esse ambiente sem sofrer nenhum tipo de repúdio. Para Cunha e Félix Silva (2017), os banheiros passam a adotar, numa visão semiótica, princípios biologicistas que dividem setores levando em consideração a diferenciação de genitais/sexo, perpetuando discursos e ações que constantemente impedem pessoas transexuais e travestis fazerem uso deste.

Assim, dentre as histórias relatadas pelas Colaboradoras, aconteceu essa mesma ação de violação de direitos com uma delas. Na narrativa da Rayssa, é visível o constrangimento de ser impedida de utilizar o banheiro por um funcionário de um determinado *shopping center* da capital:

“À respeito do banheiro Feminino... Eu fui abordada no shopping, um dia desses. Pelo segurança. Eu entrei e ele foi lá dentro do banheiro da mulher e me abordou. Mas eu só ando com a procuração da justiça, sabe? Porque é até sair a minha certidão, que é meu registro de mulher, tá entendendo? É a minha segurança! Aonde eu chegar, eu mostro. Aí é tudo certo. Quem fica desbancada é quem vem atrás. Aí ele disse: Seu banheiro é aquele dali... Eu disse: E é? O senhor tem certeza, meu cidadão? Por que meu banheiro é ali? O masculino é o meu? É mesmo?” (Rayssa).

A maneira como ela é tratada em pleno espaço “público” é de total humilhação e de caráter opressivo, na qual a outra pessoa recusa a compreender sua forma de identificar-se e existir nesse espaço. E configura-se como uma violência à sua expressão de gênero.

O fato de ter o nome masculino e feminino, ou as cores que socialmente são remetidas ao binômio de gênero, já nos faz refletir sobre como essas concepções são criadas também para determinar o lugar das pessoas na sociedade. Butler (1999), bem relaciona ao comentar que as cores e os nomes também podem representar o discurso da heteronormatividade, que invisibiliza, deslegitima e torna invisível qualquer uma experiência que não está dentro ou segue os padrões.

Nem mesmo a função esperada na utilização do banheiro é considerada quando se tratam de corpos dissidentes das normas. Para Preciado, “na porta de cada banheiro, como único signo, uma interpelação de gênero: masculino ou feminino, damas ou cavalheiros, (...) como se se houvesse que entrar ao banheiro para refazer o gênero, mais que a desfazer-se da urina e merda” (PRECIADO, 2006, p.1).

Torna-se sem sentido utilizar o ambiente do banheiro quando se trata da população travesti e transexual, uma vez que a sociedade separa e seleciona cautelosamente a quem pertence esses espaços, não dando possibilidades a estas, fazendo das placas de censura um verdadeiro silenciador das vozes desses sujeitos. Para Monzeli, “a porta (do banheiro) com um símbolo masculino ou feminino funciona como um filtro que, além de separar os elementos, acaba identificando e expondo uma diferença” (MONZELI, 2013, p. 63).

A cultura de padronização existe, mas a luta pela ocupação dos espaços que são, por direito, de todes também impulsionam as discussões que desejam promover a desconstrução dessas reações. Assim, Rayssa utiliza do seu direito adquirido para informar que aquele lugar é também espaço dela:

*“Eu vou mostrar a você que o meu banheiro não é aquele dali. **Eu sou uma mulher.** Ele disse: E é? Eu disse: É! Olha isso aqui. Você sabe ler? O que é isso aí? Rayssa Xxxxxx Xxxxx (nome completo)! E que carimbo é esse que tem aí? É falso? Tem um laser aqui no shopping? Para passar o laser nessa documentação que eu tenho? Ele disse: Não! Que isso, minha senhora! Eu disse: Não! Você mandou eu entrar no banheiro de homem! Por que tá me chamando de senhora? Por que? Fechei logo! Você não me mandou entrar em banheiro de homem? Eu sou obrigada a entrar lá, é? Me diga? Quem é o coordenador, gerente aqui do shopping? Que eu quero ir até ele agora? Ele disse: Não faça isso não para eu não perder minha farda, eu só estou perguntando a você. **Ôh, você me afetou. Mandando eu entrar no banheiro de macho.** O que é isso? Você tem algum preconceito? Você sabe o que é homofobia? Você sabe o que é orientação sexual? Ele disse: Não, não o quê...*

Vamos conversar? Eu disse: Não! Por que você está me afetando dessa forma? Aí ele perdeu logo a fala...” (Rayssa) (Grifo nosso).

Os questionamentos acerca das normas precisam acontecer cotidianamente. E Rayssa foi enfática ao reafirmar sua identidade de gênero e tomar a posição de cidadã de direitos, fazendo com que imediatamente o outro compreendesse que as ações acontecidas necessitavam ser desconstruídas e reconstruídas de maneira que a intolerância fosse superada e a cultura do respeito a todes pudesse prevalecer.

E é a partir dessas indagações sobre as questões de gênero relacionadas à utilização dos espaços público, principalmente o banheiro, que pesquisas e estudos foram surgindo. Alves e Moreira apontam que a utilização do banheiro social tornou-se uma maneira de reivindicação de direito e de cidadania pela população LGBTQI+, questionando e problematizando as normas impostas acerca dos gêneros e que está se estendendo por todos mundo (ALVES; MOREIRA, 2015).

Portanto, a utilização do banheiro é um direito que deve ser garantido em qualquer situação, levando em consideração a problemática da população transexual, e as demandas que a contemporaneidade vem trazendo, porém é importante refletirmos até que ponto estamos levando em consideração sua exclusão nos diversos outros tipos de dispositivos de sociabilidade.

Basta olhar para os lados e perceber que a invisibilidade está muito mais além do querer pertencer. Está atrelada à toda força opressora que insiste em deslegitimar essas histórias.

E assim, realizando cotidianamente o exercício de nos perguntar sempre: o porquê que não encontramos com mulheres transexuais em supermercados, *shoppings*, escolas, praças, transportes públicos e unidades de saúde? Por onde andam essas pessoas? Por que não são vistas à luz do dia? E onde e até que ponto essa população usufrui dos seus direitos e está exercendo sua cidadania?

6.4 “Eu não saio muito. Só saio quando é pra fazer programa mesmo!”: A circulação e o pertencimento nos espaços sociais das mulheres transexuais

As relações estabelecidas socialmente que envolvem poder estão diretamente imbricadas nas problemáticas acerca das concepções de gênero e sexualidade, atuando enquanto determinantes nas diversas construções que permeiam as nossas vivências em meio às estruturas sociais.

É a partir das concepções socioeconomicamente impostas que agimos e somos condicionados a compartilhar de ideias padronizadas e padronizantes, além de seguir as regras para poder pertencer à determinados grupos ou espaços sociais, os quais são permitidos dentro dessas normas. Seguindo essa linha de raciocínio, Scott (1995) aponta que as relações sociais são compostas através das concepções de gênero, ou seja, na diferenciação dos sexos.

As concepções binárias que são constituídas pela reprodução do sexismo, promovem a diferenciação compulsória do que é feminino e masculino, e tal reprodução das normas sociais permitem que os corpos passem a ter identidades, mas que só podem configurar-se enquanto legítimas caso sigam o raciocínio da linearidade binária.

Os corpos passam a ter inteligibilidade, fazer sentido dentro da sociedade e então são permitidas à realizarem suas construções sociais. No caso das mulheres transexuais e pessoas travestis, o acesso à essa inteligibilidade não acontece, retirando seus sentidos de existência e tornando-os invisíveis e abjetos. Assim como Silva e Barboza (2009) trazem em sua construção que a população trans têm vivenciado desde sempre a dialética que visa ter o controle sobre todos os corpos que diferem das normas e podem apresentar ameaça à estabilidade dos padrões e não abrem espaço para as outras expressões existenciais.

Desse modo, as diferentes formas culturais podem até existir, mas àquelas que atravessam a dinâmica binária são automaticamente removidas para outro espaço social e relegadas à marginalidade e exclusão.

Quando a dinâmica de relações e constituições pessoais resolvem sair dessa diretriz normatizadora, as implicações sobre as regras sociais mudam sua configuração e tornam-se pautadas no caráter repressivo, descaracterizando e deslegitimando as historicidades que são construídas pelas pessoas que transitam entre estas e não assumem uma postura compatível com os discursos pré-estabelecidos. Assim, as diferenças são colocadas como forma de legitimidade nos espaços de circulação, as diferenças sexuais e de gênero se transformam em desigualdade, reafirmando diversas formas de opressão (MACHADO; BARBART, 2017).

As consequências que são geradas pela opressão social a qualquer transgressão acarretam na marginalização daquele corpo que não é tido como correto/padronizado, provocando o distanciamento e exclusão desses sujeitos por parte do meio social, o que vai ser responsável pelo distanciamento das instituições e relações públicas e privadas, o

que relega à essa população a adjetivação de escória e os processos de marginalização e desfiliação.

A violência vai estar presente em todos os espaços imagináveis, desde a própria relação dentro de casa até as ruas, mostrando a esse sujeito o quanto a sua existência incomoda determinados territórios.

O simples ato de negar o seu nome social e chamar por outro nome expresso no nascimento em público é configurado uma violência, assim como as colaboradoras já trazem em suas histórias. Desse modo, Silva e Barboza (2009) já relatam que é comum os enfrentamentos às situações constrangedoras pelo grupo social estudado, que por mais que utilizem de acessórios e adereços socialmente considerados femininos nos ambientes populares, a resistência das outras pessoas ainda é muito forte.

Mesmo que inconscientemente, essas mulheres decidem não mais frequentam esses espaços públicos por sentirem-se incomodadas ou até mesmo amedrontadas por conta de alguma repressão.

É comum encontrar nos relatos e expressões das Colaboradoras, ao contar o seu cotidiano, que a sua preferência está em não sair de casa durante o dia, somente quando aparece algum trabalho ou para trabalhar no turno da noite. Bárbara nos conta um pouco sobre essa experiência:

“Entrevistador: Me diz quais locais você costuma frequentar nominalmente? Colaboradora Bárbara: Eu não saio muito, só saio quando é para fazer programa mesmo. Entrevistador: Por quê? Colaboradora Bárbara: Porque eu decidi assim... Não quero! [...]Os olhares a gente percebe, né?! Acho que eles ficam se perguntando: Isso é um homem ou uma mulher? Que diabos é isso?” (Diálogo entre o entrevistador e Bárbara).

Para ela, a circulação no seu território é algo que perpassa o seu pertencimento, o seu ato está pautado em todas as experiências ruins já acontecidas antes e em outros espaços, que fizeram com que sua decisão fosse não estar nesses locais, só reiterando a ideia de que o pertencimento dela à sociedade não é importante. Que estar nestes ambientes não é o certo e não condiz com a sua condição existencial.

Em concordância, o estudo de Machado e Barbart (2017) apontam a gama de dificuldades que são impostas à essa população ao circular no meio social e na tentativa de utilizar os dispositivos básicos:

Vítimas constantes de violências físicas e simbólicas: desde a rejeição radical da família até o descaso sistemático do Estado ou a violência policial criminosa e extorsiva, as pessoas trans constroem suas relações sociais e formas de sobrevivência a partir das redes de solidariedade, que não impedem que este segmento se veja, muitas vezes, acometido pelo isolamento social e pela solidão, entre outros problemas de ordem política, social e psicológica. O acesso aos sistemas de educação, saúde e demais serviços públicos é bastante

restrito, o que traz complicações para o exercício da cidadania. Desde questões que derivam do reconhecimento institucional, tal como a troca de nomes, o uso de fotos em documentos, até questões cotidianas, como o uso de banheiros públicos, são exemplos das complexidades sociais que provocam violência, humilhação e comprometem a cidadania (MACHADO; BARBART, 2017, p.34).

Para a população transexual, estar na rua em horário diurno é quase uma sentença para sofrer algum tipo de preconceito, que vai se perpetuando até o ponto em que somente frente à alguma necessidade, em relação à sobrevivência, é capaz de fazê-las sair dos seus espaços de convívio pessoal.

Exemplificando e detalhando algumas das inúmeras problemáticas acerca da circulação de mulheres transexuais e pessoas travestis nos espaços sociais, a discussão do estudo de Lima, Dorsa e Borges (2016), junto à percepção desta população nas ruas de Campo Grande-MS, nos mostra justamente as condições de sobrevivência através da denúncia dessa violência que emerge a partir da quebra das normas sociais, colocando, desse modo, que;

[...]a transexual e a travesti campo-grandense, o fato de sair na rua já é afronta direta à heteronormatização dos espaços públicos, despertando reações de ódio e de preconceito que culminam muitas vezes em explícitas demonstrações de violência verbal e física, que em casos extremados levam até à morte. A figura dessas variações contraria os padrões sociais estabelecidos, agredindo esteticamente inclusive o senso sistematizado do que é “normal”, pois quebram o paradigma do “homem de calças e da mulher de vestido” (LIMA; DORSA; BORGES, 2016, p. 40).

Assim, a quebra do pertencimento social que assola as trajetórias de vidas dessas mulheres faz com que suas histórias tornem-se desconhecidas, permanecendo invisíveis de frequentar os mesmos locais que qualquer outra pessoa, incluindo dispositivos básicos e cruciais para a manutenção da sua sobrevivência, que já acontece de forma precarizada.

Desse modo, os relatos de Rayssa e Dandara explicitam a pouca ocupação nos espaços cotidianos, principalmente durante o dia:

“Porque eu sou ocupada em casa. Tal... Faço alguma coisa... Sou ocupada também. Mas assim, frequentemente não. Eu só saio no dia-a-dia quando eu vou com o marido fazer meu tratamento hormonal. E às vezes eu saio também para ir à visita dele” (Rayssa).

“Entrevistador: E quais os locais que você costuma frequentar? Colaboradora Dandara: Aqui mesmo... Só em esquinas [...]... Só! Geralmente só no hospital, que é o São Clementino, fazer meus tratamentos... E comprar algumas coisas no mercadinho.” (Diálogo entre o entrevistador e Dandara).

Os lugares descritos e que são cotidianamente frequentados por estas mulheres se configuram a partir das suas principais necessidades, nesse caso a da hormonoterapia¹³, e condizendo com as questões de circulação colocadas. A compreensão dessas ações requer cautela, pois não se trata de escolhas pessoais concretas, tratam-se de impressões geradas a partir das vivências e das violências já sofridas ao longo da vida.

Segundo Monzeli (2013), em sua dissertação, aponta algumas vivências que dialogam com o espaço e as escolhas para a circulação nos ambientes, em que as suas características precisam estar de acordo com as dinâmicas e regras que regem tais lugares para serem aceitas.

Ou seja, viver em uma sociedade que a todo momento retira seus direitos de pertencer a um determinado ou a todos os espaços é uma violência cotidiana que é instituída e reproduzida com a finalidade de higienizar a sociedade. Assim, após outorgadas com a marca de marginalização, origina a permissão para ações discriminatórias e agressivas, pela qual tal população passa a ser violentada e retirada do meio social.

Assim, as subjetivações criadas por esta população acabam por apreenderem tal processo enquanto mais uma regra que limita o seu pertencimento ao meio social, em que as mesmas ficam à mercê do sistema, que, na realidade, torna-se eliminador desses corpos. Em corroboração, Monzeli (2013) exemplifica em seu estudo com pessoas travestis:

Quando essas jovens montam e remontam seus corpos, subjetividades e identidades, para além da explicação de suas vontades e desejos, ficam evidentes os limites e possibilidades da articulação de cada corpo com seus espaços de circulação e pertencimento. Os diferentes invés de montagens problematizam os diversos níveis de aceitação e/ou de negação das instituições e dos próprios territórios para com seus corpos, suas subjetividades e suas identidades. Serem aceitas (ou não) nos diferentes espaços não têm rebatimentos “apenas” na inserção ou na restrição da participação e do exercício de direitos e cidadania, mas têm, sobretudo, reverberações em suas próprias subjetividades, pois acabam por explicitar possibilidades e impossibilidades de circulação nos espaços privados e/ou públicos e, especialmente, a possibilidade ou impossibilidade de existência nesses locais (MONZELI, 2013, p.76).

Portanto, os processos sociais que são atrelados às concepções binárias de gênero, nos quais os sujeitos necessitam fazer parte dessa binaridade (feminino/masculino) são responsáveis pelas violências sociais causadas aos corpos que não se limitam à estas

¹³ Uma das partes que constitui o processo transexualizador, nesse contexto.

posições, fazendo com que tais sujeitos não sejam reconhecidos e que tenham suas existências anuladas.

Anuladas no verdadeiro sentido de serem retiradas do espaço social e serem proibidas de pertencer às suas próprias comunidades, deslegitimando sua história e processos de vida, mas reafirmando qualquer violência que dissipem esses corpos e os eliminem da sociedade.

7 “EU DISSE: MINHA ÚNICA OPÇÃO É CAIR NA PROSTITUIÇÃO...”: Os cenários, o enredo e as falas acerca da atuação das mulheres transexuais enquanto profissionais do sexo

*“Não fossem seus pêlos vários
pêlos pelas pernas, pelos
seios, rosto, seus cabelos
curtos, não teria páreo,
nem pra lhe conter armário...
não fosse e, de saias curtas,
decote e salto à la puta,
ia atrás de machos, mãos
brutas, a forçar-lhe o vão
virgem, como quem a estupra”.*
(Amara Moira).

Discutir sobre Mulheres Transexuais na atualidade, implica também em fomentar a reflexão acerca dos espaços que hoje são pertencentes à tal população, além de tentar compreender quais são os locais que estes corpos estão circulando e em quais pontos as histórias dessas vidas estão sendo excluídas.

Como se não fosse o suficiente toda a violência que é reproduzida gratuitamente, as portas para novas possibilidades muitas vezes são fechadas e fazem-se praticamente inexistentes outras maneiras para que esses sujeitos possam seguir em frente.

As oportunidades que restam, após diversas e cansativas tentativas de inserir-se nos espaços sociais, são os subempregos e, em muitas situações, estigmatizadas, reforçando ainda mais esse afastamento do âmbito social (CARVALHO, 2006).

Um dos locais a que tal população acaba tendo acesso como mercado de trabalho é a rua e/ou sites de encontros, por meio do exercício da troca ou venda do corpo para realizar práticas sexuais (profissionais do sexo) (KULICK, 2008); e na tentativa de conciliar suas necessidades de sobrevivências com seus desejos pessoais, levando em consideração as poucas opções que lhes são concedidas de estar em outros espaços.

As colaboradoras, ao contar em suas experiências, percebe-se que as histórias percorrem caminhos que ora se cruzam e ora se afastam. São histórias das suas realidades, ricas e únicas que nos permitirão apreender esse processo de construção das suas identidades e vivências na prostituição, desde o seu início, até mesmo os dias atuais. O tempo de permanência na profissão difere, assim como suas considerações e perspectivas acerca dessa vivência:

“[...]mas eu sou profissional do sexo, há 11 anos que eu trabalho aqui nas avenidas de João Pessoa. Sou conhecida, respeitada tanto pelo “lado” das trans, travestis e da marginalidade. Não tenho “racha” nem “pé sujo” com

ninguém, passo aqui as madrugadas. Aí, resumindo! Hoje em dia, sou dona de um ponto. Tenho minha avenida. Na praça da Independência, na entrada da Epiácio Pessoa” (Rayssa).

“Faz dois anos... Vai fazer, né?! Mas eu acho que faz dois anos, porque quando mainha era viva, eu ainda fazia nos "truques", escondida. Aí quando ela morreu, foi que eu me assumi mesmo. Tá a mesma coisa, tá "uó" (a vida na prostituição). Eu estou pretendendo viajar, por isso eu estou querendo mudar o nome logo, entendeu?! Para eu tirar meu passaporte pra ir "símbora"” (Bárbara).

*“Entrevistador: Faz quanto tempo que você trabalha? Colaboradora Dandara: Duas semanas. Na noite! Mas no site está com dois meses... dois meses! Eu não vou dizer que está à dez mil maravilhas, porque não tá! Porque eu mesma, é como eu digo a todo mundo... Eu não gosto dessa coisa de vida de prostituição! Eu não gosto dessa vida de ir para esquina! Eu não gosto de deitar com vários caras! **Quem vive da prostituição não tem vida. Entendeu?! Não vive, vegeta!** É isso que eu tiro para mim, mas tem pessoas que diz que gosta. Já eu não gosto dessa vida” (Diálogo entre o Entrevistador e Dandara)(Grifo nosso).*

Em sua pesquisa junto com Pessoas Travestis, Pelúcio (2005) conta que as mesmas possuem perspectivas relacionadas à prostituição diferenciadas: para muitas, é como se o espaço da rua estivesse em trânsito em suas vidas pela necessidade, e que o desejo de sair ainda existe, já em outros casos, dá na tentativa de alcançar sua ascensão social e oportunidade de conquistas materiais e simbólicas. E em outras concepções, a prostituição é constituída como um trabalho semelhante a outros e a rua é enxergada enquanto um espaço de sociabilidade.

Assim, as diferenças encontradas nas mudanças temporais nos auxiliam a compreender sobre os diversos processos que todas conseguem nos relatar, e também aos que se submeteram, submetem-se ou irão submeter-se. Atua, então, enquanto chave para a construção dos maiores desejos e suas perspectivas diante das situações vivenciadas e o seu futuro, além de exibir em quais posições elas podem ser encontradas dentro da categoria profissional que exercem.

Os dados do ANTRA (LAPA, 2013) são bem claros quando colocam que uma grande parcela da população de mulheres transexuais e pessoas travestis ainda estão inseridas nas ruas como profissionais do sexo (90%), e é a partir desse contexto que buscamos entender mais dessa trajetória nas ricas histórias das colaboradoras, quais marcos foram cruciais para a entrada nessa experiência de trabalho e sobre os significados que essas vivências possuem em suas vidas.

Nos relatos, a introdução das colaboradoras no universo das construções sobre a corporeidade, práticas sexuais, poder econômico e trocas constituíram-se a partir de

situações complexas de dificuldades de origem financeira e até mesmo afetiva, situação de vulnerabilidade social assim dizendo, em relação à família ou sua rede de apoio.

Estar em vulnerabilidade configura mais um mecanismo para a atuação nesse contexto e a falta de oportunidade para recomeçar uma nova vida também está atrelada à aderência a tal espaço, uma vez que por maior que seja a procura por um outro meio de trabalho, as distorções e preconceito sobre essa população sempre sobressai sobre qualquer outro aspecto ou competência que esta pessoa possa ter ou desenvolver:

“Fui expulsa de casa quando fui assumida, inclusive hoje, você me encontra em João Pessoa por conta de muitos objetivos que passei dentro “daquela” cidade onde eu morava, entendeu? Aí vim para aqui pra João Pessoa procurar um meio de vida e não encontrei um objetivo de um trabalho. Quando eu cheguei aqui em João Pessoa não tinha essa lagoa, assim, em termo de falar de reforma, a lagoa tinha, mas não era o que tinha hoje um luxo desses, era um tipo um lixo. Hoje está um luxo, foi quando eu comecei a me prostituir, fazia programas aqui, eu era de menor, levei “carreira” que eu era de menor, sai fugida de casa, da família, de menor. Levando carreira! Foi necessidade! Primeiramente, eu não tenho nenhuma profissão, não tenho nenhum curso profissional, não tem nenhum curso. Eu tive que vir morar de favor na casa de travesti daqui.” (Rayssa).

“Eu, é... Quando minha mãe faleceu, né! Faz dois anos que eu entrei para a vida da prostituição. Assim, muitos não aceitam, né?! Mas eles respeitam, tem que me engolir. Mas aceitar, aceitar... Não aceitam não! Que até hoje não arrumei um emprego. Já... Eu sempre botava currículos, entendeu?! Aí sempre esperava me chamar, chamar, aí nunca me chamaram por causa do nome de homem e a foto de feminino. É o preconceito reina.” (Bárbara).

“Assim... Quando eu fui “botada” para fora de casa, eu fui para casa de uma tia, e foi lá que você sabe que família não é hoje e não é amanhã. E foi eu conheci um site aqui em João Pessoa,, foi e fiz meu cadastro e comecei a atender os clientes pelo celular. Foi e eu conheci uma colega minha, também que ela trabalhava no mesmo site. E foi minha tia me colocou para fora da casa dela, que ela não aguentava mais por conta que eu estava sem trabalhar, não estava mais ajudando. E foi eu disse, minha única opção é cair na prostituição, mas antes de eu vir para João Pessoa, eu fiquei em cabaré lá na minha cidade, que é casa de Drink's. E foi eu vim para João Pessoa e comecei a trabalhar no site, só que eu estava vendo que só nesse site não estava dando dinheiro e foi que eu tive que ir para as esquinas trabalhar na noite.” (Dandara).

Nos relatos, analisa-se que as condições que as fizeram estar nesse espaço foram a partir de alguns tipos de violências, frente às necessidades de sobrevivência. E a família, como já discutido anteriormente, foi parte desse processo de entrada como profissionais do sexo.

Para Castel (1998), a relação com o processo de não trabalho podem alocar os indivíduos a uma posição de instabilidade social. É quando surge a desfiliação com o rompimento das relações sociais e com trabalho, pois a partir de certas vivências, os sujeitos acabam por ter suas redes de suporte social fragilizadas ou rompidas, caso esses

acontecimentos progrida, o processo de desfiliação ocorrerá, pois está diretamente ligado não somente à quebra dessas relações sociais, mas à exposição desses indivíduos marginalizados ao risco de sofrer violências (CASTEL, 1997), como é percebido no caso das experiências colocadas pelas Colaboradoras.

Rayssa e Dandara trouxeram que muitas delas procuram apoio nas relações de amizade ou com familiares mais próximos. São pessoas importantes nesse processo, mas que também podem atuar de diferentes maneiras nessa construção, como por exemplo reproduzir as normatizações e violências.

É a partir desse ponto que iniciam uma jornada para sobreviver em meio aos poucos recursos que possuem e partem à procura de algum emprego que auxilie na situação em que se encontram, pois já não existem pontos de apoio vindos da família.

Levando em consideração o estudo de Nogueira e León (2012), é bastante recorrente que a entrada na prostituição por esta população seja resultante da exclusão que o mercado de trabalho formal promove desde muito tempo, além do estigma e preconceito que surge logo nas primeiras instituições que os indivíduos se inserem dentro da sociedade, como a escola.

Houve tentativas de achar novas possibilidades, foram procurados outros meios para a sua manutenção nessa nova fase da vida, mas o preconceito e a discriminação sobressaíram qualquer outra particularidade, levando-as a procurar o meio informal e desafiador da prostituição.

Assim, as oportunidades são mínimas para essa população, restando a prostituição enquanto um meio de mais fácil acesso e uma das poucas opções de trabalho e aparato para sua sobrevivência. Apesar da grande parcela de mulheres transexuais trabalhando como profissionais do sexo, também é preciso desconstruir tais considerações e generalizações, pois acabam reproduzindo ainda mais tal paradigma e marginalização (BENEDETTI, 2013).

Outro ponto destacado foi a vivência de diversos tipos de violências que perpassam esse cotidiano. São situações que iniciam desde o preconceito, até chegar em violências físicas e até mesmo tentativa de homicídio.

Por estar na rua em um horário contrário ao da circulação habitual já se configura em zona de risco ou vulnerabilidade, e ainda é preciso levar em consideração a estigmatização à estas pessoas. “O rol de ameaças para as travestis que estão “na pista”, é longo – repressão policial, assaltos, brigas, ofensas proferidas pelos transeuntes...” (PELÚCIO, 2005, p. 230).

Nos relatos das colaboradoras, é possível enxergar as situações que ocorrem no dia-a-dia e vivenciar a realidade de quem está trabalhando na rua e sob condições de exposição corporal e de si, de uma maneira extrema e sem possuir qualquer tipo de segurança neste contexto:

“[...]já fui vítima de bandidos, em termos de sexo. Me obrigaram a ter sexo com três bandidos dentro de um carro, me abordaram dessa forma. Mas eu não fiz denúncia. Fiz o sexo com os três e depois disseram que não iriam pagar nada (que é o programa, o dinheiro). Eu disse: tá certo, desde que vocês não façam nada comigo, eu vou fazer o sexo com vocês três. Transei com os três como disse como minha palavra, e eles com as pistolas dentro do carro, mas não fizeram cena nenhuma comigo. Para mim isso já foi um momento na minha vida quando eu vivia por lá não passava por isso, mas a vida de travesti é arriscada para isso. Eu hoje conto de vitória a você, e a outras pessoas que não fui assassinada, não me estupraram, não me violentaram, e também me obrigaram, na verdade, eles queriam a vontade do sexo. Porque hoje aqui em João Pessoa, nós travestis, somos “marcadas” pelas bandidas, pelas marginalidades, não tanto pela violência deles e também pelo desejo do sexo. É uma vida muito “concluída” e a respeito da rua, eu vejo, já fui vítima, estou falando da vida de programa”. (Rayssa).

“[...]Já aconteceu uma que o macho não queria me pagar, entendeu?! Mas eu relevei, disse isso: Tudo bem, então... tchau e tchau! Mas nunca mais saí com ele.” (Bárbara).

“Assim... Para mim, eu ainda não estou acostumada! Que eu acho que é uma humilhação muito grande para a gente que depende dos homens, entendeu?! Tem deles que para, conversa, olha, toma seu tempo e ainda por cima diz: Não, quero não. Entendeu?! Você perde seu tempo e ainda é explorada a fazer coisas que você não quer fazer. E ainda tem por cima, caras que pega, sai com você e não pagam. Assim... Preconceito a gente sofre diariamente, noturno também. Tem caras que já chegou até... Recentemente aconteceu comigo o quê: Uma cara me chamou para sair, me levou para o lado do Valentina, abusou, “comeu” a noite todinha e ainda por cima me deixou lá numa casa abandonada.” (Dandara).

De acordo com as falas, as violências também partem dos seus clientes, mas também podem vir de outras pessoas e não existe momento certo para acontecerem. No caso da Rayssa, pessoas que a mesma intitula como “bandidos” foram os responsáveis por esta violência e atentado à sua vida, pois estavam todos armados.

Em relação à Bárbara e Dandara, seus próprios clientes realizaram esse tipo de ação, na qual utilizaram do serviço ofertado, mas recusaram-se a pagar, sempre utilizando de atos violentos para delimitar os espaços e as posições socioculturais de dominação, colocando-as enquanto objeto sexual. E por falta de algum aparato de segurança, as mesmas não conseguiram fazer nada, nem mesmo após o acontecido.

As possibilidades encontradas em suas exposições na rua nem sempre são seguras e tranquilas. É preciso estarem sempre preparadas para o que vai acontecer e para quem irão conhecer, pois o desdobrar na noite da rua é imprevisível.

É sabido que o grupo social estudado sempre é alocado para as zonas de risco social, em que sua exposição no ambiente urbano é trazida como um ingresso à violação desses corpos, que estas são cotidianamente violentadas e fazem-se comuns os crimes de crueldade (NOGUEIRA; LÉON, 2012).

Assim, dentro do próprio processo de atuação na prostituição e no ambiente de trabalho, existem também situações de violências entre elas. Porque no espaço da rua, assim como em todos os lugares, existem regras. Adentrando no contexto de João Pessoa/PB, é possível encontrar também essas vias de relacionamento entre elas e a ambiguidade existente, sempre levando em consideração as regras que são constituídas e suas subjetividades. Pelúcio (2005) descreve sobre o espaço da rua na perspectiva da prostituição e suas configurações:

“[...]a esquina é o palco onde cada uma dá seu show”. Na “avenida”, categoria êmica para designar os espaços da prostituição rueira, elas testam o sucesso de seus esforços de transformação, “dando close” – exibindo-se e esnobando as outras –, fazem amizades, aprendem a ser travesti a partir das trocas de informações e da observação. Nos territórios da prostituição elas namoram, encontram e fazem amigas, compram roupas, aprendem técnicas corporais importantes, além, é claro, de ganhar seu “aquê” (PELÚCIO, 2005, p. 224).

Dessa forma, as relações entre si, em relação à prostituição, podem dar-se como uma maneira que haja auxílio quando recém-chegadas ou até mesmo enquanto amizade, mas também a busca pelo seu reconhecimento e território pode ser motivo para desentendimentos e até mesmo agressões violentas. Os relatos das colaboradoras apontam para isso:

“É... Com as meninas, elas sempre “gostam”, né! Quando foi a primeira vez que eu fui pra lá, elas não queriam que eu ficasse lá. Porque lá era os canto delas. Eu disse: Mulher, eu não sabia que aqui tinha canto de ninguém não, porque todas está aqui para trabalhar, né, para ganhar dinheiro. Aí, eu já briguei com umas, entendeu?! Mas... Do espaço que ela dizia que era dela, e eu dizia que não tinha seu nome, querida! É porque eu era atrevida, entendeu?! Agora não sou mais não.” (Bárbara).

“Porque quem trabalha na noite é uma vida regrada, é uma vida sofrida e uma vida abusada. Porque tipo... Se acontecer uma coisa lá na esquina, não é só aquela pessoa que vai pagar, todas que estão ao redor vão pagar juntas.” (Dandara).

“Muitas travestis não queriam eu na rua, na pista, porque aqui existe normas, nas avenidas não é assim chegou, entrou e ficou. Não! Porque aqui existe a travesti e existe a trans que se fazem bem a outra, e existe as trans e travestis que são marginalizadas que tipo? Presidiarias, são detentas. [...]Eu já “tirei cadeia” em João Pessoa, já fui presa. Não minto para ninguém, onde eu chegar eu sou uma ex-presidiaria aqui hoje, mas por que? Porque eu tenho que me defender e tive que reagir quando vieram me afetar, eu tive que fazer com uma travesti também, entendeu? Ai isso foi o tipo de foco do começo da minha vida, só que hoje não existe mais, porque eu mostrei para elas, nas ruas,

na vida dos profissionais do sexo, eu mostrei para elas que eu não sou o que elas estavam pensando, que eu não queria invadir. É tipo uma marginalidade... se chegar um bandido diferencial no bairro ele vai ter que ser apresentado, vai ter que ser chamado ou morto, pelas normas. Em todo canto tem normas. [...]E aqui eu falei para você anteriormente que eu tirei prisão mesmo foi porque eu furei uma travesti e ia acabando com o pescoço dele, aqui na lagoa mesmo, aí respondi por tentativa de homicídio.” (Rayssa).

Estar na rua enquanto profissional do sexo não exige apenas cuidados externos à profissão exercida, mas as relações interpessoais também podem se apresentar como uma ameaça. Os relatos de Bárbara e Dandara nos mostram um pouco da dinâmica que a rua traz, uma vez que é preciso ter um território próprio para circular e caso não tenha, você é automaticamente excluída até conseguir se inserir neste de outras maneiras, além de precisar seguir todas as regras para não ter que responder por algum erro. Dandara relata que se caso uma delas quebre alguma dessas regras, todas as outras sofrerão consequências por este ato.

Já no caso de Rayssa, a mesma mostra as situações em que o espaço da rua também é algo construído a partir das experiências vividas e regras postas, além de que é necessário afirmá-lo para que outras profissionais não ocupem esse ambiente. Ela precisou conquistar o seu espaço e já não permite que outras se apossassem das suas conquistas. E foi preciso partir para uma agressão mais severa, uma tentativa de homicídio, para mostrar a sua posição hierárquica para as outras e, conseqüentemente, ser mais respeitada por elas.

Segundo uma das pesquisas realizadas por Benedetti, o ambiente da rua é um espaço demarcado por conflitos internos;

Tal organização espacial não significa que as travestis não possam circular por todas as áreas instituídas de comércio sexual de travestis, o que aliás algumas o fazem em busca de novos clientes, amigos, informações e diversão. Entretanto esta circulação também pode ser vista como um motivo para gerar tensões internas aos diferentes grupos que ocupam ou “disputam” o privilégio de determinadas regiões de prostituição. Estas tensões, às vezes presentes em um espaço que não compreende mais do que três ou quatro quarteirões, nem sempre são resolvidas apenas com discussões e xingamentos: a violência física se faz presente na resolução de algumas querelas (BENEDETTI, 2013, p. 6).

Destarte, o contato entre elas pode ser potencializador desses estigmas existentes, uma vez que não há o reconhecimento delas entre elas, onde acabam colocando-se em espaços e posições de inimizades, ameaça e até mesmo inexistência. E também relacionando o seu território como algo seu, no sentido de posse, e o território desconhecido, o que pode causar estranhamentos caso haja o cruzamento dessas zonas (CARVALHO, 2011).

Em uma interessante experiência de Rayssa, a mesma conta como conseguiu adentrar no espaço da prostituição e adquirir o prestígio nas ruas e com as outras profissionais que ali circulam:

*“Na verdade, quando eu vim para cá, eu vim como um gay. Para entrar aqui, como se diz: só na “manha”. Mas, sempre um travesti quando é bem vivido conhece outra pessoa que é bem vivida, aí eu comecei a andar por aqui, as travestis me perguntavam: “oxente”! “Viado”, está fazendo o que por aqui? Não, mulher, eu tô por aqui que eu fico na rua, fico jogada (migué). Eu estava na casa de um traveco, mas ele não tinha as “manha”. Cuidado que eu não quero “viado” por aqui não! Elas disseram: você faz programa? Eu disse: eu não, não sei nem o que é isso. Eu sabia que quando ela encontra os “viados” aqui elas rasgam o rosto de navalha. Lá na Epitácio¹⁴ me pegaram três travestis e me perguntou: você tem vontade de virar travesti? Tu tem vontade de fazer programa? eu tenho vontade de saber como é! [...] Daí elas disseram assim, pra eu ficar e que arrumariam roupa de travesti pra mim. E arrumaram mesmo! Daí ela disseram: Mas olha mulher, ela não tem nem jeito de travesti, tem jeito de viado, de gay. Isso é elas dizendo, sabe? Elas humilham mesmo, viu! Aí elas disseram: Mas tu nem tem peito e nem p*rra nenhuma, como é que tu vai fazer programa? Daí eu disse que faria mesmo assim. Aí eu disse: é mulher, eu tenho tanto medo. Mas aí elas disseram que não e perguntaram meu nome, daí eu disse o meu nome antigo. E elas perguntaram: Tu não quer um nome de mulher não? Eu disse: Então, mulher, eu pretendo. Daí ela disse que iria colocar o nome de Rayssa em mim, e ficou. Aí a outra: A senhora vai ser a minha filha e eu vou ser a sua mãe (na malícia, sabe?). Tudo isso eu passei aqui. Entendesse? Aí, tudo isso foi experiência. Só que assim, se você criar uma cobra, ela vai ter veneno! Entendeu como é a história? Na verdade, elas são vigaristas, são espertas, são **travestis marginalizadas**. Mas elas não sabiam que eu era um veneno e era uma cobra. [...] E de vem em quando uma me arroteava: Ai, viado! Tu é cheio de tatuagem, né? Eu disse: é. Eu já tinha umas tatuagens, na época. Elas diziam: Olha bicha, tu é cheia de tatuagem. Tu é bicha marginalizada mesmo. Eu dizia: Eu não, mulher. Sou não. Tá doida? [...] Aí como o passar do tempo...Aí botei um aplique e comecei a me montar de mulher. Logo quando eu comecei a descer de vestido. Aí elas de vez quando umas me soltavam piadas: Vai criar cobra, viado! Vai criar cobra, viado! Olha o gayzinho! Vai? Isso é uma mulher... Vai criar cobra! Aí com um certo tempo, as outras diziam do outro lado da rua (que os pontos são individuais, cada uma tem a sua). Aí elas diziam: Vai, nesses dias ela vira mãe, meu amor! Vai dar asas a cobra. Vai dar veneno a cobra, travesti. Aí depois, em outro dia, eu comecei a descer de sutiã de enchimento e blusa tomara que caia. E já parava os carros. E elas nervosas... Porque aqui elas cobram a rua. Aqui paga ponto. É 40,00 reais por semana. Só que eu nunca paguei rua não. Outra vez veio outra me enfrentar: Por que a senhora não paga rua (depois de anos, sabe?)? Engraçado que os viados vêm de fora e as travestis paga a rua e a maga não paga a rua! Aí a dona respondeu: Mas você sabe do que a Rayssa é capaz aqui? A Rayssa já se garantia aqui antes da gente, por isso que ela não paga a rua. Aí passou” (Rayssa) (Grifo nosso).*

Os detalhes que a mesma nos traz sobre todo o seu processo de inserção dentro do universo da prostituição, mostra as facetas que são necessárias para que ela pudesse manter-se no ambiente, além de permitir compreender o quanto as relações de poder são importantes para que haja esse reconhecimento. Principalmente quando é preciso a união em algumas ações planejadas em conjunto ou quando há a quebra das regras postas para

¹⁴ Uma das avenidas principais da Capital João Pessoa, na Paraíba.

a atuação na rua. Como exemplo dessas interações, Carvalho (2011) mostra que as regras utilizadas no ambiente da rua também possuem suas consequências e são espaços muito estigmatizados, ao ponto de haver uma negação até mesmo pela classe.

Desse modo, a construção no espaço de prostituição também significa a passagem por diversas experiências que são cruciais no seu processo de identificação, edificando suas identidades de gênero a partir das próprias concepções, desejos e até mesmo influências sofridas por outros personagens.

Outro aspecto que se dá nesse sistema é a constante tentativa de encaixar-se dentro das regras que permeiam as ruas, porque apesar de serem normas duras e de grandes consequências, é partir destas colocações e tentativas de encaixe que o seu reconhecimento e sua visibilidade acontece.

E são nessas vivências que a (trans)formação de si vai acontecendo e as suas conexões com outras áreas da vida também vão se revelando, trazendo consigo e com e suas construções os significados construídos de tudo que está tornando-se naquele ambiente e junto com outros sujeitos.

Estar enquanto profissional do sexo é saber lidar com o desconhecido nas diferentes dimensões. É desafiar os limites do desejo. É enfrentar uma nova experiência a cada noite vivenciada. É reconhecer-se dentro de si e do outro. É refazer-se para si e para o outro. É reconstruir-se pessoa e mulher. É ter coragem para afirmar-se em público. É ser coragem. Na rua, na cama, no corpo, na vida. É compreender a si nas mais diversas facetas e refazer-se cotidianamente nas diferentes situações, além de encontrar meios para lidar com as diferentes e incógnitas experiências que surgem no dia-a-dia, ou melhor, na noite-a-noite.

E por maior que seja sua luta para manter-se viva, é o espaço em que estas edificam seus desejos em seus corpos, seja através dos seus modos de produção nas características construídas como femininas (roupas, silicone, adereços, cabelos) ou seja através das relações com seus clientes, transformando a todo momento seu processo de subjetivação em relação à corporeidade desejada (BENEDETTI, 2013).

Utilizar o seu corpo enquanto fonte de troca é algo muito comum na sociedade, porém o que importa é quem e como isso está acontecendo. E, de repente, o uso do seu corpo transforma-se em um meio para uma possível (re)descoberta pessoal ou como a esperança para sobreviver em meio às negativas possibilidades da sua existência em outros espaços de trabalho e sociabilidade.

O estudo de Benedetti (2005) é direto ao trazer que apesar do preconceito que segrega e as colocam na posição de trabalhadoras informais do sexo, a prostituição também atua enquanto promotora da construção e apropriação de suas identidades, além do contato com outras pessoas e novos aprendizados.

Mulheres Transexuais e Pessoas Travestis fazem uso dessas performances corporais para também promover conexões ao universo construído sobre o feminino, além de trazer à tona as suas diversas possibilidades de atuação, principalmente quando torna-se uma das suas poucas opções. Para Longaray e Ribeiro;

Essas técnicas de produção corporal exteriorizam e visibilizam as particularidades das travestis e transexuais, ingressando-as no universo feminino, embora a feminilidade travesti evidencie, em muitos casos, um corpo híbrido entre o masculino e o feminino. O corpo é o suporte de investimentos. Ao tornar-se atrativo, torna-se, também, fonte de sustento. A prostituição é uma experiência que necessita do corpo carne e do corpo prazer (LONGARAY; RIBEIRO, 2016, p. 776).

É importante entender que não se deve generalizar as vivências e as experiências. É preciso levar em consideração que o espaço da rua e as suas possibilidades também podem ser um local bastante significativo e possuir grande sentido, pois é neste ambiente que se dão as concepções sobre si, as relações interpessoais e a aprendizagem de como viver em uma sociedade pautada em moralidades e normalidades, em que ao mesmo tempo sente grande prazer e consome as práticas sexuais ofertadas por estas.

Diante das concepções trazidas por Longaray e Ribeiro (2016), no universo que tange as práticas das mulheres transexuais, a atividade de prostituição comumente está sendo associada à marginalização e exploração do seu corpo, pensando sempre na troca financeira, mas na verdade ela consegue transcender espaços que estão envoltos na feminilidade, fazendo-se uma experiência que proporciona a socialização e visibilidade dessa população.

O estudo de Nogueira e León (2012), traz as ruas e a experiência da prostituição enquanto um dispositivo que pode promover a socialização, além proporcionar meios para a construção da sua identificação, auto-expressão e exposição das necessidades, vontades, além da ascensão do ego em serem desejadas.

E é no ambiente da rua em que esse sujeitos encontram seus espaços e (re)fazem suas histórias, direcionando suas condutas, construindo seus dilemas, alimentando seus desejos, adquirindo conhecimento e construindo seu futuro, por mais que as barreiras estejam presentes. É o lugar em que elas são acolhidas e reconhecidas.

Na análise dos seus relatos, elas colocam que a rua é a porta de entrada para a desconstrução pessoal que aos poucos vai ficando para trás e a reconstrução de uma nova personagem em mundo novo como novos coadjuvantes e uma nova plateia. É uma nova vida, nova história e empoderamento para superar as adversidades.

Assim, é levando em consideração seu protagonismo dentro do espaço inserido e a possibilidade de atuar de maneira a diminuir sua vulnerabilidade, além da promoção de novas oportunidades que emergem as lutas sociais pelos seus direitos de existir. E a partir dessa militância que são pensados e criados novos programas, não-governamentais, governamentais, projetos de cidadania que se preocupam em promover sua visibilidade em outros espaços e garantir o acesso aos seus direitos.

Um desses programas é o Transcidadania, que é uma política pública de inclusão do público Transexual e Travesti na sociedade e possui o intuito de garantir os direitos humanos e a cidadania dessa população, ofertando mecanismos que consigam recuperar e dar oportunidades de vida a pessoas travestis e transexuais em situação de vulnerabilidade social (SÃO PAULO, 2018).

Inicialmente, foi um programa adotado na cidade de São Paulo, mas que João Pessoa tomou como modelo e tem realizado várias ações que envolvem autonomia, cursos profissionalizantes, inserção no mercado de trabalho, orientações sobre seus direitos e encaminhamentos para os serviços públicos, além de estar sempre no enfrentamento à LGBTTQ+fobia e promovendo sua visibilidade e socialização.

Atualmente, está vinculada à Coordenadoria de Cidadania e Promoção LGBT, que possui sua sede no Centro de Cidadania LGBT de João Pessoa/PB, local onde a pesquisa foi realizada, e tem buscado mapear e identificar as situações de vulnerabilidades entre o público e proporcionar e inserção desses membros nas outras políticas de gestão, visando garantir o seu acesso à moradia, educação, saúde, emprego, entre outros (JOÃO PESSOA, 2015).

Recentemente, foi aprovado o projeto de lei que obriga os estabelecimentos comerciais a explicitarem que é proibida a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero e que é passível de multa ou outro tipo de penalidade. Mais um combate à LGBTTQI+fobia nos espaços sociais de João Pessoa/PB, concedendo melhor segurança e promovendo, com isso, uma maior circulação dessa população (PARAÍBA, 2017).

São projetos como esses que têm sido um estímulo na busca dos direitos das população transexual, uma vez que estão sempre se empenhando em problematizar as

situações de violências, exclusão e estigma que naturalizam-se, através encontros, discussões e orientações, além de garantir os direitos por meio de ações que viabilizem o contato destes com os serviços públicos e o acesso à novas perspectivas de vidas, promovendo, assim, a inserção da população nos espaços sociais, conscientizando a sociedade sobre tais questões e promovendo a cidadania.

As determinações que as fazem estar na rua estão relacionadas com a problemática também encontrada em sua exclusão do espaço escolar, pois a educação que deveria possibilitar novas perspectivas em relação à sua inserção em outros espaços de trabalho não tem atuado de forma efetiva, muito pelo contrário, têm reproduzido as violências. Mas com isso, seria possível realocar a prostituição enquanto um espaço que seja escolhido e não reservado a estas.

Existem esforços das políticas públicas para o enfrentamento da situação nas ruas, levado em consideração a população e as suas práticas, porém a realidade ainda está longe de ser transformada, uma vez que são poucos os espaços que estão abertos a dar possibilidade pra essa população, e muitas vezes, quando conseguem construir algumas possibilidades, acabam reproduzindo o preconceito e a heteronormatividade.

É utilizando da perspectiva que tange a busca pelos seus direitos e o processo de promoção à cidadania, através de construções significativas cotidianas, que a Terapia Ocupacional no campo social, e o terapeuta ocupacional, enquanto articulador social, propõem reflexões e possibilidades e deixam as suas contribuições à população transexual e travesti no âmbito da prostituição.

8 AS NORMAS, AS IDENTIDADES, O COTIDIANO E A LUTA: Reflexões acerca das contribuições da Terapia Ocupacional junto a mulheres transexuais profissionais do sexo

*Seguem passos certos escritos em linhas tortas
Dentro de armários suados
No cio de seu desespero um olho no peixe outro no gato
Trancados arranham portas
Com todos seus pensamentos
Com tantas ideias tortas
Já caíram de maduro
Já nasceram todas mortas*

*Eu vou te confessar que as vezes nem eu me aguento
Pra ser tão transviada assim, precisa ter muito
Muito, muito muito muito, mas muito talento!*

*Ser bixa, trava, sapatão, trans, bissexual
É também poder resistir!
(Absolutas part. As Bahias e a
Cozinha Mineira Mc Linn da Quebrada)*

Apesar de não ter sido um objetivo proposto e alcançado neste trabalho, mas utilizo das reflexões acerca das contribuições que a Terapia Ocupacional Social pode promover à população transexual pela minha formação ser nesta profissão e como um exercício para pensar a formação e as práticas dos terapeutas ocupacionais.

A Terapia Ocupacional Social configura-se enquanto uma ciência que vem firmando o seu espaço através de fundamentos que envolvem reflexões e ações humanísticas e holísticas, em que coloca a promoção do protagonismo social dos sujeitos no cotidiano enquanto chave para o desenvolvimento novas perspectivas que possibilitem uma maior autonomia, resultando na construção do processo de cidadania (trans)formação social.

Segundo as considerações de Denise Barros (2004), quando a Terapia Ocupacional (TO) emerge no campo Social, suas ações colocam-se enquanto espaços sociais de envolvimento e mediação relacional e cultural, em que tais aspectos precisam dar possibilidades para a construção de novos projetos de vida, a partir do seu reconhecimento enquanto cidadão e ator principal da sua história, além de provocar tais sujeitos para o reconhecimento do seu pertencimento na comunidade onde vive e na participação na vida coletiva. Em explanação, a mesma autora coloca:

O terapeuta ocupacional social trabalha com base na interpretação da demanda que é simultaneamente individual e coletiva. A interpretação é seguida de sua

problematização, do estudo do contexto e da elaboração de projeto que envolve negociação constante. É nesse sentido que as noções de cidadania e de produção de identidades são guias da interpretação e da formulação de projetos de intervenção (BARROS, 2004, p. 93).

Dessa maneira, as ações deste profissional vão acontecer a partir das reflexões que podem ser fomentadas levando em consideração o seu contexto e a sua realidade social. É fundamental que haja a busca dos mais intrínsecos aspectos que compõem a vida dos sujeitos, para que esteja nítida a dimensão dos processos que estão vivenciando e que as expressões dessas construções possam ser lidas através das experiências grupais e suas práticas culturais, na socialização desse sujeito e as produções de sentidos que podem surgir (BARROS; ALMEIDA; VECCHIA, 2007).

Pensar a Terapia Ocupacional Social é expandir os horizontes que estão atrelados às nossas vivências cotidianas e fazer destas um caminho para a mudança nas realidades de sujeitos que, de alguma forma, estão em processo de vulnerabilidade ou ruptura e riscos sociais, (re)criando novas possibilidades produzir e viver suas histórias, mas fazendo destes atores os próprios protagonistas.

Nos estudos relacionados à Terapia Ocupacional Social e populações em desfiliação social, Ana Paula Malfitano consegue subsidiar o pensamento ao colocar que “[...]para a discussão do núcleo de intervenção da terapia ocupacional no campo social, partimos do princípio de que suas ações buscam a autonomia e cidadania do sujeito, interferindo em seu cotidiano para promoção de mudanças (MALFITANO, 2005, p. 5).

Nas práticas da Terapia Ocupacional Social, é necessário haver o entendimento de que o outro é a chave principal para a escritura da sua trajetória, mas que as práticas possam ser descentradas do conhecimento técnico, das ações individuais, do espaço fechado e da atividade como uma perspectiva fechada, e entender o papel técnico, ético e político do terapeuta ocupacional. E reformulá-las para a utilização da lógica que coloca as concepções e saberes pluralizados, levando em consideração as problemáticas sociais, como ponto de partida, os processos de consideração do coletivo e da cultura, além de promover o cotidiano tanto como um novo espaço de circulação e construção de identidade, quanto ações que provocam a inserção desses sujeitos nas histórias individuais e da comunidade (BARROS; LOPES; GALHEIGO, 2002; MALFITANO, 2005).

Levando em consideração todas essas características que são necessárias para fazer acontecer as ações da TO social, é muito importante também realizar questionamentos acerca das problemáticas do cotidiano que foram responsáveis por realocar tais sujeitos para o processo de vulnerabilidade. Assim, o estudo de Melo traz:

Quando a Terapia Ocupacional Social se propõe a pensar as práticas cotidianas, a promoção de diversos espaços de acesso a bens e serviços e em como esses acessos podem promover construção e reconstrução de redes relacionais e de sociabilidade, tende a compreender a forma como essas vidas acontecem a partir de concepções normativas, o que acaba por desconsiderar a capacidade de agência dos sujeitos, bem como a possibilidade de que dentro dessas dinâmicas vividas à margem também existem centros, assim como nas vivências de centro existem margens (MELO; 2016, p. 216/217).

Desse modo, é também impulsionar reflexões acerca das reproduções socioculturais que são diariamente reiteradas pela sociedade, que possui a tendência em oprimir e segregar os grupos sociais que não estão dentro dos padrões exigidos para permanecer neste meio, sempre levantando questionamentos acerca dos por quês que existem essas cruéis segregações e o quanto o processo de marginalização pode acometer significativamente as diversas formas de existência.

Lidar com o enfretamento do posicionamento social acerca da exclusão desses grupos que encontram-se em situação de vulnerabilidade e buscar novas metodologias que possam estar atuando na promoção e reversão dessas violências, é uma prática do terapeuta ocupacional, que precisa estar inteirado dos processos sociopolíticos e culturais, além das políticas públicas e de direito que estão ligadas ao enfretamento das situações de violação e de melhoria na qualidade de vida desses sujeitos (SILVA; BEZERRA; QUEIROZ, 2015).

Entrelaçar as problematizações que envolvem a reflexão acerca dos padrões sociais de gênero e sexualidade que são pautados no binarismo e na heteronormatividade, junto às ações da Terapia Ocupacional Social, são caminhos recentemente traçados na área, mas que vem tomando corpo e fundamentando-se através das práticas que podem ser encontradas em diversos contextos e em diversas localidades no Brasil.

Como demonstrada na revisão apresentada na introdução deste trabalho, os estudos que ligam a Terapia Ocupacional Social e a população transexual ainda estão em pequena quantidade, mas possuem direcionamentos imprescindíveis para a fundamentação e entendimento de novas práticas e a consolidação da profissão na área.

Pesquisas com a população LGBTQI+ e a Terapia Ocupacional Social podem ser encontradas em Projetos de extensão e pesquisas, além de trabalhos acadêmicos. E trabalham perspectivas diferenciadas como a inserção dessa temáticas dentro da formação de terapeutas ocupacionais e as pesquisas que lidam com a temática (MONZELLI; LOPES, 2012; LEITE JÚNIOR; LOPES, 2017), a percepção de si em instituições sociais de comum acesso à todes e as violências que muitos desses espaços tendem a reproduzir

(MONZELLI; FERREIRA; LOPES, 2015; MURASAKI; GALHEIGO, 2016); acerca da compreensão e contribuições da Terapia Ocupacional sobre/nas Teorias que embasam tais problemáticas, como a Teoria Queer, e a sua interface com a população transexual e travesti (MELO, 2016) e as implicações das construções identitárias e a socialização desses atores sociais, (SILVA; WALDEZ; QUEIROZ, 2015).

As ideias e práticas possuem o intuito de estimular e afirmar a (r)existência dessa população através da luta pelos seus espaços na sociedade, abrindo possibilidades que reflitam na (re)construção do seu cotidiano e sempre utilizando da compreensão dos sujeitos como protagonistas das suas próprias trajetória.

Pensar nas concepções heteronormativas e binárias dentro da sociedade, requer pensar a nocividade que estes possuem na construção do cotidiano de todas as pessoas. E quando um grupo social é vítima dessas normatizações, suas experiências dentro das produções no cotidiano acabam sendo desconsideradas e sua formação enquanto cidadão é rompida. Porém, é de extrema importância que haja a inquietação e o enfrentamento desses processos excludentes. Késia Melo conversa sobre;

Se ao desestabilizar as concepções binárias entre os gêneros, as pessoas trans vêm sendo, historicamente, relegadas a espaços marginais e deslegitimadas enquanto sujeitos, o acesso a determinadas possibilidades tecnológicas associada a transformações sociais e políticas tende a modificar a forma com que elas experienciam os sentidos atribuídos à viver na fronteira entre os gêneros e buscam alternativas de enfrentamento em relação aos mecanismos que mantêm a delimitação de espaços, dinâmicas e direitos, bem como a privação da cidadania (MELO, 2016, p. 218-219).

Assim, tais ações transcendem as compreensões sobre as problemáticas sociais, pois fazem-se no lidar com a situação de vulnerabilidade em que tais sujeitos encontram-se e que a sociedade nega à todo momento a existência desses corpos, outorgando o espaço da marginalidade e invisibilidade. Para a Késia Melo;

Se pensarmos a heretionormatividade sem restringi-la a uma concepção de heterossexualidade, perceberemos que ela está completamente ligada a formas de organização da vida social, modelos, papéis e práticas, e se a Terapia Ocupacional se propõe a lidar com o fazer humano dentro da sua complexidade, é preciso considerar que ela está diretamente relacionada com a forma como se constituem as práticas cotidianas, as dimensões espaciais e relacionais dos acessos e das sociabilidades, com configuração das políticas sociais, entre outras (MELO, 2016, p. 219).

É imprescindível que enquanto terapeutas ocupacionais tenhamos no escopo das nossas intervenções a compreensão dos contextos político, econômico e sociais e como tais processos podem tornar as vivências marginalizadas, para que então possamos problematizar as situações e nos colocar enquanto agentes políticos e de mudanças no meio social (MELO, 2016). É lidar com o extermínio cruel e ao mesmo tempo as

metamorfoses que os corpos podem trazer, criando novas vias de empoderamento sociocultural de si e das suas práticas cotidianas que culminarão numa melhor apreensão acerca da construção das suas identidades e do seu real espaço no meio social.

É sempre se questionar onde estão as mulheres transexuais e pessoas travestis? Em quais espaços de sociabilidades elas estão circulando? Onde estão essas pessoas à luz do dia? Como configura-se o cotidiano destas? É possível encontrar essa população no mercado convencional de trabalho? Enquanto comerciantes em lojas, juízas em fóruns, professoras em escolas e profissionais nos ambientes de saúde? E quais são as explicações para o contexto da realidade atual dessas pessoas? Por que tanto preconceito? Por que tanta violência? Por que tantas mortes? Quando nos questionamos e também a sociedade, incitamos a reflexão sobre o que tem acontecido com esses corpos.

A inserção da Terapia Ocupacional nos contextos que envolvem as experiências de vida das mulheres transexuais é de considerável importância, pois tais ações surgem com a finalidade de efetivar políticas de direitos e sociais que promovam a cidadania dessa população. É compreender que se as experiências da população transexual atualmente estão sendo desconsideradas e invisibilizadas através das práticas heteronormativas e binárias, mas, não mais permanecer na inércia e lutar para que essas vidas possam ter voz e vez. Assim, a profissão tem a necessidade de “pensar estratégias de inclusão como também nos mecanismos que os reforçam, buscando a dimensão de uma prática que extrapole os limites do sujeito individual que dimensione a urgência de intervenções pautadas no coletivo, na estrutura e no trânsito social” (MELO, 2016, p.221).

Estes profissionais buscam trabalhar com os marcadores sociais da diferença¹⁵, refletindo sobre e produzindo práticas que estejam ligadas ao respeito à diversidade e à luta pelo desenvolvimento de políticas públicas que possam fornecer subsídios para que haja o acesso desse atores sociais à seus direitos, bens e serviços, além de fomentar o enfrentamento às formas de violências cometidas (LGBTTQI+fobia).

Portanto, ao lidar com o cotidiano dos sujeitos é fundamental entender suas redes de apoio social e compor estratégias para a desnaturalização das normas socioculturais e diminuição das violências que geram a falta do seu reconhecimento como um cidadão e

¹⁵ Segundo Mello e Gonçalves, estes configuram-se enquanto “marcadores” que são socialmente definidos para delimitar, classificar, hierarquizar e padronizar. Referimo-nos aos eixos dos sistemas de gênero, da “raça”, da etnia, da sexualidade, da idade/geração, da localidade geográfica, da classe, do estado civil ou conjugal, dentre muitos outros (MELLO; GONÇALVES, 2012).

a sua marginalização. E então trabalhar no desenvolvimento de recursos para fortalecer suas relações consigo e as suas concepções identitárias, e também com os seus grupos de suporte sociais, subsidiando as intervenções nos seus direitos enquanto cidadãos e na garantia destes; além de promover políticas públicas dentro da sua realidade e cultura. (LOPES *et al*, 2010; MELO, 2016).

O intuito é também fazer com que as políticas voltadas para a população transexual e travestis que estão trabalhando enquanto profissionais do sexo possam ser criadas, divulgadas, aceitas e efetivadas dentro da sociedade. Além de estar trabalhando em estratégias que possibilitem a socialização e pertencimento desses atores sociais nos espaços que são seus por direitos, promovendo uma maior ocupação e circulação nos ambientes sociais. Assim, Silva, Bezerra e Bonfim nos auxiliam na compreensão mais aprofundada das práticas dos terapeutas ocupacionais em conjunto com as mulheres transexuais e travesti, ao colocar:

Dada a complexidade das demandas colocadas pela população transgênero, as propostas interventivas junto à mesma requerem a constituição de projetos intersetoriais e interdisciplinares, estabelecendo conexões entre as diferentes áreas de políticas públicas e saberes diversos para criar um campo mais efetivo técnica e politicamente de intervenção. As ações devem, sempre que possível, serem construídas também em conjunto com as próprias travestis e transexuais, favorecendo a autonomia e o empoderamento. A assistência a esta população na infância e na adolescência pode prevenir futuras situações de vulnerabilidade e risco, como a prostituição enquanto meio de trabalho e subsistência. Nas situações de vulnerabilidade já instaladas, deve-se contribuir com a (re)construção das redes de apoio social, promovendo a desconstrução dos estigmas sociais em relação as populações transgênero, além de auxiliar na elaboração conjunta de projetos de vida, onde a emancipação, o protagonismo e os direitos sociais possam ser restabelecidos na vivência das travestis e das mulheres transexuais (SILVA; BEZERRA; QUEIROZ, 2015, p.372).

Ter a consciência de que ao estimular o protagonismo das mulheres transexuais profissionais do sexo em grupo e em espaços públicos, esses sujeitos poderão viver novas experiências, novas maneiras de fazer e refazer suas trajetórias, refletindo na (re)construção e ressignificação do seu cotidiano.

Portanto, ser terapeuta ocupacional no campo Social e trabalhar com a população de mulheres transexuais que atuam no âmbito do trabalho enquanto profissionais do sexo é promover a visibilidade através da problematização das violências e valorizar as suas experiências enquanto significativas e relevantes para sociedade, para que a partir dessas (des)construções, novas formas de considerar o outro como parte deste meio social possam surgir e serem efetivadas.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos que discutem as concepções acerca das construções das identidades de gênero e diversidade sexual, estão em crescimento nas diversas áreas da ciência, levantando questionamentos que nos permitem refletir o quanto as construções socioculturais que cercam a vida estão atreladas a tais conceitos. Em função do gênero e das práticas sexuais, são constituídas interpretações do mundo que estão ligadas diretamente com as nossas produções cotidianas, mas as regulações acerca dessas ações também emergem como manutenção e controladores das relações que se dão em nossa sociedade.

As reflexões que envolvem tais temáticas são complexas, exigindo um certo discernimento e abertura para as desconstruções que estão propostas, em relação às (re)produções que foram sendo tomadas pela sociedade. Desprendendo-se, assim, de todas as suas crenças e ideações culturais para poder abstrair-se no universo dinâmico que é compreender a diversidade da construção das identidades de gênero e das práticas sexuais e sexualidades.

Entender a heteronormatividade é essencial para a quebrar das concepções naturalistas que outorgam padrões de como viver em sociedade, pois é através desta que ocorrem as reproduções das normas. E a binaridade também age de forma normatizadora, alocando todos os corpos e formas de existência para o feminino e o masculino, colocando em uma posição de estranhamento os corpos que não se reconhecem dentro desses parâmetros.

Quando já não é possível fazer parte desse conjunto de regras e, portanto, transgride tais normas, a discriminação desses corpos colocados como dissidentes acontece, retirando os sentidos que essas corporeidades possuem dentro da sociedade e realocando-os a uma posição de marginalidade e exclusão social. E as posturas que compreendem a falta de sentido desses sujeitos dentro da sociedade e a segregação que se faz resultante desta, acabam autorizando as violações e, gravemente, a eliminação desses corpos.

Assim, a população LGBTTTQI+ é umas das que faz em parte desse grupo social, dos que fogem das normas implantadas e acabam sofrendo com as violências de não serem reconhecidos enquanto cidadãos na sociedade, fazendo com que poucas políticas públicas de direitos sejam direcionadas à tais atores sociais e contribuam para os processos de violação dos seus direitos de pertencer e viver na sociedade.

E as violências tornam-se ainda mais frequentes e cruéis quando consideramos, no meio das afirmações LGBTTTQI+, as vidas das pessoas transexuais, principalmente quem se auto-afirmam mulheres, uma vez que o trânsito em ambas as normas (heteronormatividade/binarismo) causam estranhamento e incômodo, dificultando em uma escala maior sua participação na vida social. O que faz com que seus direitos de pertencer à sociedade sejam negados e sua marginalização determinada, restando uma pequena parcela de fragilizados espaços a que estes sujeitos possam recorrer, como por exemplo a prostituição nas ruas das grandes cidades.

Para poder entender as trajetórias das mulheres transexuais que estão atuando enquanto profissionais do sexo em João Pessoa/PB, se ligam diretamente aos estudos dessa grande diversidade que (des)constitui os mecanismos ligados aos gêneros e as práticas sexuais, e como as reproduções dessas concepções são responsáveis pelas violências destinadas à população. Porém, tais reflexões também surgiram com o intuito de reconhecer cada marco que compuseram as histórias de vida e as suas perspectivas do que é tornar-se o que desejam e a relação com suas construções cotidianas.

A expressão das suas identidades, para as Colaboradoras desse estudo, configura-se enquanto um processo que está ligado às suas vivências em situações do dia-a-dia, as quais foram transformando-se de acordo com o tempo, os espaços e as relações que foram se dando ao decorrer de suas histórias. Deste modo, todas as Colaboradoras reconheceram-se e afirmaram-se enquanto mulheres transexuais, mas relataram que houveram transformações ao longo dessa construção.

Apesar de no início todas reconhecerem-se enquanto gay, é possível perceber que seu discernimento e práticas transcendiam seu gênero e sua sexualidade. Desse modo, era como se as colaboradoras não mais se percebessem naquele estado de corpo, relações e concepções, e se transvestir com roupas socialmente tidas como femininas era uma maneira de (r)existir em sua melhor versão e estar em conformidade com o que acreditavam.

É importante compreender que a sua construção identitária e os processos relacionais precisam ser considerados dentro das construções sociopolíticas e culturais que as regiões possuem. No Nordeste brasileiro, como exemplo, o machismo é um aspecto que vem sendo bastante questionado, pois suas proporções ainda são bastante elevadas. Assim, é necessário considerar todo o contexto em que esta população tem transitado e entender o porquê que ainda existem tais reproduções, mesmo por partes destas, de práticas ofensivas e que discriminam determinadas classes.

Por isso, em alguns momentos as colaboradoras não reconheciam algumas ações de pessoas do mesmo grupo social por não fazer parte das normas que o binarismo e heteronormatividade e insistem em reproduzir. E, desse modo, reproduziam discursos segregatórios dessa outra população. Portanto, o machismo que ainda se faz muito forte na região na qual a pesquisa foi realizada é um importante fator a reforçar os paradigmas normativos, tendo influência até mesmo nas pessoas do grupo social estudado.

Além de ser um aspecto de incitação aos mais variados tipos de violências que atinge a população estudada. Por maior que seja o consumo pornográfico da população transexual e travesti (o que não exclui o fato das violências, pelo contrário), a transfobia ainda é uma violência muito presente no cotidiano dessas mulheres, e a marginalização ainda atua como aspecto que estão atreladas às experiências desse grupo, sendo as primeiras violências concebidas dentro do âmbito familiar.

Foi possível compreender, a partir das vivências das colaboradoras, que a família, geralmente tida como uma rede forte de suporte, acaba não tendo discernimento por parte das construções pessoais desses sujeitos, assumindo um papel que rompe com essa rede e aloca a esses sujeitos à outras formas de violências, deixando-os em situações fragilizadas e sem nenhum apoio.

A exclusão dessas pessoas nos cenários sociais não acontece apenas no contexto familiar. Outra instituição social que reforça tal estigmatização é a escola, na qual as violências são ainda mais explícitas e têm-se a falta de preparo dos profissionais para lidar com as situações que envolvem a diversidade e as violências por conta dessas, não existe, fazendo com que a instituição como um todo torne-se mais um dispositivo de segregação e negação de novas possibilidades para essa população, dificultando que estes atores sociais enxerguem novos caminhos e criem novas perspectivas de vida.

Dentro da própria escola, e também em todos os espaços públicos, o uso do banheiro social torna-se uma problemática e foi possível perceber nos relatos das Colaboradoras, em que houveram constrangimentos graves e o impedimento de uma delas em frequentar o espaço com que se identificava. Mas que é preciso haver a problematização, uma vez que é um ambiente que ainda necessita comportar todas as formas de experiências que possam existir sem que precise excluí-las ou submetê-las à situações constrangedoras, pois é um espaço público e é um direitos destas o seu acesso.

Assim como o acesso ao banheiro que se identifica, o desrespeito ao nome social também está presente no cotidiano das Colaboradoras. É comum a falta de preparação por parte das pessoas em diversos locais para lidar com a situação. Em um dos casos, o

constrangimento ocorreu em um espaço público e, mesmo estando com ditos signos femininos, a violência deu-se da mesma forma, desconsiderando totalmente sua maneira de existir na sociedade.

Até mesmo o uso da documentação pessoal tornar-se algo angustiante, pois a aparência já não mais condiz com o nome que está expresso neste documento e, mesmo existindo essa diferença entre nome e características pessoais, a sociedade insiste em reproduzir o desrespeito à sua identidade e menosprezar a sua existência nos espaços sociais. Para as Colaboradoras, ir ao supermercado ou ao shopping já não fazia mais sentido, por tantas experiências ruins que já passaram. Com isso, as mesmas deixavam de ir aos hospitais, escolas, praças e outros ambientes, agravando ainda mais a sua situação de vulnerabilidade e afastamento da sociabilidade.

São essas ações de constrangimento e violências semelhantes às relatadas que limitam a circulação dessas pessoas nos ambientes sociáveis, em que optam por não vivenciarem outras experiências em outros locais por receio ou medo que as mesmas situações violentas sejam repetidas, como é reproduzido cotidianamente. Assim, as Colaboradoras saíam de casa apenas para realizar os procedimentos do tratamento ou quando havia alguma necessidade, deixando de fazer parte dos espaços por não se sentirem pertencentes à estes, influenciando diretamente na sua construção enquanto cidadãs que possuem seus direitos, inclusive de ocupar os espaços públicos.

Os espaços de circulação e pertencimento são ínfimos e que isso também impactou na coleta de dados, de modo que o seu acesso até mesmo ao Centro de Cidadania LGBT de João Pessoa/PB (local da coleta de dados) não é frequente, dificultando, assim, a construção de vínculo e do diálogo necessários para a discussão deste trabalho. Pois os espaços públicos já não mais fazem parte do seu hall de possibilidades, uma vez que são nestes ambientes que ocorrem as mais variadas formas de violência contra a existência desses corpos. E é perceptível essa ausência principalmente durante o dia, pois, atrelada com o cansaço de passar a noite toda trabalhando nas ruas, essa visibilidade torna-se cada vez mais nula.

A exclusão das mulheres transexuais e pessoas travestis do meio social acarreta também na falta de oportunidade que é estabelecida diante do preconceito que a sociedade reproduz, assim, encontrar um trabalho formal torna-se uma jornada quase impossível para este grupo. Nos relatos, ficaram nítidas as negações recebidas pelas Colaboradoras advindas dos ambientes de trabalho formal, de modo que impossibilitavam a sua presença nesse locais pois não respondiam às expectativas sociais. E não foi diferente na cidade de

João Pessoa/PB, em que após diversas tentativas por parte das Colaboradoras e a recepção de respostas negativas, as possibilidades foram diminuindo e houve a desistência, porém as necessidades vitais continuam e foi preciso fazer algo para supri-las.

Essa situação também se configura enquanto transfobia. E é preciso lutar pelo espaço dessa população nos ambientes de trabalho que forem de sua preferência e capacidade.

Desse modo, as barreiras criadas dentro do mercado de trabalho formal, ao receber esse grupo social, impossibilitam a sua entrada e, portanto, as mesmas continuam sem oportunidade. Todavia, a busca por um meio de sobrevivência nessa sociedade capitalista permanece e uma das saídas que encontram está na atuação enquanto profissionais do sexo, nas ruas e/ou em sites. Os relatos são claros, ao colocar que a entrada na prostituição, no caso das Colaboradoras, deu-se pela falta de apoio das suas redes relacionais e de chances no mercado formal de trabalho, além da necessidade pelos recursos básicos de sobrevivência, fazendo com que estas fossem procurar uma maneira de suprir suas dificuldades trabalhando nas frias e perigosas esquinas das cidades.

Outro aspecto encontrado na reflexão deste trabalho, são as dinâmicas encontradas no espaço da prostituição, nas ruas. Em que é possível visualizar o quanto as relações entre elas podem ser comprometidas e o quanto o tempo e os contatos nesse ambiente podem fazer a diferença no que tange a sua permanência e o respeito adquirido. Assim, as regras também operam entre o grupo que está no espaço da rua e qualquer problema que aconteça envolvendo a quebra dessas normas são motivos para a expulsão desses outros sujeitos destes locais e até mesmo a permissão de atos violentos. Uma das Colaboradoras deixa claro o contexto quando afirma: “Em todo lugar tem regras”. (Rayssa).

Faz-se necessária a adequação ao espaço da rua para poder compreender as regras e conquistar seus espaços. Nas entrevistas, as colocações mudam de acordo com as vivências, pois enquanto uma luta para conquistar o seu espaço, outra tenta sair e a mais experiente cuida das “suas” ruas, pois já é respeitada nesses lugares. É interessante com as experiências vão se firmando ou transformando com o tempo.

E como dito, foi percebido que cada uma delas possui uma perspectiva de vida diferente. Dandara está na luta para poder sair da situação de prostituição, já Bárbara têm planos para viajar e aprimorar sua construção identitária fora do país e Rayssa atualmente administra seu ponto em uma praça de João Pessoa/PB e vive muito bem com suas decisões, mas não descarta o encontro de novas possibilidades através do estudo.

Assim, pensar em diversidade gênero, sexualidade e práticas sexuais é também compreender que há uma complexidade emergente na sua discussão, porque é exatamente no sentido de questionar as normatizações e desnaturalizá-las que é possível perceber e considerar a existência dessas novas configurações identitárias e a diversidade sexual que estão para além das reconhecidas pelas regras socioculturais.

Assim, a Terapia Ocupacional, ao trabalhar com o grupo estudado nesta pesquisa, busca problematizar as questões normativas postas, para fazer-nos refletir acerca da influência que as (des)construções socioculturais têm sobre o fazer, o ser e o tornar-se, ou não. Buscando torna-las pertencentes da sua comunidade e/ou grupo social como meio de fortalecimento da sua rede social de suporte. Além de tomar o cotidiano como chave para compreender as singularidades de cada história e fazê-las protagonistas das transformações que podem ocorrer nas suas trajetórias de vida, promovendo com isso sua visibilidade e afirmação da importância que a sua (r)existência possui para a sociedade.

Uma limitação encontrada na composição desse trabalho, compreenderam em achar na literatura acadêmica estudos que discutam as histórias de vidas destes atores sociais no que tange a sua inserção e permanência em instituições e espaços públicos e de sociabilidade, assim como os marcos que integram a sua introdução nas experiências como profissional do sexo, além da exposição nas ruas e as violências que esta permanência proporciona.

Apesar das limitadas publicações e pesquisa, esta área pode ser importante para a construção das práticas da Terapia Ocupacional Social junto à população estudada que está em processo de vulnerabilidade social, tornando as intervenções com esse público foco mais fundamentadas e utilizando do olhar da profissão para promover maiores possibilidades.

Este estudo possui o intuito de contribuir para a produção do conhecimento científico, mas principalmente, a nível social, com a finalidade de reverberar essas vozes e histórias de vida que normalmente não são contadas. E possibilitar um maior reconhecimento dessas trajetórias e o seu empoderamento, fazendo com que estas tornem-se donas de suas próprias construções cotidianas.

Desse modo, é através do enfrentamento às diversas formas de violências e dando possibilidades para que o seu reconhecimento na sociedade, bem como que seja garantido o acesso aos bens e serviços de forma equitativa, que se faz a construção da cidadania para as mulheres transexuais que atuam enquanto profissionais do sexo em João Pessoa/PB. A busca pelos seus direitos políticos e social e o desenvolvimento de políticas

públicas são mecanismos essenciais para garantir o seu reconhecimento enquanto cidadãs, fomentar a sua visibilidade e estimular a sua participação no meio social.

Portanto, lidar com as trajetórias de vidas imbricadas em vivências de preconceitos e segregações sociais cotidianas que as colocam em situação de vulnerabilidade, necessita de uma imensa sensibilidade às problemáticas normativas e proibicionistas, além de aprender a enxergá-las com um olhar mais receptivo e livre de julgamentos, considerando toda a relação com as suas histórias, construções, desconstruções, reconstruções e transformações do e no seu cotidiano, tomando o enfrentamento às tais adversidades como uma filosofia e utilizar dos aprendizados, não somente da academia, mas da vida para tornar-se um terapeuta ocupacional de luta. Luta por tudo que faz sentido no cotidiano e na vida das pessoas.

REFERÊNCIAS

AGUINSKY, B. G; FERREIRA, G. G; RODRIGUES, M. C. A carteira de nome social para travestis e transexuais no Rio Grande do Sul: Entre polêmicas, alcances e limites. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10** (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.

ALVES, C. E. R; MOREIRA, M. I. C. Do uso do nome social ao uso do banheiro: (trans)subjetividades em escolas brasileiras. **Quaderns de Psicologia**, v. 17, n. 3, p. 59-69, 2015.

ANDRADE, D. Cis, Trans, Travesti: o que significa? **Blog/Coletivo Feminista - Não me Kahlo**, 2015.

ARAÚJO, K. S. S. Os “Meios-direitos” concedidos a Transexuais. **Revista Opara – Ciências Contemporâneas Aplicadas**, FACAPE, Petrolina, v. 6, n. 1, p. 02-18, 2016.

AZZE; M. A. N; PEREIRA, L. M. Direito à identidade de gênero e possível retificação de registro em prol da cidadania da população transgênera. **Anais do III Seminário Internacional em Direito**. Lorena, p. 24-42, 2014.

BAGAGLI, B. P. A diferença trans no gênero para além da patologização. **Periódicus**, Salvador, n. 5, v. 1, 2016.

BARROS, D. D.; ALMEIDA, M. C. de; VECCHIA, T. C. Terapia Ocupacional Social: Diversidade, Cultura e Saber Técnico. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v.18, n. 3, p. 128-134, 2007.

BARROS, D. D.; LOPES, R. E.; GALHEIGO, S. M. Projeto Metuia - Terapia Ocupacional no Campo Social. **Mundo Saúde**, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 365-369, 2002.

BARROS, D. D. Terapia ocupacional social: o caminho se faz ao caminhar. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 90-97, 2004.

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo**: a experiência vivida. Nova Fronteira, 1967.

BENEDETTI, M. **A batalha e o corpo**: breves reflexões sobre travestis e prostituição, 2013. Disponível em: http://www.ciudadaniasexual.org/boletin/b11/breves_reflexoes_sobre_travestis_e_prostituicao.pdf. Acesso em: 27/04/2018.

BENEDETTI, M. Toda feita: o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: **Garamond**, 2005.

BENTO, B. As famílias que habitam “a família”. **Sociedade e cultura**; Goiânia, v. 15, n. 2, p. 275-283, 2012.

BENTO, B. Disforia de gênero: geopolítica de uma categoria psiquiátrica. **Revista direito e práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, p. 496-536, 2016.

BENTO, B. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense. 181 p. 2008.

BENTO, B. O que pode uma teoria? Estudos transviados e a despatologização das identidades trans. **Revista Florestan**, v. 1, n. 2, p. 46-66, 2014.

BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n.2, 2011.

BENTO, B; PELÚCIO, L. Despatologização do Gênero: A Politização das Identidades Abjetas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 256, 2012.

BORTOLINI, A. (Coord.). **Diversidade Sexual na Escola**. Rio de Janeiro: Pró-Reitoria de Extensão/UFRJ, 2008.

BRASIL. [homepage na internet]. Brasília; [atualizado em 30 fev 2012]. Disponível em: **Projeto de Lei de 20 de fevereiro de 2013**. Dispõe sobre o direito à identidade de gênero e altera o art. 58 da Lei nº 6.015 de 31 de dezembro de 1973. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1059446&filenome=PL+5002/2013). Acesso em: 23/04/2018.

BRUNS, M. A. T; PINTO, M. J. C. **Vivência Transexual – O corpo desvela seu drama**. Campinas; Editora Átomo, p. 152, 2003.

BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do ‘sexo’. In: LOURO, G. L. (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 151-172, 1999.

BUTLER, J. Problemas de gêneros, teoria feminista e discurso psicanalítico. In: NICHOLSON, J. Linda (Org.). **Feminismo/posmodernismo**. Buenos Aires: Feminaria Editora, p. 75- 95, 1992.

BONI, V.; QUARESMA S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica Em Tese**, v. 2, n. 1(3), p. 68-80, 2005.

CARVALHO, E. “Eu quero viver de dia”: Uma análise da inserção das transgêneros no mercado de trabalho. **Anais do VII Seminário Fazendo Gênero**, 2006.

CARVALHO, M. F. L. A (im)possível pureza: medicalização e militância na experiência de travestis e transexuais. **Sex., Salud, Soc.**, v. 8, p. 36-62, 2011.

CARVALHO, K. K. F. Transexualidade e cidadania: a alteração do registro civil como fator de inclusão social. **Revista Bioética**, v. 17, n. 3, p. 463 – 471, 2009.

CASSAB, L. A.; RUSCHEINSKY, A. **Indivíduo e ambiente: a metodologia de pesquisa da história oral**. Biblos, Rio Grande, v. 16, p. 7-24, 2004.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTEL, R. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade a “desfiliação”. **CADERNO CRH**, Salvador, n. 26/27, p.19-40, 1997.

CESAR, M. R. A. **Um nome próprio: transexuais e travestis nas escolas brasileiras**. In: XAVIER FILHA, C. (Org.). Educação para a sexualidade, para a equidade de gênero e para a diversidade sexual. Campo Grande; Editora UFMS, 2009.

CRUZ, E. F. Banheiros, travestis, relações de gênero e diferenças no cotidiano da escola. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 11, n. 21, p. 73-90, 2011.

CUNHA, C. R.; SILVA, A. V. F. O que te alucina? Banheiros, pichações e processos de subjetivação em gênero. **Periódicus**, Salvador, n. 6, v. 1, 2017.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GOMES, M. C. A. Corpo em trânsito: problematizando as questões de gênero em narrativas jornalísticas. **Gláuks - Revista de Letras e Artes**. v. 14, n. 01, 2014.

GRAUPE, M. E.; GROSSI, M. P. As ações do núcleo de identidades de gênero e subjetividades (nigs) e a agenda política de combate à homofobia, lesbofobia e transfobia nas escolas. **Emblemass**, v. 10, n. 2, 221-233, 2013.

HANNEMAN, R. A.; RIDDLE, M. **Introduction to Social Network Methods**. Riverside: University of Califórnia, 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GOFFMAN, E. **Estigma**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

JESUS, J. G. Identidades de gênero e políticas de afirmação identitária. In: **Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero - VI**, Salvador. Anais eletrônicos, p. 1-15, 2012.

JESUS, B. *et. al.* Diversidade Sexual na Escola: uma metodologia de trabalho com adolescentes e jovens. Ed. Especial, revista e ampliada. São Paulo: ECOS – Comunicação em Sexualidade, 92 p., 2008.

JESUS, J.; ALVES, H. Feminismo Transgênero e Movimentos de Mulheres Transexuais. **Cronos**, Natal, v. 11, n. 2, p. 8-19, 2012.

JOÃO PESSOA. **Centro de Cidadania LGBT supera expectativas de atendimentos nos primeiros dias de funcionamento**, 2014. Disponível em:

<http://www.jpsemhomofobia.joaopessoa.pb.gov.br/eventos/centro-de-cidadania-lgbt->

supera-expectativas-de-atendimentos-nos-primeiros-dias-de-funcionamento.html.

Acesso em: 05/05/2018.

JOÃO PESSOA. **PMJP implanta experiência de São Paulo para a inclusão de travestis e transexuais**, 2015. Disponível em: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/pmjp-implanta-experiencia-de-sao-paulo-para-a-inclusao-de-travestis-e-transexuais/>. Acesso em: 10/05/2018.

JUNQUEIRA, R. D. Homofobia nas escolas: um problema de todos. *In*: JUNQUEIRA, R.D. (org). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre homofobia nas escolas**. Brasília: MEC/UNESCO, p.13-51; 2009.

KULICK, D. **Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora FioCruz, p. 1- 280, 2008.

LANZ, L. O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero / Letícia Lanz –. 342 f. **Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Pará -UFPA**; Curitiba, 2014.

LAPA, N. O preconceito contra transexuais no mercado de trabalho. *In*: **Carta Capital**. 2013. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/feminismo-para-que/o-preconceitocontra-transexuais-no-mercado-de-trabalho-2970.html>. Acesso em: 05 de setembro de 2017.

LEITE JUNIOR, J. D. Transitar para onde?: monstruosidade, (des)patologização, (in)segurança social e identidades transgêneras. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 559-568, 2012.

LEITE JUNIOR, J. D; LOPES, R. E. Travestilidade, transexualidade e demandas para a formação de terapeutas ocupacionais. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 25, n. 3, 2017.

LEMOS, D. J. S. L; BRANCO, T. C. **Contra a LGBTfobia. Mas a luta não deve passar pela ampliação do sistema penal**. Coluna Liberdades, 2015.

LIMA, A. H. M; DORSA, A. C; BORGES, P. P. “Não bato ponto porque eu quero. Não bato ponto porque eu gosto”: controle social e prostituição de transexuais e travestis em Campo Grande–MS. **Composição Revista de Ciências Sociais da UFMS**, n. 18, p. 31-47, 2016.

LONGARAY, D. A; RIBEIRO, P. R. C. Travestis e transexuais: corpos (trans)formados e produção da feminilidade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.24, n. 3, p. 398, 2016.

LOPES, R. E. *et al.* Educação profissional, pesquisa e aprendizagem no território: notas sobre a experiência de formação de terapeutas ocupacionais. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 140-147, 2010.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 2ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho**. Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MACHADO, F. V; BARNART, F. Travestilidades e Transexualidades no Brasil: Violência e Politização. *In: Brasilicum*, 245, p. 32-38, 2017.

MACHADO, R. W. G. População LGBT em situação de rua: uma realidade emergente em discussão. **Revista EDUC-Faculdade de Duque de Caxias**, v. 1, n. 03, p. 57-67, 2015.

MALFITANO, A. P. S. Campos e núcleos de intervenção. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 16, n. 1, p. 1-8, 2005.

MELLO, L; GONÇALVES, E. Diferença e interseccionalidade: notas para pensar práticas em saúde. **Revista Cronos**, v. 11, n. 2, 2012.

MELO, K. M. M. Terapia Ocupacional Social, pessoas trans e Teoria Queer: (re)pensando concepções normativas baseadas no gênero e na sexualidade. **Cad. Ter. Ocup. UFSCar**, São Carlos, v. 24, n. 1, p. 215-223, 2016.

MINAYO, M. C. S. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. *In: DESLANDES, S.F.; GOMES, R.; MINAYO, M.C.S. (org). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Vozes; Rio de Janeiro; v. 26, p. 61-77, 2007.*

MISKOLCI, R. A Teoria *Queer* e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 21, p. 150-182, 2009.

MONZELI, G. A. Em casa, na pista ou na escola é tanto babado: espaços de sociabilidade de jovens travestis. 2013. 101 f. **Dissertação de Mestrado em Ciências Biológicas e da Saúde** - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

MONZELI, G. A; FERREIRA, V. S; LOPES, R. E. Entre proteção, exposição e admissões condicionadas: travestilidades e espaços de sociabilidade. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 23, n. 3, 2015.

MONZELI, G. A.; LOPES, R. E. Terapia ocupacional e sexualidade: uma revisão nos periódicos nacionais e internacionais da área. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 23, n. 3, p. 237-44, 2012.

MOTTA, F. M. Gênero, sexualidade e educação. *In: SARTORI, Ari José; BRIT, Néli Suzana (Org.). Gênero na educação: espaço para a diversidade. Florianópolis: Genus, 2 ed., p.48-63, 2006.*

MURASAKI, A. K; GALHEIGO, S. M. Juventude, homossexualidade e diversidade: um estudo sobre o processo de sair do armário usando mapas corporais. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 24, n. 1, 2016.

NOGUEIRA, F. J. S; LEÓN, A. G. 'Trabalhadas no feminino': um estudo sobre corpo, desejo e prostituição travesti em Fortaleza-CE. **Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad - RELACES**. v. 8, n. 4, p. 55-67, 2012.

NOVOA, P. C. R. O que muda na ética em pesquisa no Brasil: Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. **Einstein**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 7-10, 2014.

PARAÍBA. Lei Estadual Nº 7.309/2003 e decreto Nº 27.604/2006". **Dispõe sobre a obrigatoriedade de afi xação de cartaz em estabelecimentos comerciais e órgãos públicos, informando que a Lei Estadual nº 7.309/2003 proíbe e pune atos de discriminação em virtude de orientação sexual e dá outras providências**. Lei Nº 10.895 de 29 de maio de 2017. João Pessoa-PB, 2017.

PELÚCIO, L. Na noite nem todos os gatos são pardos: notas sobre a prostituição travesti. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 25, p. 217-248, 2005.

PEREIRA, P. P. G. Queer decolonial: quando as teorias viajam. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**. São Carlos, v. 5, n. 2. p. 411-437, 2015.

PERES, William Siqueira. Cenas de exclusões anunciadas: travestis, transexuais, transgêneros e a escola brasileira. *In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz. (Org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Unesco, v.32, p. 235-263, 2009.*

PETRY, A. R; MEYER, D. E. M. Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. **Textos & Contextos**. Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 193 – 198, 2011.

POCAHY, F. Um mundo de injúrias e outras violações. Reflexões sobre a violência heterossexual e homofóbica a partir da experiência do CRDH rompa o silêncio. *In: POCAHY, F. **Rompendo o silêncio: homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea**. Políticas, teoria e atuação. Porto Alegre: Nuances, 2007.*

PRECIADO, B. Basura y género. Mear/Cagar. Masculino/Feminino'. **Eutsi - Pagina de Izquierda Antiautoritaria**. p. 1-2, 2006.

PRECIADO, B. **Desprivatizar o nome próprio, desfazer a ficção individualista**. Portal Fórum. 2014. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/blog/2014/06/beatriz-preciano-desprivatizar-o-nome-proprio-desfazer-ficcao-individualista/>. Acesso em: 22/04/2018.

PRÓCHNO, C. C. S. C; ROCHA, R. M. G. O jogo do nome nas subjetividades travestis. **Psicologia & Sociedade**; v. 23 n. 2, p. 254-261, 2011.

SÃO PAULO. **Projeto Reinscrição Social Transcidadania**, 2018. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/trabalho/cursos/operacao_trabalho/index.php?p=170430. Acesso em: 01/05/2018.

RICHARDSON, R. J. Métodos Quantitativos e Qualitativos. *In*: RICHARDSON, R. J.; colab: PERES, J. A. S. et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. reimpr. São Paulo: Atlas, v. 16, n. 3, p. 70-89, 2015.

RIOS, D. R. **Minidicionário Escolar Língua Portuguesa**. São Paulo: DCL, 2009.

ROCHA, R. M.G; RASEIRA, E. F. Sentidos sobre a Amizade Entre Travestis: Construção de Repertórios Interpretativos; **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. V. 31, n. 2, p. 239-247, 2015.

RODOVALHO, A. M. O CIS pelo TRANS. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 365, 2017.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, 1995.

SECAD, CADERNOS. Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC). Brasília, 2007.

SIERRA, J. C. Gênero, performatividade e a experiência trans. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**. n. 21-22, v. 13, 2011.

SILVA, K. M; LONGHINI, G. D. N; FERNANDES, F. B. Arquitetura material-simbólica dos banheiros: funcionalidade a quem?. **Pensata**, São Paulo, vol. 4, nº 1, p. 48-68, 2014.

SILVA, A. S.; BARBOZA, R. Exclusão social e Consciência Política: luta e militância de transgêneros no ENTLAIDS. **Cadernos CERU**, s. 2, v. 20, n. 1, 2009.

SILVA, R. G. L. B.; BEZERRA, W. C.; QUEIROZ, S. B. Os impactos das identidades transgênero na sociabilidade de travestis e mulheres transexuais. **Rev. Ter. Ocup. Univ. de São Paulo**, v. 26, n. 3, p. 364-372, 2015.

SILVA, V. P.; BARROS, D. D. Método história oral de vida: contribuições para a pesquisa qualitativa em terapia ocupacional. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 21, n. 1, p. 68-73, 2010.

TEIXEIRA, A. B. M; RAPOSO, A. E. S. S. **Banheiros escolares promotores de diferenças de gênero**. GT Gênero, Sexualidade e Educação. 30ª Reunião Anual da ANPED – Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação. Caxambu, 2007.

TEIXEIRA, F. B. Vidas que desafiam corpos e sonhos: uma etnografia do construir-se outro no gênero e na sexualidade. Pessoas (transexuais): dimensões sociais de vidas (in)determinadas pela ciência. 2009. 243 f. **Tese de Doutorado em Ciências Sociais** – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Campinas, 2009.

APÊNDICE A**TERMO DE CONSETIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE****Pesquisa: (Trans)Cedendo à outros corpos: As trajetórias de vida e o cotidiano das mulheres transexuais e travestis profissionais do sexo do município de João Pessoa/PB e as contribuições da Terapia Ocupacional nesse contexto**

Prezada mulher;

Você está sendo convidada para participar da pesquisa que é intitulada “(Trans)Cedendo à outros corpos: As trajetórias de vida e o cotidiano das mulheres transexuais e travestis profissionais do sexo do município de João Pessoa/PB e as contribuições da Terapia Ocupacional nesse contexto”, que está sendo desenvolvida pelo pesquisador Raylan Costa da Silva, aluno do curso de graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal da Paraíba, sob orientação da Professora Dr.^a Iara Falleiros Braga.

O objetivo desse estudo é compreender as trajetórias de vidas e o cotidiano das mulheres Transexuais e Travestis que trabalham como profissionais do sexo no município de João Pessoa/PB.

Sua participação é voluntária e deverá ser devidamente autorizada. Não há benefício direto para a participante, porém, espera-se que, com os resultados da pesquisa, sejam obtidas novas reflexões sobre as histórias de vida e o cotidiano das mulheres Transexuais e Travestis, empoderando ainda mais a luta pelos seus espaços na sociedade.

Esta pesquisa será por meio de uma entrevista individual semiestruturada, sendo gravada e posteriormente transcrita para análise, sendo realizada em ambiente preferido por você e com o tempo previsto de, em média, 1h30min.

Você poderá recusar-se a participar, ou retirar seu consentimento a qualquer momento da realização deste estudo, não havendo qualquer penalização ou prejuízo. Caso você escolha abandonar a participação na pesquisa, basta que entre em contato com qualquer um dos pesquisadores e manifeste a sua intenção sem que precise oferecer qualquer justificativa para tal.

Informamos que esta pesquisa não possui riscos para a sua saúde e integridade física/moral, mas caso haja algum desconforto ao falar da sua história de vida, será acolhida pelos pesquisadores e pode interromper a entrevista a qualquer momento. Nesse caso, e se necessário, você será orientada e encaminhada para atendimento psicológico.

Seu acesso aos pesquisadores está garantido. Ou seja, em qualquer etapa do estudo, você poderá entrar em contato com os pesquisadores responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. O pesquisador é: Raylan Costa da Silva, sob orientação da Profa. Dr^a. Iara Falleiros Braga. Todos podem ser encontrados no Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal da Paraíba – Campus I, Castelo Branco – João Pessoa, no telefone: (83) 988983006/ (83) 996989310, ou por e-mail: costaraylan@gmail.com;

As informações obtidas a partir das entrevistas serão confidenciais e a identidade das participantes será preservada. Não haverá despesas para você, em todas as etapas do estudo, assim como também não haverá compensações relacionadas com a sua participação.

Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Esteja ciente que receberá uma cópia desse documento.

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Foram esclarecidas todas as informações a respeito do estudo “(Trans)Cedendo à outros corpos: As trajetórias de vida e o cotidiano das mulheres transexuais e travestis profissionais do sexo do município de João Pessoa/PB e as contribuições da Terapia Ocupacional nesse contexto”.

Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades, prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido durante a realização dessa pesquisa.

João Pessoa, _____ de _____ de 2018.

Assinatura do Pesquisador Responsável

Assinatura do Participante

Contato do pesquisador Responsável

Prof^a. Dr^a. Iara Falleiros Braga

Universidade Federal da Paraíba, Departamento de Terapia Ocupacional.

Tel: (83) 99152-9169

E-mail: iarafalleiros@gmail.com

**Contato do Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da
Universidade Federal da Paraíba**

Centro de Ciências da Saúde – 1º andar, Campus I – UFPB

Telefone: (83) 3216-7791

E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com

APÊNDICE B**ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA**

Pesquisa: (Trans)Cedendo à outros corpos: As trajetórias de vida e o cotidiano das mulheres transexuais e travestis profissionais do sexo do município de João Pessoa/PB e as contribuições da Terapia Ocupacional nesse contexto

Nº Entrevista: _____ Data: ___/___/___ Início: _____ Término: _____

Idade: _____

ROTEIRO TEMÁTICO:

- Apresentação inicial, dados pessoais, história pessoal (infância, adolescência até adultez):

Fale sobre você e a sua história de vida? Onde você nasceu? Como foi sua infância? E sua adolescência? Como era sua relação com seus familiares? E com seus amigos(as)? Como foi sua trajetória escolar?

- Processos de mudança (tornar-se mulher e suas implicações);

Como você se identifica? Essa identificação foi transformada ao longo da sua trajetória de vida? Quais os significados dessa transformação? O que é ser mulher para você? Quais as implicações de tornar-se mulher nessa sociedade?

- Caminhos percorridos até a prostituição (implicações sociais);

Relate como foi sua inserção no mercado de trabalho ao longo de sua vida? O que te levou a ser profissional do sexo? Há quanto tempo você está trabalhando como profissional do sexo? Como foi sua trajetória enquanto profissional do sexo?

- Cotidiano das mulheres e as repercussões sociais;

Como está sua vida atualmente? O que costuma fazer? Quais locais você costuma frequentar? Teve alguma transformação ao longo da sua trajetória de vida até hoje? Você já sofreu algum tipo de preconceito ou violência no seu cotidiano?

ANEXO A
TERMO DE ANUÊNCIA PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA
CENTRO DE CIDADANIA LGBT DE JOÃO PESSOA/PB



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE TERAPIA OCUPACIONAL
CURSO DE TERAPIA OCUPACIONAL



SOLICITAÇÃO

À coordenação do Centro de Cidadania LGBT,

Eu, Raylan Costa da Silva, estudante do curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal da Paraíba, matrícula 11406339, venho por meio desta solicitar autorização, por meio de Certidão de Anuência emitida por vossa coordenação, para realização de pesquisa para meu Trabalho de Conclusão de Curso, que tem como objetivo compreender as trajetórias de vidas e o cotidiano das mulheres Transexuais e Travestis que trabalham como profissionais do sexo no município de João Pessoa/PB, sob a orientação da professora Iara Falleiros Braga, conforme projeto em anexo.

Sem mais e à disposição para maiores esclarecimentos,

João Pessoa (PB), 31 de outubro de 2017.

Raylan Costa da Silva
Estudante – TO/UFPB
Contato: (83) 9 8898-3006

Iara Falleiros Braga
Professora – TO/UFPB
Contato: (83) 9 9152-9169



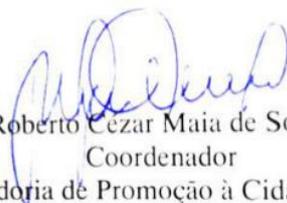
Coordenadoria
Municipal de
Promoção à
Cidadania LGBT



TERMO DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado “**(TRANS)CEDENDO À OUTROS CORPOS: AS TRAJETÓRIAS DE VIDA E O COTIDIANO DAS MULHERES TRANSEXUAIS E TRAVESTIS PROFISSIONAIS DO SEXO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA/PB E AS CONTRIBUIÇÕES DA TERAPIA OCUPACIONAL NESSE CONTEXTO**”, o mesmo servirá para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso do aluno: **Raylan Costa da Silva**, sob orientação da **Profª Drª Iara Falleiros Braga**, apresentado ao Curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, e terá o apoio desta Instituição.

João Pessoa, 08 de novembro de 2017.



Roberto César Maia de Souza
Coordenador
Coordenadoria de Promoção à Cidadania LGBT



ANEXO B
PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE - UFPB

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: (TRANS)CEDENDO À OUTROS CORPOS: AS TRAJETÓRIAS DE VIDA E O COTIDIANO DAS MULHERES TRANSEXUAIS E TRAVESTIS PROFISSIONAIS DO SEXO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA/PB E AS CONTRIBUIÇÕES DA TERAPIA OCUPACIONAL NESSE CONTEXTO

Pesquisador: Iara Falleiros Braga

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 79835517.2.0000.5188

Instituição Proponente: Centro De Ciências da Saúde

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.399.559

Apresentação do Projeto:

Trata-se de proposta de pesquisa de campo, de trabalho de conclusão do curso de terapia ocupacional da UFPB, que buscará investigar as trajetórias de vida e os cotidianos das mulheres Trans e Travestis profissionais do sexo na cidade de João Pessoa/PB, com o intuito de compreender os significados do tornar-se mulher, assim como as condições que as fizeram estar na prostituição. A partir do aporte teórico da terapia ocupacional social, os pesquisadores pretendem discutir quais mecanismos terapeutas ocupacionais podem utilizar para promover a autonomia e a ampliação dos espaços de pertencimento e circulação destas mulheres, buscando o seu empoderamento, a ressignificação dos espaços sociais e sua visibilidade. As participantes serão acessadas por meio da estratégia de “bola de neve”, tendo como ponto de partida informações cedidas pelo Centro de Cidadania LGBT da Paraíba, e responderão a uma entrevista semiestruturada.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Compreender as trajetórias de vida e os cotidianos das mulheres Transexuais e Travestis que trabalham como profissionais do sexo no município de João Pessoa/PB.

Endereço: UNIVERSITARIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA



Continuação do Parecer: 2.399.559

Objetivo Secundário:

- Conhecer as histórias de vida das mulheres transexuais e travestis.
- Entender os significados de ser e tornar-se mulher;
- Apreender as trajetórias que as levaram à prostituição.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A proponente prevê possível risco de constrangimento e ou danos emocionais às participantes, porém que será amenizado pela possibilidade declarada previamente de interrupção da entrevista caso isso ocorra. Como benefício, espera-se estimular novas reflexões sobre as histórias de vida e o cotidiano das mulheres Transexuais e Travestis, empoderando ainda mais a luta pelos seus espaços na sociedade. Dessa forma, considero que os benefícios esperados da pesquisa superam os possíveis riscos para os participantes.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A proposta está construída sobre uma sólida base teórica e é de grande relevância social para a terapia ocupacional e para as discussões sobre o público de mulheres trans e travestis.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Não há inadequações nos termos.

Recomendações:

Como optou-se por utilizar o recurso metodológico de entrevista semiestruturada, é importante sinalizar no TCLE que o participante pode se recusar a responder a qualquer questionamento feito pelo pesquisador, caso haja algum constrangimento ou por qualquer outra razão.

É interessante realizar uma revisão gramatical e ortográfica no texto, bem como trabalhar mais a objetividade e clareza do mesmo, para garantir que haja coerência no desenvolvimento da pesquisa e que se gere os benefícios desejados.

Recomendo pensar na contribuição para a terapia ocupacional como outro potencial benefício da sua pesquisa, assim como pensar a melhora da atenção terapêutica ocupacional para essa população também um benefício direto a essas participantes.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendência ou inadequações, apenas algumas recomendações a serem incorporadas à critério dos pesquisadores.

Endereço: UNIVERSITARIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com

**UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA**



Continuação do Parecer: 2.399.559

Considerações Finais a critério do CEP:

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou a execução do referido projeto de pesquisa.

Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à submissão do Relatório Final na Plataforma Brasil, via Notificação, para fins de apreciação e aprovação por este egrégio Comitê.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1029649.pdf	09/11/2017 15:31:44		Aceito
Outros	ANUENCIACENTRODECIDADANIA.pdf	09/11/2017 15:30:36	Iara Falleiros Braga	Aceito
Outros	ANUENCIADPTO.pdf	09/11/2017 15:30:01	Iara Falleiros Braga	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	09/11/2017 15:28:14	Iara Falleiros Braga	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETOCOMPLETO.pdf	09/11/2017 15:27:18	Iara Falleiros Braga	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	09/11/2017 15:26:31	Iara Falleiros Braga	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	09/11/2017 15:25:39	Iara Falleiros Braga	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: UNIVERSITARIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA



Continuação do Parecer: 2.399.559

JOAO PESSOA, 26 de Novembro de 2017

Assinado por:
Eliane Marques Duarte de Sousa
(Coordenador)

Endereço: UNIVERSITARIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com